

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA

CLÁUDIA NASCIMENTO OLIVEIRA

“UM LUGAR PARA CHAMAR DE MEU”
AS AGROVILAS DO ASSENTAMENTO RURAL
JOANA D’ARC III E SEUS MIGRANTES

PORTO VELHO – RO
2013

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA**

***“UM LUGAR PARA CHAMAR DE MEU”*
AS AGROVILAS DO ASSENTAMENTO RURAL
JOANA D’ARC III E SEUS MIGRANTES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Mestrado em Geografia, da Universidade Federal de
Rondônia, como requisito obrigatório para obtenção do título
de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a Dra. Maria das Graças Silva Nascimento Silva

**PORTO VELHO – RO
2013**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Cledenice Blackman - CRB 11/907, Porto Velho – RO, Brasil)

O48u Oliveira, C. N.

“Um lugar para chamar de meu” As agrovilas do assentamento rural Joana D’arc III e seus migrantes. Cláudia Nascimento Oliveira – Porto Velho: UNIR, 2013.
172 f. ; 31 cm.

Orientadora: Prof^a Dra. Maria das Graças Silva Nascimento Silva

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, UNIR, 2013.

1. Espaço Rural. 2. Migração. 3. Lugar. 4. Experiência. I. Nascimento Silva, Maria das Graças Silva. II. Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR. III. Título.

CDU 911.374.4

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

CLÁUDIA NASCIMENTO OLIVEIRA

A Banca de defesa de Mestrado presidida pela orientadora Profa. Dra. Maria das Graças Silva Nascimento Silva e constituída pelos examinadores Profa. Dra. Rosa Ester Rossini e Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva, reuniu-se no dia 22 de julho de 2013, às 19h na sala de aula Josué de Castro, Prédio do Mestrado em Geografia, sito no Campus Universitário José Ribeiro Filho, para avaliar a Dissertação de Mestrado intitulada "UM LUGAR PARA CHAMAR DE MEU: AS AGROVILAS DO ASSENTAMENTO RURAL JOANA D'ARC III E SEUS MIGRANTES", da mestranda Cláudia Nascimento Oliveira, matrícula 201111271. Após a explanação da mestranda, e sua arguição pela Banca Examinadora, a referida dissertação foi avaliada e de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia foi considerada APROVADA. Conforme determinação do Colegiado do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia, a candidata tem o prazo de até 90 (noventa) dias, a contar desta data, para realizar as correções sugeridas pela banca e entregar as cópias definitivas de sua dissertação.

Porto Velho, 22 de julho de 2013.

Profa. Dra. Maria das Graças Silva Nascimento Silva
Orientadora

Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva
Examinador

Profa. Dra. Rosa Ester Rossini
Examinadora Externa - USP

DEDICATÓRIA

A minha família, que sempre esteve presente mesmo que distante. Sem a força e o apoio deles eu não seria a metade do que me tornei hoje.

Aos moradores do Assentamento Joana D' Arc III, pois sem a colaboração deles este trabalho seria apenas um projeto. Em especial as mulheres que se tornaram colaboradoras desta pesquisa.

Aos meus amigos que direta ou indiretamente contribuíram na trajetória da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Inicio os meus agradecimentos primeiramente a Deus, pois não há um ser que me conheça mais do que ele. Nas noites em que a solidão se fez presente em minha vida, era a ele que clamava por orientações e pedia luz. Sempre acreditando que todo fardo que nos é dado é conforme nossa capacidade de carregá-lo.

Em seguida agradeço a minha amada família que sempre me deu apoio em todas as decisões que tomei. Hoje moramos em cidades diferentes. Mas essa distância geográfica nunca foi empecilho para que estivéssemos presentes na vida um do outro.

Meu pai sempre buscando me aconselhar da melhor maneira possível e sempre dizendo: Você é guerreira! Lá na frente você colherá os frutos que está plantando hoje.

Minha adocicada mãe que me viu e ouviu chorar, me desesperar e clamar por conselhos ao longo da minha vida. Nunca me pondo para baixo. Sempre me confortando com palavras doces e me fazendo acreditar que tudo passaria. E ela sempre esteve certa, pois todas as tempestades vividas acabaram se tornando uma bonança no final. Sei que muitas outras tempestades ainda irão vir, mas já me sinto fortalecida em saber que meus pais estarão sempre me apoiando.

As minhas irmãs Christiany e Rhenatha que sem as brigas e risos ao longo de nossas vidas não nos teríamos tornado hoje o que somos. Agradeço a elas por terem me presenteado com os meus adoráveis sobrinhos, Milena, Murilo e Rhenan.

Agora entro no quesito amigos, pois se decidi ficar distante da minha família foi por conta de ter encontrado adoráveis amigos que fazem ou já fizeram parte da minha vida. Seja ela pessoal ou acadêmica.

Primeiramente aos que se fazem presente no dia a dia. Começo agradecendo ao amável Artur. Seria impossível não agradecer o companheirismo, as conversas bobas e as sérias, os telefonemas quase que diários, as idas a igreja aos domingos e as maravilhosas risadas que damos quando estamos juntos. Ao longo de todo o processo desde a decisão de entrar para o mestrado, disciplinas e

elaboração da dissertação talvez tenha sido a pessoa que mais me ouviu e aguentou as minhas crises existenciais. E em todas as vezes que eu dizia que não sabia se daria conta, ele sempre me dizia: - Eu confio em você! Mantenha o foco!

Depois vêm os demais amigos, mas não menos importantes que se fazem presentes nas reuniões, churrascos, viagens e idas ao cinema. Neila que de uma ex-aluna tornou-se uma grande amiga. Agradeço pelo amor, pelas diversas conversas quando estava entrando em colapso durante a dissertação e os almoços junto a sua família. Além dela agradeço a Leula, Eduardo, Fernando e Warlesson pela paciência.

Agradeço ao querido amigo Alisson pelas conversas, pela torcida, pelas orações e pelo carinho de sempre! Por muitas vezes a sua energia mesmo que distante chegava até mim de forma a me fazer sentir que quando desejamos algo, mesmo que demore um dia se torna real. Obrigada por ter aguentado por algumas vezes os meus dramas.

Como não agradecer a outro amigo de longos anos. Alguém que me fez ter o gosto pela leitura e me ensinou que eu podia ser bem mais do que eu achava que seria. Obrigada Tales. Seus conselhos sempre são bem vindos.

Agradeço as amigas de longa data: Adriane, Laura e Goretti. Hoje nos distanciamos por conta da correria da vida, mas são mulheres as quais tenho que agradecer por terem se feito presente em determinadas ocasiões da minha vida onde eu era apenas um grão de areia no meio do deserto.

Um agradecimento especial aos professores Maria das Graças Silva Nascimento Silva e Josué da Costa Silva. Gracinha que se tornou minha orientadora, mas que antes disso sempre foi meu anjo da guarda e amiga. Sempre confiando e apoiando a minha trajetória acadêmica e pessoal. Foi através dela que conheci o grupo de pesquisa a qual faço parte desde 2005. Foi quem me apresentou o assentamento Joana D'arc III e conseqüentemente surgiu o interesse em pesquisar os seus moradores. Ao professor Josué agradeço pela convivência, pelos maravilhosos jantares em sua residência. Agradeço pela confiança, pelas conversas, pelas indicações de leituras e pelo incentivo em entrar para o Mestrado desde a época da graduação.

E falando em Mestrado não tenho como não agradecer as agradáveis discussões durante as aulas com os colegas de turma. Em especial agradeço a Ananda, Luciane, Mirtilene e Kelli. As geógrafas que aceitaram com muito carinho uma historiadora. Quantas noites mal dormidas no primeiro ano, onde as conversas enlouquecidas giravam em torno de Capel. Depois do primeiro ano, vieram as conversas em torno da elaboração da dissertação. Agradeço a elas pelas conversas bobas, as risadas, as brincadeiras e os conselhos. Dentre elas um agradecimento especial a Ananda Catrice que das quatro acredito que tenha sido a que mais me aproximei. Apegamos-nos por termos uma história acadêmica um tanto quanto parecida. Morávamos sozinhas e distantes de nossas famílias. Ao longo de todo o mestrado é provável que tenhamos nos falado quase todos os dias. Quantas confidências, quantos choros, quantas alegrias e tristezas trocadas.

Estendo meus agradecimentos ao GEPGÊNERO e a todas as pesquisadoras que dele fazem parte. Em especial a Viviane Nery, a qual tive uma imensa satisfação em ser co-orientadora. Com ela aprendi a ter o gosto pela orientação. Conversas; artigos criados juntas; orientações; trabalhos de campo e muitas risadas. Por vezes mudávamos os papéis, eu de co-orientadora passava a ser orientanda tamanha a sua inteligência. Obrigada Vivi!

Agradeço a todos os moradores do assentamento Joana D'arc III pela convivência e pela permissão de nossa pesquisa.

Agradeço a Universidade Federal de Rondônia que me acolheu desde a graduação. Instituição que vi sendo modificada e transformada ao longo dos anos.

Por fim agradeço a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior) pelo apoio financeiro recebido durante a minha permanência no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia.

RESUMO

A proposta deste trabalho é analisar o modo de vida de homens e mulheres moradores da zona rural oriundos de outras localidades e que migraram para o Estado Rondônia com o sonho de obterem um pedaço de terra e melhor qualidade de vida, bem como analisar como se deu o processo de reconstrução do lugar no novo espaço. A pesquisa foi realizada no Assentamento Rural Joana d'Arc III, localizada a 100 km do perímetro urbano de Porto Velho, e teve como objetivo verificar as formas de organização social e espacial no trajeto dos novos assentados ao P A. Joana d'Arc III e como as famílias, principalmente como se deu a participação das mulheres. Como método, adotou-se a fenomenologia e, conseqüentemente, a pesquisa qualitativa, utilizando-se entrevistas, observações, cadernos de campo e imagens fotográficas. A pesquisa trabalhou com as narrativas de três mulheres e suas experiências de vida antes e após a sua chegada ao espaço do assentamento. A pesquisa apontou para os seguintes resultados: encontramos no espaço do assentamento famílias que conseguiram reconstruir suas vidas apesar das dificuldades; famílias que tiram da terra o seu sustento; famílias que apesar das dificuldades trazem no semblante um ar de conquista, como se tivessem vencido a batalha da falta da terra, mesmo sabendo que outras batalhas são enfrentadas diariamente, tais como a falta de infraestrutura. Ao escolhermos três mulheres para serem nossas colaboradoras e trabalharmos com suas narrativas, encontramos personagens que, apesar de suas diferenças, tinham em sua trajetória de vida o desejo comum de encontrar um lugar onde fosse possível criar raízes, criar os filhos, ter uma vida melhor, enfim. Ao optarmos por trabalhar com o sentido do lugar, encontramos pessoas que se sentem realizadas por estarem conseguindo realizar o sonho de serem donos de sua terra.

Palavra-Chave: Espaço Rural. Migração. Lugar. Experiência. Oralidade.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to analyze the way of life of men and women living in the rural originated from other locations and who migrated to Rondônia State with dreams of obtaining a piece of land and a better quality of life , as well as analyzing how was the reconstruction process in place in the new space. The survey was conducted in Rural Settlement Joan of Arc III , located 100 km from the urban area of Porto Velho , and aimed to determine the forms of social and spatial organization on the path of the new settlers P A. Joan of Arc III and how families , especially how was the participation of women . As a method , we adopted the phenomenology and hence qualitative research , using interviews , observations , field notebooks and images . Research worked with the narratives of three women and their life experiences before and after their arrival in the area of the settlement. The research pointed to the following results : found nesting within families that managed to rebuild their lives despite the difficulties ; families get their livelihood from the land ; despite the difficulties families face in bringing an air of conquest, as if they had won the battle of landlessness , even though other battles are encountered daily, such as lack of infrastructure. By choosing three women to be our collaborators and work with their narratives , we find characters who , despite their differences , they had in their life trajectory the common desire to find a place where they could put down roots, raise children , have a better life anyway. By choosing to work with a sense of place, there are people who feel they are performed by accomplishing the dream of owning their land.

Keyword : Rural Area. Migration. Place. Experience . Orality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 01	Estrutura dos lotes das Agrovilas de Joana Darc III	29
Imagem 02	Mapa mental elaborado por um morador.	30
Imagem 03	Espaço Social do Assentamento Rural Joana Darc III	31
Imagem 04	Sede da Igreja Batista. Localizada na agrovila União dos Camponeses.	45
Imagem 05	Espaço interno da Igreja Batista.	45
Imagem 06	Ônibus da Universidade atolado na estrada no período de chuva.	55
Imagem 07	Condições da estrada no período de chuva.	55
Imagem 08	Casa do morador Welligton e sede da Associação.	56
Imagem 09	Momento em que acontecia uma reunião dos moradores na sede da associação.	57
Imagem 10	Sede da Escola Municipal Flor do Amazonas.	58
Imagem 11	Residência do morador Maranhão. Agrovila Pequena Vanessa.	61
Imagem 12	Momento em quem o grupo de pesquisa estava caminhando pela mata.	62
Imagem 13	Momento em que chegamos ao local onde estava o peixe elétrico.	63
Imagem 14	Ônibus que faz o transporte até o Assentamento de Joana D'arc III.	64
Imagem 15	Visão da parte interior do ônibus.	64
Imagem 16	Residência de Dona Anita	65
Imagem 17	Residência de Dona Anita. Espaço externo onde são realizadas as refeições.	66
Imagem 18	Mulheres descascando a macaxeira	67
Imagem 19	Sacas de farinha a espera de serem transportadas pelo caminhão da Semagric.	67
Imagem 20	Local onde realizada a coleta para casos de malária	68
Imagem 21	Residência de dona Valdeci	69
Imagem 22	Trabalho manual exercido pelas mulheres	72
Imagem 23	Macaxeira descascada e pronta para ser posta de molho para retirar a sujeira	73
Imagem 24	Homens preparando a massa antes de ir ao forno.	74

Imagem 25	Forno manuseado por homens. Momento em que a farinha ficava pronta.	74
Imagem 26	Casa de Dona Margarida. Localizada na agrovila Chico Mendes.	79
Imagem 27	Os noivos após a cerimônia.	80
Imagem 28	Momento de socialização entre os moradores do assentamento.	80
Imagem 29	Parte externa do galinheiro.	85
Imagem 30	Parte interna do galinheiro.	85
Imagem 31	As condições precárias da estrada que dá acesso ao assentamento	87
Imagem 32	Momento em que nosso veículo passava por uma poça de lama.	88
Imagem 33	As três colaboradoras que participaram desta pesquisa	90
Imagem 34	A colaboradora Anita junto com sua filha Elisângela e seu filho Ednaldo	96
Imagem 35	A colaboradora Valdeci junto com seu filho Luciano e sua filha Josielia	106
Imagem 36	Colaboradora Ana de Brito	116

MAPAS

Figura 01: Mapa de Localização da área de estudo	28
--	-----------

QUADROS

Quadro 01: Quantitativo de famílias que ainda residem no assentamento	31
Quadro 02: Famílias Assentadas no Estado de Rondônia	35
Quadro 03: Idade que casou e quantos filhos tiveram.	134

GRÁFICOS

Gráfico 01: Titulares dos lotes	151
Organograma	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AASR PROJ D	Associação dos Assentados Rurais Projeto Joana D' Arc.
ASPRAV	Associação dos produtores rurais da agrovila vencedora
ASPROAGRO	Associação dos produtores rurais das agrovilas
ATES	Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental a Reforma Agrária.
EMATER	Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia.
GEPGÊNERO	Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
MCC	Movimento das Mulheres Camponesas.
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário.
MIRAD	Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIBIC	Programa Institucional de Bolsa Iniciação Científica.
PPGG	Programa de Pós-Graduação em Geografia
SAE	Santo Antônio Energia
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMAGRIC	Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento.
SEMED	Secretaria Municipal de Educação.
UNIR	Universidade Federal de Rondônia.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO I – BASE TEÓRICA E METODOLÓGICA	22
1.1. AS RAÍZES DE JOANA DARC III	22
1.2. A MIGRAÇÃO	32
1.3. A MIGRAÇÃO PARA O ESTADO DE RONDÔNIA	37
1.4. OS CAMINHOS GEOGRÁFICOS E METODOLÓGICOS	38
1.5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	43
1.5.1. Pesquisa Qualitativa	48
1.5.2. Trabalhando com a oralidade	49
CAPÍTULO II – RELATOS DE EXPERIÊNCIA: VIVENCIANDO O LUGAR	52
2.1. OS DIÁRIOS DE CAMPO AO LONGO DA PESQUISA	52
2.2. APREDENDO A “OLHAR” ATRAVÉS DA EXPERIÊNCIA	54
CAPÍTULO III – NARRATIVAS E SUAS COLABORADORAS	90
3.1. TRÊS MULHERES E SUAS HISTÓRIAS DE VIDA	91
ANITA	96
VALDECI	106
ANA	116
CAPÍTULO IV – GÊNERO NO UNIVERSO AGRÁRIO.	125
4.1. A BUSCA POR IGUALDADES	125
4.2. O PAPEL DAS MULHERES RURAIS NO CAMPO BRASILEIRO	128
4.3. MARCHA DAS MARGARIDAS	131
4.4. AS MULHERES DE JOANA DARC III	133
4.5. POR ONDE ANDEI	137
4.6. O SENTIDO DO LUGAR	145
4.7. A EXPERIÊNCIA HUMANDA NO ESPAÇO VIVIDO	150
PENSAMENTOS FINAIS	160
REFERENCIAS	163

Ando devagar porque já tive pressa
e levo esse sorriso, porque já chorei demais
Hoje me sinto mais forte, mais feliz quem sabe
eu só levo a certeza de que muito pouco eu sei, eu nada sei.

Conhecer as manhãs e as manhãs,
o sabor das massas e das maçãs,
é preciso amor pra poder pulsar,
é preciso paz pra poder sorrir,
é preciso à chuva para florir.

Penso que cumprir a vida seja simplesmente
compreender a marcha, e ir tocando em frente
como um velho boiadeiro levando a boiada,
eu vou tocando os dias pela longa estrada eu vou,
de estrada eu sou.

[...]

Todo mundo ama um dia, todo mundo chora,
Um dia a gente chega, no outro vai embora
Cada um de nós compõe a sua história,
e cada ser em si carrega o dom de ser capaz,
e ser feliz.

[...]

(Ando Devagar – Almir Sater)

APRESENTAÇÃO

Assim como os moradores de Joana d'Arc III que vieram de outros Estados brasileiros para o Estado de Rondônia, eu também vim com a família em busca de uma vida melhor. Nasci em Manaus e cheguei a Porto Velho com apenas oito anos de idade. Na época, não tinha idade para opinar e dizer se queria ou não mudar e deixar para trás o que até então era comum ao meu mundinho de criança. Viemos acompanhar meu pai, que veio para Rondônia em busca de trabalho. Aos poucos, a nova cidade deixou de ser estranha. Fomos gradativamente nos adaptando e vivenciando as mudanças e transformações pelas quais a cidade passava ao longo dos anos.

Depois de cinco anos da nossa chegada, novamente mudamos de Estado, dessa vez para o Mato Grosso. Achei então que não voltaria a morar em Rondônia, mas mesmo assim sentia-me filha da terra e a vontade de retornar se fazia latente. Como a mudança foi devido ao trabalho do meu pai, tivemos que morar em duas cidades, sendo elas Canarana e depois Pontes e Lacerda. Passados quase dois anos, mudamo-nos novamente, agora para retornar a Porto Velho, de onde, desde então, não saí mais. Minha família retornou para Manaus em meados de 2004 e eu decidi ficar. Já não era mais aquela menininha que não podia opinar, e, portanto, decidi que ficaria. E lá se vão quase dez anos.

Ingressei na Universidade Federal de Rondônia em 2003, no curso de História, e esse foi um dos motivos que me fizeram permanecer. Identifiquei-me com o curso e com tudo que ele abrangia. Minha vida acadêmica se entrelaçava muito com os Movimentos Sociais. Passei a fazer parte do Centro Acadêmico, participava ativamente do Movimento Estudantil. Acredito que todo esse envolvimento se deu por eu ter como colegas de curso pessoas preocupadas com as causas humanitárias, sejam elas estudantis ou fora do âmbito da Universidade.

As causas sociais ligadas ao mundo rural sempre estiveram presentes na minha vida acadêmica. Juntamente com outros acadêmicos, não apenas de História, mas também de outros cursos, passei a participar de reuniões semanais para discutir textos, o modo de vida das pessoas do campo, planejar ações junto à comunidade acadêmica e afins. Confesso que minha aproximação com este

universo rural sempre esteve apenas nas discussões. Eu jamais havia visitado um assentamento. O mais próximo que estive do universo rural tinha sido a minha ida à cidade de Jarú, município do Estado de Rondônia, em 2007, para assistir a um julgamento de dois sem-terra pertencentes à LCPR (Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia). Os envolvidos, Wenderson Francisco dos Santos, mais conhecido como “Ruço”, e Joel Gomes da Silva, conhecido como “Joel Garimpeiro”, estavam sendo acusados de assassinar um segurança da Fazenda Galo Velho, localizada no mesmo município. Ambos foram absolvidos da acusação.

Minha vida acadêmica, assim como a pessoal, foi pautada por diversos momentos de solidão, tristeza e lágrimas. Após o retorno de minha família à Manaus, eu era apenas uma estudante que tinha que sobreviver com uma bolsa de estágio, estudar e me sustentar sozinha. As dificuldades foram muitas. Por diversas vezes, senti vontade de ir embora, voltar a morar com meus pais. Ao mesmo tempo, todas as dificuldades serviam como fortalecimento e amadurecimento da minha história. Durante os anos de graduação, tive que morar em casa de amigas, já que não tinha condições financeiras para morar sozinha. Foi então que, ao término da graduação, recebi uma proposta de emprego. De estagiária da Universidade, passei a ser funcionária da Fundação que dava apoio à Universidade. Foi uma grande alegria. Desde então, passei a morar sozinha. E mesmo não morando em casa própria, a sensação de felicidade de morar em um lugar que posso chamar de meu é inexplicável. Nesse sentido, e por tudo isso, entendo perfeitamente a felicidade dos assentados quando se referem a sua terra como a maior alegria de suas vidas.

Como já mencionado, durante a minha trajetória acadêmica passei a me envolver com diversas ações e foi então que no ano de 2005 entrei para o Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero – GEPGÊNERO. Em decorrência dessa participação, surgiu o interesse de pesquisar as ações das mulheres e suas relações exercidas em um mundo considerado machista. Não levanto qualquer bandeira, tão pouco me considero feminista, apenas acredito que o papel da mulher ainda é pouco reconhecido e que ainda há muitas lacunas quando o assunto é a participação das mulheres, seja nos espaços privados ou público.

Desde 2010, as pesquisadoras do GEPGÊNERO passaram a pesquisar duas comunidades: uma no espaço ribeirinho e outra no espaço rural. Ambas são Assentamentos da Reforma Agrária, e é neste contexto que se insere o Assentamento Joana d'Arc III e conseqüentemente o interesse em procurar saber de onde vieram os moradores. A princípio, o interesse girava em torno de conhecer mais a respeito das famílias remanescentes de Corumbiara, mas ao longo das idas a campo a pesquisa teve que ser redirecionada por causa da não existência destes remanescentes. O que sabemos é que, logo no início, quando os primeiros moradores chegaram, de fato existiam residentes que teriam vindo de Corumbiara, mas que à época da pesquisa já não residiam no assentamento.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi elaborada não apenas por duas, mas por várias mãos, vozes e vivências, já que teve a participação das famílias das agrovilas do Assentamento Joana d’Arc III como norte. Sem a participação delas, não seria possível sair da primeira linha.

Este trabalho foi concretizado junto às famílias das seis agrovilas do Assentamento Rural Joana d’Arc III. Faz-se necessário reforçar que a pesquisa foi realizada apenas nas seis Agrovilas, a saber: (Chico Mendes; Sérgio Rodrigues; Padre Ezequiel; Pequena Vanessa; União dos Camponeses e Vencedora), tendo em vista que a extensão do assentamento é maior do que o lócus da pesquisa. Outro fator a ser esclarecido é que a pesquisa teve que ser repensada por fatores que só constatados quando as abordagens a campo já haviam se iniciado.

Quando se pensou o projeto de pesquisa, ainda no processo para a seleção do mestrado, o intuito não era trabalhar com todas as famílias, tendo em vista que o tempo para a pesquisa é consideravelmente curto. Sendo assim, decidiu-se trabalhar junto às famílias remanescentes do Massacre de Corumbiara¹. A escolha desse grupo de pessoas se deu em função do histórico de luta, da trajetória de vida, das consequências que um massacre pode ocasionar e, principalmente, visando conhecer o cotidiano de pessoas que passaram por um trauma como esse, tendo que conviver com as lembranças e construir um novo espaço. Após a decisão do local e do público, passou-se para o processo de elaboração dos questionamentos e construir o que se pretendia pesquisar junto aos assentados das agrovilas.

Foi então que surgiram os questionamentos, que giravam em torno de saber como se deu o processo de adaptação no novo assentamento. Como se dá a participação da mulher na construção do lugar? Quais as influências do conflito no processo organizativo da comunidade? Como se caracteriza esse novo espaço?

Ao longo do ano de 2011, foram feitas três visitas ao assentamento. Durante essas visitas, não foi possível identificar as famílias remanescentes de Corumbiara.

¹ O Massacre de Corumbiara ocorreu em 1995 no município de Corumbiara no Estado de Rondônia. O conflito foi entre policiais militares e camponeses sem terra que estavam alojados na Fazenda Santa Elina. Como consequência morreram 11 pessoas. As famílias desalojadas foram encaminhadas para vários assentamentos rurais, sendo um deles o assentamento Joana d’Arc III.

Em janeiro de 2012, em mais um trabalho de campo junto ao assentamento e através de conversas com os moradores, chegamos à conclusão de que as famílias remanescentes de Corumbiara já não residiam no assentamento. Em razão disso, resolveu-se trabalhar com outro enfoque para a pesquisa. Passou-se a estudar não mais os remanescentes de Corumbiara, mas sim a comunidade como um todo. Decidiu-se trabalhar com as experiências de vida e sobre como é o dia a dia dessa comunidade, construída especificamente com o intuito de abrigar famílias oriundas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

Os objetivos da pesquisa continuaram os mesmos. A mudança se deu em relação ao público a ser pesquisado. Abandonou-se a problemática de trabalhar especificamente com remanescentes de Corumbiara e passou-se à procura de histórias de pessoas que tiveram suas vidas modificadas após a ida para o assentamento.

Encontramos famílias vindas de outros Estados e com histórias parecidas. Pessoas que, até a sua chegada ao assentamento, haviam morado em outros lugares, todas com o sonho de se tornarem donas de sua terra. Essa migração populacional vem de décadas e surge como uma das consequências do crescimento da população brasileira, fazendo com que houvesse o crescimento daqueles que não obtinham o acesso à terra. Com isso, novas terras passam a ser exploradas. A Amazônia vira alvo de cobiça e exploração e se transforma numa região importante para os pequenos agricultores, que, por conta da falta de oportunidades ou por não possuírem terras, passam a se deslocar para essa região, incentivados pelo governo. Rodovias que ligavam a Região Norte ao restante do país são abertas. Surge a Belém–Brasília, seguida da Transamazônica, que ligava o Norte ao Nordeste. Assim como a rodovia que ligava São Paulo à Cuiabá, Cuiabá à Porto Velho, Porto Velho à Manaus e de Manaus à Boa Vista. Dentre estas rodovias a Transamazônica, idealizada pelo então presidente da República Emílio Garrastazu Médici, que usou a celebre frase: *“levar os homens sem terra do Brasil a ocuparem as terras sem homens na Amazônia”*. A rodovia nunca foi finalizada. Outra rodovia que continua sem ter sido finalizada é a Porto Velho – Manaus. Esta, por sua vez, tornou-se um dos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sendo mantido no governo da atual presidenta Dilma Vana Rousseff.

Ao abordar migração e expansão do capitalismo para a Amazônia, constata-se o quanto esta região foi explorada de forma desordenada, em nome da busca por desafogar as regiões Sul e Sudeste, que já se encontravam bastante prejudicadas pelos grandes proprietários de terras. José Januário Amaral, em seu livro *“Mata Virgem: Terra Prostituta”*, aborda essa expansão quando descreve:

“A colonização agrícola de novas terras tem sido uma das estratégias específicas posta em prática pelas elites no processo de expansão das relações capitalistas na região amazônica. Isto em detrimento da execução de uma política de redistribuição da propriedade fundiária no país.” (AMARAL, 2004, p 31)

É justamente na década de 70 do século passado que a Região Norte recebe uma grande quantidade de migrantes, oriundos principalmente das regiões Sul e Sudeste. Terezinha Souza (2009, p. 14) vai dizer que, *“Os migrantes eram atraídos pela distribuição de terras, a oferta de trabalho. Era a forma que o governo encontrou para mobilizar a mão-de-obra excedente de outros Estados do país.”* A região passa a ser habitada por pequenos agricultores sem terra que buscavam o acesso a ela e também por grandes agricultores à procura de novas terras para explorarem. É neste contexto da busca por um pedaço de terra que os conflitos agrários se intensificam. Terezinha Souza (Id. Ibid., p. 30) ainda reforça que *“a migração camponesa tem causas espaciais, sociais, históricas e econômicas. Tanto no lugar de origem quanto no lugar de destino.”*

O Estado de Rondônia recebeu uma leva bastante significativa de migrantes em busca do sonho de finalmente se tornarem proprietários de suas terras. Contudo, a posse da terra continuava tão difícil quanto antes, e os conflitos agrários continuam até os dias atuais.

É neste contexto que a presente pesquisa se pauta na ciência geográfica, a qual se torna importante subsídio, pois através dela é possível entender a migração para a região amazônica, possibilitando maior compreensão do espaço geográfico do Assentamento Joana d’Arc III, bem como sobre o que esse espaço representa para as famílias que lá residem.

Neste sentido, surge a importância de identificar as transformações, experiências e mudanças ocorridas na vida das famílias assentadas, fazendo um

levantamento sobre o modo de vida, na tentativa de analisar as relações dos camponeses com a natureza nesse novo espaço e sua reorganização.

Como o intuito desta pesquisa é trabalhar o espaço das agrovilas e por conseqüência trabalhar as relações de gênero junto aos moradores se faz necessário compreender o seu cotidiano e o seu modo de vida junto a comunidade e junto a natureza. Portanto, pesquisar a participação ativa dessas mulheres vem a ser de suma importância, pois só assim é possível “buscar um sentido para a pluralidade de verdades que brotam dos relatos” (FERREIRA, 1996a, p 105). Reorganizando as trajetórias individuais em uma trajetória coletiva. A mulher deixa de ser apenas um número quantitativo nos levantamentos e passar a ser vista como individua ativa e participativa nas decisões importantes do coletivo.

No primeiro capítulo, encontra-se a parte teórica e a metodologia utilizada na pesquisa.

No segundo capítulo, apresentam-se os diários de campo onde são relatadas as experiências e vivências durante as visitas ao assentamento.

O terceiro capítulo aborda as experiências de moradoras do assentamento. O foco está nas histórias de três mulheres (Ana, Anita e Valdeci), suas trajetórias de vida e sua atuação no assentamento.

O quarto capítulo tem como enfoque a participação e a atuação da mulher no mundo rural. Busca-se entender as transformações já ocorridas ao longo dos anos e as suas conquistas. Abordamos o papel exercido das mulheres de Joana d’Arc. Como ela se comporta no dia a dia diante dos costumes arraigados ao longo de séculos em que o homem deteve/detém o papel de ser o provedor e ela o papel de reprodutora, ou seja, o homem com trabalho produtivo, o que gera valor e a mulher com o trabalho reprodutivo, que não agrega valor. Tivemos como alicerce as entrevistas, discussões junto aos moradores e os diários de campo.

CAPÍTULO I

BASE TEÓRICA E METODOLÓGICA

1.1. As raízes de Joana Darc III

Antes de discorrer a respeito da base teórica e metodológica do espaço geográfico em que o assentamento Joana d’Arc III se encontra e seus moradores, faz-se necessário buscar sua historiografia. Em relação à escolha do nome Joana d’Arc, sabe-se que Joana d’Arc foi uma mulher, vista como diferente para sua época, que comandou exércitos, participando de várias batalhas em nome da busca da liberdade dos franceses, que viviam sob o domínio dos ingleses. Como consequência de sua valentia e coragem, acabou sendo capturada pelos ingleses e morreu, aos dezenove anos, queimada viva, acusada de heresia. No entanto, o Assentamento Joana d’Arc não foi nomeado em homenagem à heroína francesa, e sim a uma funcionária do INCRA, a qual era muito querida pelos demais colegas de trabalho e viu seu nome emprestado ao lugar.

O acesso ao Assentamento Rural Joana d’Arc III, localizado a 100 km do perímetro urbano do município de Porto Velho no Estado de Rondônia, é feito através da BR 319 (Porto Velho/ Manaus) ou pela BR 364 (Porto Velho/Rio Branco).

Além do Assentamento Joana d’Arc III, há mais dois assentamentos que recebem o mesmo nome. Sendo eles: Joana d’Arc I e Joana d’Arc II. O campo de estudos desta pesquisa foi apenas o setor III, onde se encontram as seis Agrovilas (Chico Mendes; Sérgio Rodrigues; Padre Ezequiel; Pequena Vanessa; União dos Camponeses e Vencedora) visitadas.

A escolha desse assentamento se deu em função de já haver um trabalho sendo desenvolvido junto aos moradores por parte das pesquisadoras do Grupo de Pesquisa². Sendo assim, surgiu o interesse em saber qual a origem dessas pessoas, de onde vieram e quais as suas trajetórias. O foco principal era analisar as

² GEPGÊNERO: Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero. Criado em 2001 na Universidade Federal de Rondônia.

transformações ocorridas na vida dessas famílias, e, principalmente, analisar as relações de gênero no assentamento.

Segundo dados do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), o local do assentamento foi definido em 30 de julho de 1981 através da portaria nº 161. De acordo com Holanda Filho (2007) e o Plano de Recuperação (2010), as primeiras famílias a residirem no assentamento Joana d'Arc III eram oriundas de outras regiões do país, tendo vindo de 17 estados diferentes, e chegaram em 1982, após um processo de inscrição. A seleção consistia em entrevista realizada pelos técnicos do INCRA. Naquele período, as condições eram precárias, pois o acesso se dava apenas pelo rio Jaci-Paraná, afluente do rio Madeira, e pelo rio Madeira. Segundo relatos de alguns pioneiros, era praticamente impossível viver com tantas dificuldades, tais como a mata fechada, difícil acesso e excesso de animais selvagens. As famílias foram levadas por um caminhão do INCRA até a beira do rio Jaci-Paraná e cruzavam o rio Madeira. Após a travessia tinham que caminhar carregando seus pertences por um trecho de 8 a 15 km até chegarem aos lotes. Como consequência das dificuldades, muitas famílias abandonaram seus lotes. O assentamento só voltou a ser habitado no fim da década de noventa. As mesmas antigas dificuldades se apresentavam. O acesso continuava sendo feito somente pelos rios e os novos assentados continuavam a ter que andar muitos quilômetros mata adentro.

Ainda de acordo com os dados coletados junto ao INCRA, a criação do Assentamento Rural Joana d'Arc III está datada de 9 de junho de 2000, por meio da portaria SR-17/ nº 070, tendo uma área registrada de 27.920,6610 de hectares. Deste total, foram medidos 24.143, 5197 ha. Os lotes começaram a ser entregues pelo INCRA em abril de 2001. Antes de serem remanejados para as agrovilas, os assentados foram levados para um acampamento localizado no Distrito de Jaci-Paraná.³ Algumas famílias chegaram a passar até um ano no acampamento. Outras passaram menos tempo. Durante este período, muitas das famílias moraram em barracas feitas de lona. Uma de nossas colaboras relata essa experiência.

Abrimos um pequeno espaço para falar deste período que as famílias passaram acampadas antes de irem para o assentamento. Para Caume (2006), “o

³ O Distrito de Jaci-Paraná pertence ao Município de Porto Velho, de onde está distante 90 km.

acampamento de sem-terra pode ser percebido como um momento provisório marcado pelo caos, pela desarticulação e desestruturação de formas de vida e de valores legitimados pela tradição.” As famílias tiveram que se adaptar à rotina dentro do acampamento. Rotina esta que pode ser entendida como ociosa, já que segundo relatos dos assentados não havia um prazo mínimo para a saída do acampamento e ida para o assentamento. Ainda segundo o mesmo autor,

Uma das principais dificuldades vivenciadas pelos agricultores no período do acampamento foi o rompimento da tradicional articulação existente entre trabalho, terra e família, constitutiva do *éthos*⁴ de *colono*. O cotidiano do acampamento implicou uma ruptura com a rotina da vida, dilacerando-se a unidade e o equilíbrio entre o tempo de trabalho e o tempo livre. Se na colônia o trabalho aparece como centralizador da vida e como princípio moral, na situação extraordinária do acampamento o cotidiano é regulado por outras demandas, principalmente aquelas acarretadas pela imposição da mobilização política e mesmo pelo ócio. Este processo é majoritariamente, percebido com uma valoração negativa, causador, inclusive, de perturbações nervosas...⁵

Analisando o que David José Caume descreve, é possível vislumbrar o que as famílias vivenciaram durante o período em que estiveram acampadas à espera da liberação para enfim se deslocarem para o assentamento. Possivelmente, tais perturbações nervosas eram derivadas da situação em que se encontravam, morando embaixo de lonas, vivendo uma rotina sem a expectativa concreta de saída para o assentamento. Como já mencionado anteriormente, houve famílias que ficaram até um ano dentro do acampamento.

O assentamento Joana d’Arc III atende principalmente famílias do Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra – MST vindas de outras localidades, assim como famílias oriundas do município de Porto Velho que antes não possuíam terras. Essas famílias, em sua grande maioria, advinham da luta pela terra. Famílias com experiências de ocupações e que estavam à espera de enfim ocuparem uma terra que poderiam chamar de sua e enfim mudarem o *status* de sem-terra para assentados.

João Fabrini (2002) considera que até estarem devidamente assentadas estas famílias seriam “pessoas sem lugar”, já que não há um apego durante o tempo

⁴ Palavra de origem grega que significa ética. Representa um conjunto de hábitos de uma comunidade.

⁵ Idem, *Ibidem*, p. 147.

que passam dentro dos acampamentos. O autor traz para discussão a questão de se levar em conta a historicidade dos Movimentos Sociais argumentando que

O assentamento é um espaço que expressa conteúdo histórico resultante de processos políticos e sociais, ou seja, trata-se de um espaço onde se materializam as relações sociais, no caso, relações camponesas. Neste espaço, os assentados constroem o território camponês verificado nas relações econômicas, políticas, sociais, etc. Então, cabe compreender como as relações se realizam no espaço e como se torna condição de manutenção e produção de novas ou antigas relações.⁶

Inferese-se que o autor observa que ocorrem relações entre os camponeses que se perpetuam após a chegada ao assentamento. Por conta disso buscou-se, na pesquisa, saber como as famílias conheceram o assentamento e o que as fez decidir ir para lá. Nas respostas, havia um personagem comum a todas as famílias: Adelino Ramos⁷, conhecido como “Dinho”. Ao longo das entrevistas, todas as colaboradoras citam Dinho em suas narrativas. Notou-se que Dinho foi a pessoa responsável pela mediação entre os assentados e o INCRA até chegar ao assentamento. Como já citado, o assentamento tinha como objetivo abrigar famílias oriundas de movimentos sociais, e é neste cenário que entram os remanescentes do Conflito de Corumbiara. Dinho, como líder e representante destes remanescentes, organizou as famílias que queriam ir para o assentamento. Porém, o mesmo Dinho não chamou apenas as famílias de Corumbiara. Por onde passava, convidava também outras famílias em busca de ter um pedaço de terra. Esta extensão do convite a outras famílias provavelmente se dava em função da quantidade de lotes disponíveis no assentamento e também porque muitas das famílias que participaram do Conflito de Corumbiara haviam sido remanejadas para outros assentamentos em outros municípios do Estado de Rondônia.

Partindo do pressuposto do avanço dos movimentos sociais e o crescimento das lutas, assim como o deslocamento de famílias que estão trocando a cidade pelo

⁶ Idem, *Ibidem*, p. 83.

⁷ Era agricultor, líder do Projeto de Assentamento Florestal (PAF) Curuquetê e do Movimento Camponês Corumbiara (MCC). Foi um dos participantes do Massacre de Corumbiara e como consequência vinha sofrendo ameaças de fazendeiros e de toreiros (quem trabalha com toras de madeira) desde que o PAF foi criado, em 2008. Foi assassinado brutalmente no dia 27 de maio de 2011. Sua morte teve repercussão nacional e internacional pela sua atuação nos movimentos sociais. (OLIVEIRA, 2011)

campo, faz-se necessária abordar a questão que trata da crise em que os centros urbanos vivem. Marques (2002, p. 96-97) diz que:

nos principais centros urbanos do país vive-se uma situação de crise, marcada por um forte aumento da violência e do desemprego, além das péssimas condições de saúde, educação e habitação enfrentadas por grande parte de seus moradores. O intenso processo de êxodo rural verificado na segunda metade do século XX, responsável pelo alto grau de urbanização alcançado por nossa população, encontra-se hoje em fase de desaceleração, tornando-se cada vez mais significativa a migração entre pequenos municípios rurais e o movimento cidade-campo.

Ao longo da história, foi possível observar esse êxodo rural, em que o camponês trocava o campo pela cidade acreditando que encontraria melhorias por conta do crescimento da indústria, o que veio a ocasionar um aumento populacional nas cidades. Como consequência, surgem às favelas e os chamados subempregos. Durante o trabalho de campo junto às famílias das agrovilas, foi possível ter esta constatação que Marques trata. A pesquisa revelou famílias que residiam na capital e que, em razão da violência ou pelo fato de morarem em bairros periféricos, preferiram trocar a cidade pelo campo em busca de uma vida mais tranquila para criarem seus filhos.

Informamos anteriormente que o ano de criação do P. A Joana d'Arc III foi 2000, o que difere das agrovilas, criadas somente em 2009. A criação das agrovilas teve como objetivo assentar famílias que haviam vivido o Massacre de Corumbiara e que ainda não tinham sido assentadas em outros assentamentos no Estado de Rondônia. Apesar das agrovilas terem sido criadas em 2009, as famílias começaram a ser assentadas bem antes.

A extensão do P.A Joana d'Arc III é dividida da seguinte forma, 17.509.0145 ha, para 395 lotes no formato *quadrado burro*⁸ e 6.634.5052 ha, é a área das seis agrovilas. Cada agrovila pode abrigar 24 famílias assentadas, totalizando um montante de 144 famílias. As medidas dos lotes seguem as seguintes mediações: 2500m de perímetro, sendo 40m de limite frontal e 300m de limite fundiário, e 1000m de lateral direita.

⁸ Quadrado-burro: termo utilizado pelo INCRA para indicar conjunto de demarcações retangulares que não seguem ou respeitam barreiras naturais nos limites.

Segundo o INCRA, foram assentadas 385 famílias nos lotes quadrado burro e 115 famílias nas agrovilas. Apesar das agrovilas terem capacidade para agregar 144 famílias, constatou-se em nossas pesquisas de campo que esse quantitativo não condiz com a quantidade de moradores existentes. Isso ocorre porque muitas famílias abandonaram ou venderam seus respectivos lotes. Viviane da Silva Nery (2012, p.16) aborda em seu trabalho essa questão e acrescenta que,

Para diminuir a evasão destes moradores devido à falta de infra-estrutura, o INCRA disponibilizou créditos de investimentos e custeios produtivos. [...] O crédito de Instalação (apoio) no valor de 1.400,00 reais no ano de 2001, crédito habitação no valor de 3.000,00 reais no ano de 2002. Também foi desenvolvido o trabalho de Assessoria Técnica e Social do PA que teve início em abril de 2003.

Em função destes créditos recebidos, as famílias resolveram ficar, evitando assim o abandono por completo do assentamento. No entanto, segundo o “Plano de Recuperação: Projeto de Assentamento Joana d’Arc III”, elaborado em 2010 pelos órgãos EMATER, INCRA, MDA e ATES, estes recursos só eram repassados às famílias depois de dois anos de moradia, pois no momento em que foram encaminhadas para o assentamento não tiveram nenhum incentivo. Ainda de acordo com o levantamento realizado por estes órgãos alguns lotes foram vendidos por diversos motivos que perpassam pela saúde, educação, infraestrutura.

É difícil imaginar tal situação e as dificuldades que estas pessoas tiveram que enfrentar. Por um lado, enfim morariam em um local seu e com perspectivas de crescimento. Por outro lado, estavam indo sem quaisquer recursos. E como consequência de tais dificuldades, viram como única alternativa abandonar o lote. Uma das colaboradas entrevistadas relatou que passou com sua família apenas quatro meses no assentamento, e que após este período foi morar em Jaci-Paraná, retornando para o assentamento somente anos depois, quando as condições já não estavam tão precárias.

A figura a seguir refere-se à localização, estruturação do Assentamento e suas agrovilas.

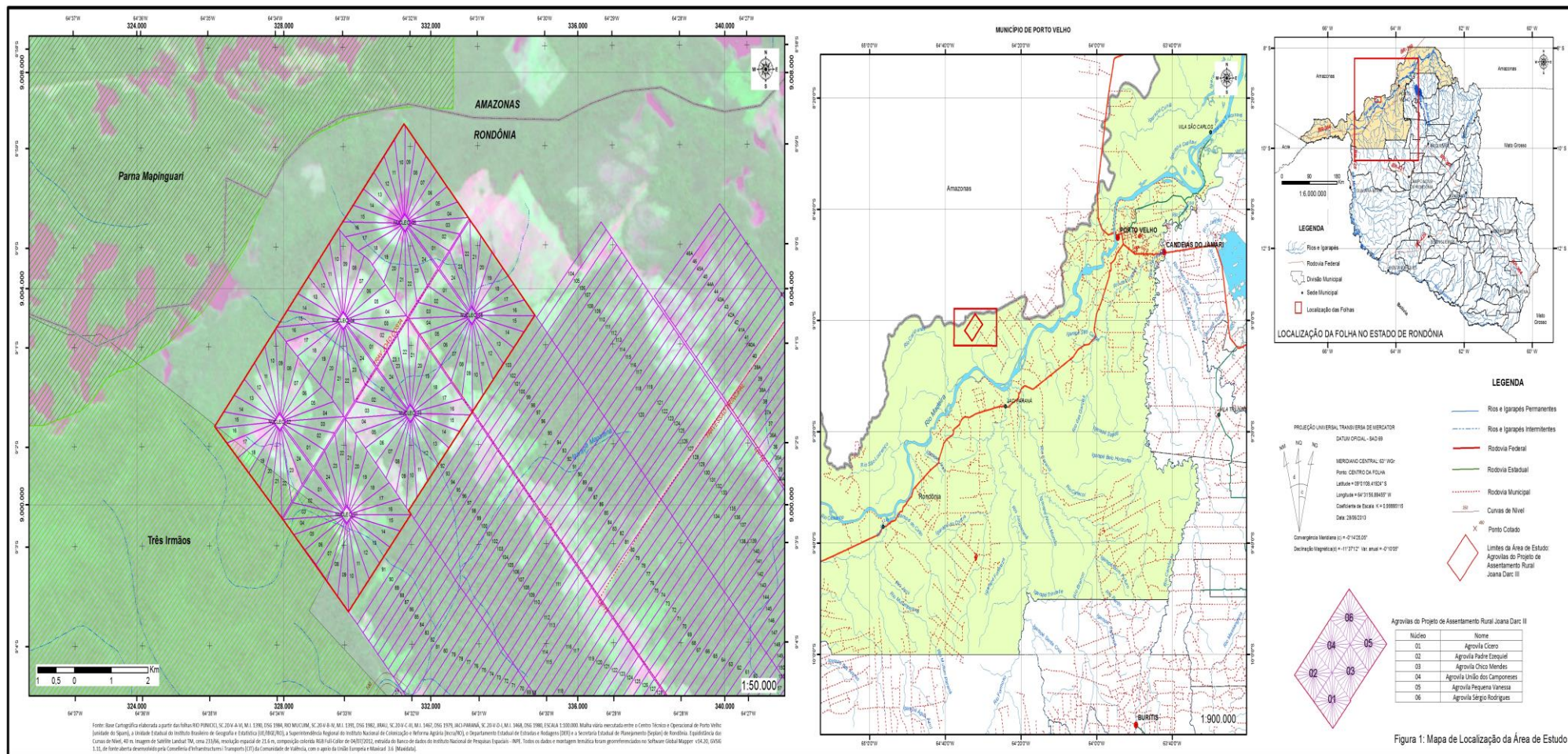


Figura 1: Mapa de Localização da Área de Estudo



Imagem 02: Mapa mental elaborado por um morador. Relatório Final da pesquisa PIBIC: Equidade de Gênero no Assentamento Rural Joana D'arc III, Porto Velho, 2012. GÓES, Kelyany

A segunda imagem mostra como que o lote é de fato preenchido. Pode-se fazer algumas observações ao comparar as duas imagens: Na imagem 1, observa-se que a reserva encontra-se na parte mais larga da área, e ao visualizar a imagem 2, percebe-se que a reserva está na parte mais estreita da área, onde se pode ler “APP” (Área de Preservação Permanente). Com isso, verifica-se também por onde a estrada de fato passa. Em seguida, percebe-se como a plantação do lote está dividida. As residências ficam voltadas para a estrada e dispostas atrás da plantação. Primeiramente, está a plantação de mandioca, seguida de uma plantação de bananas, com a plantação de café na lateral tendo, ao centro, uma área disponível e ao fundo a área de preservação. Como já mencionado, o centro dos lotes deveria ser um espaço de socialização. Durante as visitas, obteve-se dos moradores a informação de que este espaço social seria utilizado para construir escolas, posto de saúde. Contudo, o que se viu foi um pequeno espaço coberto pelo mato, onde nem mesmo seria possível construir uma escola ou um posto de saúde. A imagem a seguir oferece uma melhor dimensão da inadequação do espaço que deveria ser utilizado para a integração social do Assentamento.



Imagem 03: Espaço Social do Assentamento Joana D'arc III. Relatório Final da pesquisa PIBIC: Equidade de Gênero no Assentamento Rural Joana D'arc III, Porto Velho, 2012. GÔES, Kelyany.

As pequenas entradas visualizadas na imagem são as pontas de cada lote.

Os moradores relataram que atualmente o quantitativo de famílias residentes nas agrovilas já não é mais o mesmo. Essa informação ganha reforço através do Plano de Recuperação (2010). As agrovilas se encontram da seguinte forma:

Quadro 01: Quantitativo de famílias que ainda residem nas Agrovilas

Agroville	Quant. de famílias
Chico Mendes	15
Padre Ezequiel	09
Pequena Vanessa	16
Sérgio Rodrigues	10
União dos Camponeses	13
Vencedora	16

Fonte: Plano de Recuperação: Projeto de Assentamento Joana d'Arc III. Organizado por OLIVEIRA, Cláudia Nascimento. 2013

Tal quadro confirma o que foi dito a respeito das agrovilas não possuírem o total de 24 famílias residindo nos lotes. Como já mencionamos a soma de todos os lotes das seis agrovilas resulta no montante de 144 lotes e pelo nosso quadro há apenas 79 deles sendo ocupado, o que representa em porcentual aproximadamente 55% de famílias ainda residentes nas agrovilas. Obtivemos informações com os

moradores em nossa última visita de que há a possibilidade que estes dados caiam ainda mais em consequência de famílias estarem indo embora por conta da provável alagação que haveria por conta da hidrelétrica de Santo Antônio. Tal fato vem amedrontando não só os moradores das agrovilas como todos os outros que residem nos demais lotes.

1.2. A migração

Pode-se iniciar abordando a questão da migração para a região Norte e para o Estado de Rondônia e o peso dessa migração na vida das famílias das agrovilas do Assentamento Joana d'Arc III, no entanto antes de adentrar este ponto, tratar-se-á um pouco mais a fundo o porquê destas famílias migrarem para outros Estados em busca de novas perspectivas de vida. Já foi relatada na introdução deste trabalho a transição pela qual o país passava em meados da década de 70 do século passado e o quanto o governo se empenhou em fazer campanhas para que a região Amazônica fosse ocupada, com o objetivo de desafogar os grandes centros do país. Deve ser acrescentado que essas campanhas surgiram como consequência de um sistema capitalista. Richard Peet argumenta que,

A desigualdade produz-se inevitavelmente no processo normal das economias capitalistas, e não pode ser eliminada sem alterar de modo fundamental os mecanismos do capitalismo. Ademais, forma parte do sistema, o que significa que os detentores do poder têm interesses criados em manter a desigualdade social. (PEET, 1985, p. 256)

Percebe-se que o governo vivia e vive ainda nos dias atuais uma dicotomia, pois ao mesmo tempo em que busca soluções para os menos favorecidos, não pode ir de encontro aos interesses dos chamados detentores do poder. Como consequência dessa briga de forças, surgem as desigualdades de classes e a busca dos menos favorecidos por alguns benefícios. Ainda tendo como apoio o pensamento de Peet, ele reforça essa busca por benefícios ao falar que,

A luta individual para ganhar a vida desenvolve-se em certo meio físico, social e econômico. Esse meio ambiente pode ser entendido como uma série de recursos – serviços, contatos e oportunidade – com os quais interaciona o indivíduo. O resultado eventual desta interação é a produção de bens e serviços para a sociedade e de salários para o indivíduo. (PEET, 1985, p. 262)

É nesta conjuntura que o pequeno agricultor se vê desprovido de qualquer vantagem e sai em busca de novos territórios. Acreditando que a vida será diferente e que poderá enfim realizar o sonho de ter sua terra.

Ainda usando como aporte a dissertação de Terezinha Souza (2009), ela trabalha a questão da migração dos agricultores rurais e as suas modificações e consequências, acarretadas ao longo da tal expansão do capitalismo ao dizer que,

O camponês vem modificando-se de acordo com a expansão do capitalismo e da modernidade, mas traz consigo o seu modo de vida. Isso significa que não há uma ruptura definitiva das formas tradicionais, historicamente construídas ao longo do tempo. Eles se matêm de forma adaptada as novas exigências impostas pelo capital. Assim garantem a sua sobrevivência e a sua reprodução ao longo das gerações. (SOUZA, 2009, p. 27)

O que se percebe é que o camponês, mesmo tendo que se adaptar ao capitalismo, não deixa de carregar consigo as suas tradições e conseqüentemente garante a sua expansão ao longo dos anos. Isso foi possível ser observado ao longo das visitas às agrovilas. Cita-se como exemplo dessa modificação a Casa de Farinha construída para expandir a venda da farinha. A produção que antes era manual passou a ser mecanizada, possibilitando produzir uma quantidade maior em menos tempo. Mesmo com essa modificação em nome da busca pelos lucros, as tradições familiares aparentemente não foram modificadas. Pode-se citar como exemplo a relação patriarcal ainda existente nas famílias, onde o homem continua sendo o provedor da família e a mulher a responsável pelos afazeres do lar, ou quando não a mulher é vista como uma “ajudante” do marido no processo da produção da farinha.

Segundo dados do último levantamento do censo demográfico realizado pelo IBGE 2010, a população brasileira encontra-se com 190.755.799 pessoas, sendo que deste total há 29.829.995 residindo em zonas rurais, equivalente a 15% da população. Deste montante que reside na zona rural, o IBGE ainda aponta que 15.696.811 são homens e 14.133.184 são mulheres. Estes dados demonstram que se encontra praticamente equiparado o quantitativo de homens e mulheres rurais.

Ainda tratando da questão da migração, se faz necessário lembrar que o fator norteador para as famílias irem para outras localidades é a busca por espaços onde acreditam que enfim poderão criar raízes. Porém, até essa busca se tornar

realidade, a luta pela terra é algo constante e como consequência ocorre o que se chama de territorialização. Cria-se assim o MST, que passa a liderar e organizar as ocupações das terras, bem como fazer um trabalho de conscientização junto aos assentados para que estes não percam sua identidade após a conquista das terras. João Edimilson Fabrini (2002) ao abordar a questão da identidade, mostra que há um encontro de identidades diferentes que ao longo da convivência tornam-se comum e social e acrescenta que.

A população dos assentamentos apresenta enorme diversidade que o termo assentado não revela. A generalização não permite reconhecer as diferenças existentes no interior desta “categoria”. A diversidade de identidade social apresenta-se unificada na subordinação e reunida espacialmente na ocupação da terra (acampamento). O acampamento surge como forma inicial de aproximação e socialização dos trabalhadores sem-terra que se manifesta com maior intensidade no assentamento, pois a terra conquistada surge como base de nova socialização. (FABRINI, 2002, p. 82)

Tal socialização emerge com a convivência em comum, no dia a dia, e com o tempo aderem a uma identidade comum. Os problemas e dificuldades passam a ser os mesmos, assim como os desejos de melhorias.

Davi José Caume (2006) ressalta que os assentamentos rurais surgem na década de oitenta do século passado como uma emergência durante a redemocratização institucional pela qual o Estado brasileiro vinha passando. Era preciso criar estratégias e soluções para resolver o problema das lutas sociais *“que procederam o golpe militar e que professaram a reforma agrária.”*⁹ Segundo ele,

Os termos “assentamento” e “assentado” são designações que emergiram historicamente na matriz discursiva dos órgãos estatais responsáveis pela formulação e implementação das políticas fundiárias no país, exprimindo uma interferência do Estado para transformar os atributos sociais e culturais dos trabalhadores “beneficiários” da reforma agrária. (CAUME, 2006, p. 32-33)

Por meio dessas políticas fundiárias, foi criado durante o governo do presidente José Sarney o MIRAD – Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento, tendo como objetivo assentar mais de 1.400.000 famílias entre os anos de 1985 a 1989. O país estava passando pelo processo de redemocratização após longos anos de ditadura militar. Porém a meta de assentar tantas famílias não

⁹ Idem, Ibidem, p. 19.

foi alcançada. No final do mandato de José Sarney apenas 6,43% famílias haviam sido assentadas. O governo seguinte, do presidente Fernando Collor de Mello (1990 a 1992), extinguiu o MIRAD e são paralisados “os processos de desapropriação de terras e de implementação de projetos de assentamento.”¹⁰

Ainda explorando o trabalho de David José Caume, ele faz uma análise dos dados coletados junto ao INCRA e relata que,

Com o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) cresceu vertiginosamente o assentamento de agricultores no Brasil. Segundo dados do INCRA, entre 1995 e 1998, 280 000 famílias foram “beneficiadas pelo programa de reforma agrária, ou seja 66% do total de 424.124 famílias assentadas. (CAUME, 2006, p. 21-22)

O autor trabalha com o espaço de tempo até 1998, o que ainda não era suficiente para a presente pesquisa, pois era preciso saber se após este período havia tido algum avanço nos assentamentos. Foi então que se deu a busca de dados junto ao banco de dados do site do INCRA. Nele foi possível coletar que até o ano de 2011 já haviam sido assentadas 1.235.130 famílias no território brasileiro. Sendo que a região Norte foi a que mais assentou famílias, chegando ao montante de 503.173 famílias. Como a pesquisa está localizada no Estado de Rondônia, decidiu-se aprofundar em saber a respeito da quantidade de famílias assentadas neste Estado. Os dados do INCRA revelam que até o ano de 2011 já haviam sido assentadas 42.887 famílias em todo o Estado. O quadro seguinte demonstra o quantitativo das famílias assentadas ao longo dos anos.

Quadro 02: Famílias Assentadas no Estado de Rondônia (1994- 2001)

ANO	Nº DE FAMÍLIAS ASSENTADAS
Até 1994	9.405
1995	2.721
1996	2.973
1997	1.342
1998	4.176
1999	3.711
2000	2.809
2001	2.517

¹⁰ Idem, Ibidem, p. 21.

2002	2.263
2003	2.150
2004	2.053
2005	1.741
2006	1.007
2007	1.037
2008	1.393
2009	723
2010	649
2011	217

Fonte: INCRA. Janeiro de 2013. Organizado por OLIVEIRA, Cláudia Nascimento, 2013.

Através deste quadro é possível perceber que o processo de assentar as famílias foi decaindo ao longo dos anos. Porém, mesmo com esse crescimento das famílias assentadas, segundo Tânia Paula da Silva (2002) o país estava passando por crises quando diz que,

O final dos anos 90 do século passado foi marcado pelo aprofundamento da crise social e econômica da sociedade brasileira, em especial, dos agricultores. Neste contexto de desnacionalização da economia, centralização de capitais e crescente endividamento do país, o modelo de agricultura adotado de importação de produtos básicos e apoio a produção em larga escala de produtos com vistas a exportação como soja, café, laranja, etc., ganhou contornos ainda mais intensos. Logo, como reflexo desta distinção entre agricultura empresarial e agricultura familiar camponesa, as ações governamentais também passaram a se apresentar separadas, a saber: Ministério da Agricultura – para o setor empresarial – e Ministério do Desenvolvimento Agrário – responsável pelos assentamentos, com privilégios do primeiro em relação ao segundo no tocante ao desenvolvimento da agricultura e dos agricultores brasileiros. (SILVA, 2002 p. 237)

É dentro dessa conjuntura que o MDA passa a ter como competência a Reforma Agrária, cabendo a ele Identificar, reconhecer, delimitar, demarcar e titular as terras ocupadas. Assim como passa a ser o órgão responsável por promover o desenvolvimento sustentável dos espaços rurais.

1.3. Migração para o Estado de Rondônia

A Região Norte foi vista como válvula de escape para receber um grande contingente de trabalhadores rurais que não possuíam terra em seus lugares de origem. O Estado de Rondônia é um dos que mais recebeu migrantes de outros Estados brasileiros. Antes mesmo de tornar-se o Território Federal de Guaporé em 1943, muitos homens se deslocaram para esta região em busca do tão sonhado enriquecimento por conta da exploração da borracha e por conta da construção da estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Em 1956 ainda território passou a chamar-se Rondônia. Após 1960 começa a receber pessoas por conta da forte propaganda do governo federal. Estradas são abertas ligando a região ao restante do país e processos de colonização são implantados. O que acaba ocasionando um grande interesse por parte daqueles que buscavam explorar novas terras, neste caso os grandes empresários que tinham interesse em explorar a agropecuária e a madeira. Vieram também aqueles que não possuíam terra alguma. Em apenas vinte anos o Estado tem um crescimento populacional passando de 70 mil para 500 mil habitantes. Em 1982 Rondônia é elevado a Estado e passa a ocupar uma área territorial de 237.690.547 km².

O último CENSO de 2010 demonstrou que em todo território do Estado há 1.562.409 habitantes. Sendo que 1.149.189 habitam a área urbana e 413. 229 habitam em área rural. Porto Velho encontrava-se com 428 527 habitantes, sendo a única capital a ter uma proporção de homens superior a de mulheres. Demonstrou que há 103,2 homens para 100,0 mulheres.

Na última década o Estado novamente recebeu migrantes de outros Estados por conta da construção das usinas hidrelétricas de Jirau localizada a 120 km de Porto Velho e a de Santo Antônio localizada em Porto Velho. Ambas construídas no Rio Madeira. As hidrelétricas podem ser consideradas como sendo uma das obras mais importantes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC do governo federal.

Nesta conjuntura ocorre o que podemos chamar de migração interna. Famílias que migraram para Rondônia na década de setenta, hoje migram para

outros municípios ou municípios que estão em formação dentro do próprio Estado. Essa migração interna é tratada por Terezinha Souza (2009). Ela argumenta que.

Hoje quase 50 anos depois do início da colonização, espaços rurais em Rondônia continuam sendo formados por migrantes camponeses. Estes agora saem de áreas rurais de Municípios do próprio Estado na busca incessante para continuar se reproduzindo socialmente. Entram cada vez mais na floresta e abrem, novas áreas rurais. (pg 15)

Esse cenário é percebido em nossa pesquisa tendo em vista que o P. A Joana d' Arc III é um assentamento novo, bem como nossas colaboradoras já haviam morando em outros municípios. Percebe-se que as famílias que lá residem não vieram diretamente de outros Estados, mas sim, que estavam a “andar” incessantemente a procura de terras por outros espaços dentro do Estado de Rondônia.

1.4. Os Caminhos Geográficos e Metodológicos

A grande preocupação e talvez o ponto de partida para trilhar os caminhos desta pesquisa consistiram justamente em buscar compreender a relação que o indivíduo exerce com o seu lugar e com a sua comunidade. Não se deve esquecer que cada indivíduo carrega consigo uma história de vida e experiências que podem influenciar diretamente no seu modo de vida e na sua maneira de se socializar com outras pessoas. Para trabalhar os conceitos de lugar e espaço, optou-se nesta pesquisa pelos teóricos Yi-Fu Tuan (1985), Anne Buttimer (1985), precursores da Geografia Humanista. Assim como Ferreira (2000b), Karen Sasaki (2010).

Ana Buttimer afirma que nada pode passar despercebido aos olhos do geógrafo humanístico quando se trata da relação entre o homem e a terra, e reforça que:

Habitar implica mais do que morar, cultivar ou organizar o espaço. Significa viver de um modo pelo qual se está adaptado aos ritmos da natureza, ver a vida da pessoa como apoiada na história humana e direcionada para um futuro, construir um lar que é o símbolo de um diálogo diário com o meio ambiente ecológico e social da pessoa. (BUTTIMER, 1985, p. 165).

Buttimer leva a pensar que tudo está interligado. As ações do homem interferem diretamente no meio social que vive, assim como no meio ambiente. Seguindo este mesmo caminho está o pensamento de Yi-Fu Tuan (1985, p. 143) ao dizer que “a Geografia Humanística procura um entendimento do mundo humano através do estudo geográfico bem como dos seus sentimentos e ideias a respeito do espaço e do lugar”, ou seja, o homem se articulando e transformando o espaço e o lugar. Luiz Felipe Ferreira (2000b, p 67) dirá que “*O conceito de lugar, adquire, deste modo, para a Geografia Humanista, um papel central visto que é através dele que se articulam as experiências e vivências do espaço.*”

Yi-Fu Tuan em sua obra intitulada “Espaço e Lugar”, relata que “*o lugar pode ser definido de diversas maneiras. Dentre elas, está: lugar é qualquer objeto estável que capta nossa atenção.*” (1983, pg 179). O que nos leva a acreditar que o que julgamos como lugar na verdade tem um significado muito mais amplo. Tuan ainda reforça que “*muitos lugares, altamente significantes para certos indivíduos e grupos têm pouca notoriedade visual. São conhecidos emocionalmente, e não através do olho crítico ou da mente.*”¹¹ Nota-se, portanto, que lugar envolve tudo que carregue sentimento de pertencimento. Anne Buttimer diz que:

Cada pessoa é vista como tendo lugar “natural”, que é considerado o “ponto zero do seu sistema de referência”. Este lugar natural é colocado dentro de um “ambiente espacial estruturado, uma série de lugares que se funde para formar regiões significativas, cada qual com sua estrutura apropriada e orientada para outras regiões”. (1985, p. 177- 178)

Pesquisar o modo de vida das famílias assentadas no P. A. Joana d’Arc III torna-se importante por se acreditar que, através dos relatos, é possível conhecer mais profundamente as famílias assentadas e, desta maneira, acrescentar os trabalhos realizados sobre gestão agrária.

Karen Sasaki (2010) ao abordar a geografia humanística em seu trabalho diz que,

A Geografia Humanística valoriza o ser humano e revaloriza os conceitos de paisagem, lugar e região destacando a existência dos sujeitos e seu sentimento de pertencimento a um espaço. O lugar assume, então, uma personalidade, uma essência vital que se faz presente na história de cada

¹¹ Idem, Ibidem, p. 180.

sujeito favorecendo a relação com ele através das suas transformações no decorrer dos tempos. (p. 115)

Com esse entendimento, o trajeto migratório de outras localidades até o novo espaço de Joana d'Arc III e conseqüentemente suas transformações tornam-se importantes na construção desse novo lugar.

Pinheiro (2008), em sua dissertação, reforça essa importância ao dizer:

“Sabe-se mais sobre o tema migratório em si que sobre os que migram, os que contaram sobre suas experiências no trajeto de mudança de espaço. No mínimo as pessoas desaparecem como linha essencial de contenda, como aquilo que norteia ou do qual se procura entendimento... Fala-se das trajetórias, mas não se dão nomes aos envolvidos nelas... Sempre estão no genérico.” (PINHEIRO, 2008, p 9)

Sendo assim, quando se trazem a tona relatos e experiências vivenciadas, há uma modificação no olhar de quem está do lado de fora. Pois passasse a ter a versão de quem participou e não apenas a versão dos fatos vistos e analisadas por quem escreve. Adriana Leite (1998) e Werther Holzer (1999) trabalham essa questão. A primeira autora relata em seu trabalho que,

Considerando os diferentes graus de compreensão da realidade apresentados pelos indivíduos, Relph (1976) desenvolveu duas classes de percepção dialética Homem-meio: *insider* (ótica do habitante do lugar) e *outsider* (ótica de um habitante externo ao lugar). Em cada uma dessas classes haveriam níveis intermediários de percepção, variando entre o mais enraizado e o mais desenraizado. (LEITE, 1998, p.13)

Anne Buttimer compartilha do mesmo pensamento de Relph e acrescenta que o geógrafo deve estar atento as experiências e ser o mediador entre o *insider* e o *outsider*. A presente pesquisa procurou se basear tanto no *outsider*, como no *insider*, buscando ir ao encontro do olhar do habitante, do morador e não apenas baseado nas percepções dos pesquisadores. Ainda segundo Adriana Leite, ao analisar o significado do lugar, vê-se que,

“[...] lugar significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas à tipos de experiência e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e segurança” (RELPH, 1979¹², apud LEITE, 1998, p. 10).

¹² Referência original: RELPH, E. C. 1979. As Bases Fenomenológicas da Geografia. *Geografia*, 4 (7): 1-25.

Foi neste sentido que se pensou em enveredar a pesquisa, verificando essa necessidade de raízes e segurança, pois é justamente essa segurança que se acredita que a ciência geográfica dá ao sentido de lugar. Segundo Werther Holzer (1999), o conceito de lugar é fundamental para a ciência geográfica, porém só ganha tal importância para a disciplina a partir de 1980, já que antes vinha sendo estudado de forma secundária.

Compreende-se que não há como buscar um entendimento do lugar sem levar em conta toda uma bagagem de experiências que se tornam relevante. Faz-se necessário “aprender o significado do lugar” construído pelos “sujeitos”.

Na presente pesquisa, tais sujeitos são as colaboradoras, que com suas narrativas relatam suas experiências ao longo de suas vidas e hoje agregam um sentido de lugar ao assentamento onde residem.

Ao se trabalhar com este sentido de lugar, através das experiências humanas, vai-se de encontro ao espaço vivido, já que só é possível obter esse sentido ao se analisar o espaço a que estas pessoas agregam sentimento e apego. Para Werther Holzer (1999),

O espaço vivido segundo RELPH (1976: 16): contém o espaço sagrado e o espaço geográfico. Ambos são “centros de significados, ou focos de intenção e de propósito.” O segundo se trata do: “[...] espaço significativo de uma cultura popular que é humanizado pela nomeação dos lugares, por suas qualidades para o homem, e por fazê-lo para que sirva melhor às necessidades da humanidade. (HOLZER, 1999, p. 71)

Constatou-se que nas agrovilas estes dois espaços abordados por Relph se entrelaçam para aqueles que lá vivem. O espaço geográfico das agrovilas, apesar das dificuldades que os seus moradores enfrentam, pode ser considerado o espaço onde estes suprem as suas necessidades. É o lugar de onde aprenderam a retirar o sustento de suas famílias, espaço sagrado porque se observa que a comunidade passou a ver e acreditar que seria o lugar ideal para uma mudança de vida. Com isso a terra passa a ser vista como único meio para tal mudança.

Ao optarmos em abordar a temática de gênero e suas relações no meio rural, temos que primeiramente entender que,

Estudos sobre o trabalho da mulher rural e as relações de gênero em assentamentos rurais no país vêm sendo realizados desde a década de

1980 e trazem dimensões analíticas com base nas relações constitutivas entre os gêneros, na divisão sexual do trabalho, na segregação ocupacional, na dicotomia entre produção e reprodução, no patriarcado e nas relações de poder. (ESMERALDO, 2008. p, 190)

E baseado no crescimento dessas pesquisas que analisam cada vez mais as relações entre o homem e a mulher no espaço rural, acreditamos que este trabalho possa acrescentar as discussões a respeito do papel da mulher e sua contribuição na construção ou reconstrução de espaços. A mesma autora ainda irá discorrer a respeito de gênero e dirá:

Como o espaço, o tempo também é usado para organizar e dar vida social e sexuada aos corpos de homens e de mulheres. São construções que se eternizam na história, na economia e na cultura e são transmitidas na forma de normas, condutas, comportamentos e valores. Encobertas e naturalizadas, fazem uso de bens simbólicos que se corporificam nos objetos, nas coisas e criam gêneros. Dão a homens e mulheres destinos, funções e representações. (ESMERALDO, 2008. p.199)

Dessa forma entendemos que ser homem ou ser mulher também pode ser entendido como algo construído culturalmente e repassado ao longo dos anos.

Após a escolha do lócus da pesquisa, passou-se à escolha do método, o qual daria suporte para melhor compreensão e realização dos objetivos antes propostos. Sendo assim, optou-se pelo método fenomenológico, já que a fenomenologia tem como objeto de estudo o próprio fenômeno, as coisas em si mesmas, e não o que é dito sobre elas, buscando a consciência do sujeito através da expressão das suas experiências internas.

Foi pensando nas experiências vividas que se encontrou o suporte necessário através da fenomenologia para proceder à pesquisa, em busca de entender os fenômenos ocorridos no espaço geográfico das seis agrovilas do assentamento rural Joana d'Arc III. Eric Dardel (2011 p 112) dirá que "*O mundo geográfico só é autenticamente acessível a partir do nível da experiência vivida, em que o terrestre e o humano se ajustam a uma medida original*". O autor nos leva a entender que o homem e a terra não podem ser pensados separadamente. Há uma relação entre o homem e a natureza, podendo essa relação ser teórica, prática, afetiva e simbólica.

Bernard kaiser (2006 p. 94) alegará que *“qualquer um que deseje conhecer um fenômeno só poderá ter sucesso se entrar em contato com ele, ou seja, vivê-lo (praticá-lo) dentro do próprio meio deste fenômeno.”*

1.5. Procedimentos Metodológicos

Para realizar a pesquisa de campo, optou-se pelo espaço geográfico das seis agrovilas pertencentes ao Assentamento Joana d’Arc III, pois não haveria tempo hábil para aplicar as técnicas de pesquisa na área de todo o assentamento.

Para este trabalho, utilizou-se a pesquisa qualitativa como base norteadora e principal estratégia metodológica. Fizemos uso das entrevistas tendo em vista que possibilitariam um leque maior de resultados e através delas seria possível entender a trajetória de vida e a migração dos assentados até a sua chegada ao assentamento de Joana d’Arc III. Amaral (2004) reforça o uso da oralidade quando diz que as entrevistas durante a pesquisa são o relato de um narrador sobre sua experiência ligada com a atividade de colonização agrícola, procurando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu. É neste sentido de acrescentar as pesquisas geográficas a respeito do espaço vivido que se procurou, na presente pesquisa, fazer uso da oralidade.

A pesquisa transcorreu em etapas, que se iniciaram ainda no processo de construção do projeto de pesquisa e após a entrada no Mestrado. Conjuntamente com as disciplinas do Programa, teve início o levantamento bibliográfico com o propósito de aprofundar o conhecido da geografia humana e do objeto a ser pesquisado.

O processo de pesquisa se inicia antes mesmo da ida a campo, pois são feitas leituras, planejamentos de como se dará o trabalho de campo, levantamento de informações a respeito do lócus onde se realizará a pesquisa. Todos estes procedimentos foram realizados antes da primeira ida a campo.

Após os primeiros procedimentos, ainda no primeiro semestre de 2011 já como discente do PPGG, deu-se início aos trabalhos de campo. Ao visitar as agrovilas foi possível fazer o reconhecimento e a descrição do espaço geográfico.

Nas primeiras visitas não foi possível manter uma conversa mais prolongada com os moradores, pois as visitas sempre ocorriam durante as reuniões da Associação dos Assentados Rurais Projeto Joana d'Arc – AASRPROJD, que acontecem no primeiro sábado de cada mês. Durante o primeiro ano da pesquisa, a ida e o retorno ao assentamento ocorriam no mesmo dia, pois o grupo sempre estava composto por várias pesquisadoras, não sendo possível pernoitar nas agrovilas por falta de um local que comportasse tantas pessoas.

Ao longo das visitas seguintes, a interação com os moradores foi aumentando. Outros espaços de moradores foram visitados. As visitas deixaram de ser apenas à Associação. Em uma das visitas, o grupo de pesquisa foi convidado a visitar a casa de um morador. Esta experiência é relatada no segundo capítulo, que trata das experiências de campo. Em outra ida ao assentamento, houve participação em uma ação social realizada em parceria com outras instituições governamentais que tinham como intuito levar ao assentamento informações e atividades ligadas a saúde e lazer. A Universidade Federal de Rondônia - UNIR, representada pelo GEPGÊNERO, ficou com a responsabilidade de promover atividades lúdicas com as crianças. Tal atividade foi realizada junto às crianças, pois o grupo de pesquisa ao visualizar as demais atividades, concluiu que não haveria nenhuma específica a ser realizada com tais crianças. Assim como, concluiu que as mulheres estariam envolvidas com as demais atividades apresentadas pelos outros órgãos. Outro motivo que levou o grupo a optar por tal atividade se deu por conta do convite ter sido realizado muito em cima da hora. Essa atividade é retratada através das imagens seguintes.



Imagem 04: Sede da Igreja Batista onde se realizou as atividades com as crianças. Localizada na Agrovila União dos Camponeses. Porto Velho, 2011. OLIVEIRA, Cláudia Nascimento.



Imagem 05: Espaço interno da Igreja Batista. Momento em que a atividade estava sendo realizada com as crianças. Elas assistiam a um filme. Agrovila União dos Camponeses, Porto Velho, 2011. OLIVEIRA, Cláudia Nascimento.

Em janeiro de 2012, após já terem sido realizadas três idas a campo constataram-se a necessidade de visitar o assentamento e lá permanecer por um período maior, pois somente assim seria possível vivenciar o dia a dia da comunidade. A primeira viagem a campo durou uma semana, com hospedagem na casa de uma moradora. Esta experiência também é relatada no segundo capítulo.

Durante esta viagem de campo, procedeu-se ao próximo passo da pesquisa, que consistia em abordar os moradores, explicando-lhes a finalidade da pesquisa, assim como aplicar os questionários¹³ com aqueles que ainda não haviam respondido e selecionar as colaboradoras que participariam mais efetivamente da pesquisa, através de suas histórias de vida, desde a migração até a chegada ao assentamento.

A escolha das colaboradoras se deu de forma natural. Não havia até então nenhuma pessoa pré-selecionada. A única meta pré-estabelecida era que seriam mulheres. Tal escolha se justificava em virtude de se acreditar que as mulheres são capazes de buscar nas lembranças detalhes que aos homens poderiam passar despercebidos. Detalhes estes ligados ao dia a dia do lar e de uma maior convivência com os filhos.

Durante os dias de permanência no assentamento, buscou-se visitar as casas e conversar com os moradores. Foi através destas andanças que se pôde conhecer duas das colaboradoras, pois a primeira colaboradora já era conhecida. Era justamente a dona da casa em que o grupo ficou hospedado. No entanto, este fator não foi determinante para sua escolha como colaboradora desta pesquisa, mas sim a sua atuação no espaço da comunidade.

Após a escolha das colaboradoras, passou-se para a terceira etapa, que consistia em obter a autorização das escolhidas para as entrevistas. Após a concordância delas, foi verificada a disponibilidade e em seguida marcadas as datas e os horários. As entrevistas foram gravadas e filmadas com o uso de uma câmera digital. Como o objetivo da gravação não era fazer uso da imagem das colaboradoras, mas somente coletar a conversa, no momento das entrevistas a

¹³ O grupo de pesquisa GEPGÊNERO elaborou um questionário para ser aplicado com todas as famílias residentes nas agrovilas. Tal questionário serviu como banco de dados para as pesquisadoras que realizam pesquisas no assentamento.

câmera ficou direcionada para outro foco, de modo a não deixar as colaboradoras constrangidas por conta de estarem sendo filmadas.

Antes de iniciar as entrevistas com as colaboradoras, procurou-se deixá-las à vontade e esclarecer que o objetivo principal era saber a respeito de suas vidas antes e depois da chegada ao assentamento. Não cabia ir à busca de saber se tais relatos eram ou não de cunho verdadeiro, pois o importante era saber se essas experiências eram verdadeiras para as colaboradoras. Nosso objetivo era saber das histórias de vida destas mulheres na tentativa de acrescentar às pesquisas a respeito da migração. Para Tuan (1985, p. 156) *“a história reconstituída não necessita ser real; precisa somente se assemelhar à realidade.”* E foi justamente o que se propôs fazer. Márcia Maciel trabalha essa questão em sua dissertação intitulada *“O espaço lembrado: Experiência de vida em seringais da Amazônia”*. Ela trabalha com as narrativas de quatro mulheres e acredita que:

No caso das narrativas de experiências de vidas, não se tem a preocupação com a comprovação da verdade objetiva, e disso resulta seu poder de construir o que é “real”, na experiência de um indivíduo. As experiências narradas podem possuir um conteúdo ficcional, podem falar inverdades, mas foram ditas de modo verdadeiro; e esse modo de dizer, esse conteúdo discursivo, possui um significado social digno de ser analisado. (MACIEL, 2010, p 15-16)

As análises a respeito das entrevistas tinham por intenção desvendar ou pelo menos entender como se deu as tramas ao longo da vida destas mulheres.

Na quarta etapa, as entrevistas foram transcritas, analisadas e corrigidas. Novamente foi realizada uma visita ao Assentamento, em julho de 2012. Mais uma vez a permanência na comunidade foi de uma semana. Durante a estadia, visitamos as colaboradoras para mostrar-lhes as entrevistas e obter sua aprovação ou não. Uma delas encontrava-se organizando a festa de casamento de um dos seus filhos. Vivenciar o festejo do casamento nos proporcionou observar a forma de organização dos assentados quando se trata de festas comemorativas. No segundo capítulo, esta visita é descrita mais detalhadamente.

1.5.1. Pesquisa Qualitativa

“Com os teus olhos! Vá com os teus olhos e descubra a comunidade.”¹⁴

A pesquisa qualitativa ao longo das últimas décadas vem se tornando cada vez mais importante para a ciência geográfica e cada vez mais vem ganhando adeptos que acreditam que através dela é possível conhecer mais profundamente a cultura de uma comunidade.

Segundo Chiapetti (2010, pg. 06) *“uma pesquisa qualitativa “trabalha” com informações subjetivas de locais e de fatos, fornecidas pelos sujeitos envolvidos”*. As tais informações subjetivas foram possíveis de serem coletadas através da vivência junto à comunidade durante os trabalhos de campo.

As técnicas da pesquisa qualitativa utilizadas foram: observação participante, registro em caderno de campo e fotografias. Reforçando o uso das imagens fotográficas, Yi-Fu Tuan conceitua que, *“sob a influência das imagens de paisagem, pinturas ou captadas pela máquina fotográfica, aprendemos a organizar os elementos visuais em uma dramática estrutura, espaço-temporal.”* (1983. pg 137)

O uso do caderno de campo foi de suma importância para este trabalho. Talvez de todas as técnicas da pesquisa qualitativa, esta tenha sido a que teve um peso maior, Para Borges (2009),

Primeiramente, é importante observar e anotar sistematicamente os resultados das observações em caderno de campo, que pode ser também ser um “diário de campo”. esse é um instrumento valiosíssimo numa pesquisa qualitativa, principalmente, quando se utiliza a técnica da observação participante. Essas anotações devem ser feitas de duas maneiras diferentes: a) anotações objetivas, em que são descritos dados, lugares, pessoas, atividades, etc; b) anotações subjetivas, em que se colocam no papel as impressões, uma primeira interpretações de falas, de lugares e de momentos observados. Aqui cabe também anotar as impressões das pessoas com quem conversamos, como entendem e interpretam as mesmas coisas observadas. (BORGES, 2009, p. 192-193)

¹⁴ Frase dita pelo Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira a sua orientanda de Mestrado Valéria Marcos ao ser questionado sobre o roteiro das entrevistas e os questionários a serem aplicados no trabalho de campo. Frase retirada do artigo: *“Trabalho de campo em geografia: Reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante”*, 2006.

Ao utilizar o caderno de campo, foi possível coletar várias impressões durante o trabalho de campo. Impressões estas que foram descritas e que serviram de suporte após os retornos ao assentamento.

1.5.2.Trabalhando com a oralidade

Havia o objetivo de ouvir as histórias de vida das colaboradoras e, através de suas narrativas, sentir o que estava oculto aos olhos. Pretendia-se saber de suas trajetórias e de suas lembranças, assim como a sua relação com o lugar. Sheila Souza (2009), em sua dissertação, intitulada “*A Velhice fora do lugar: História Oral de vida*” aborda esta questão da trajetória, como ela se constrói e a sua relação com o convívio social, afirmando que:

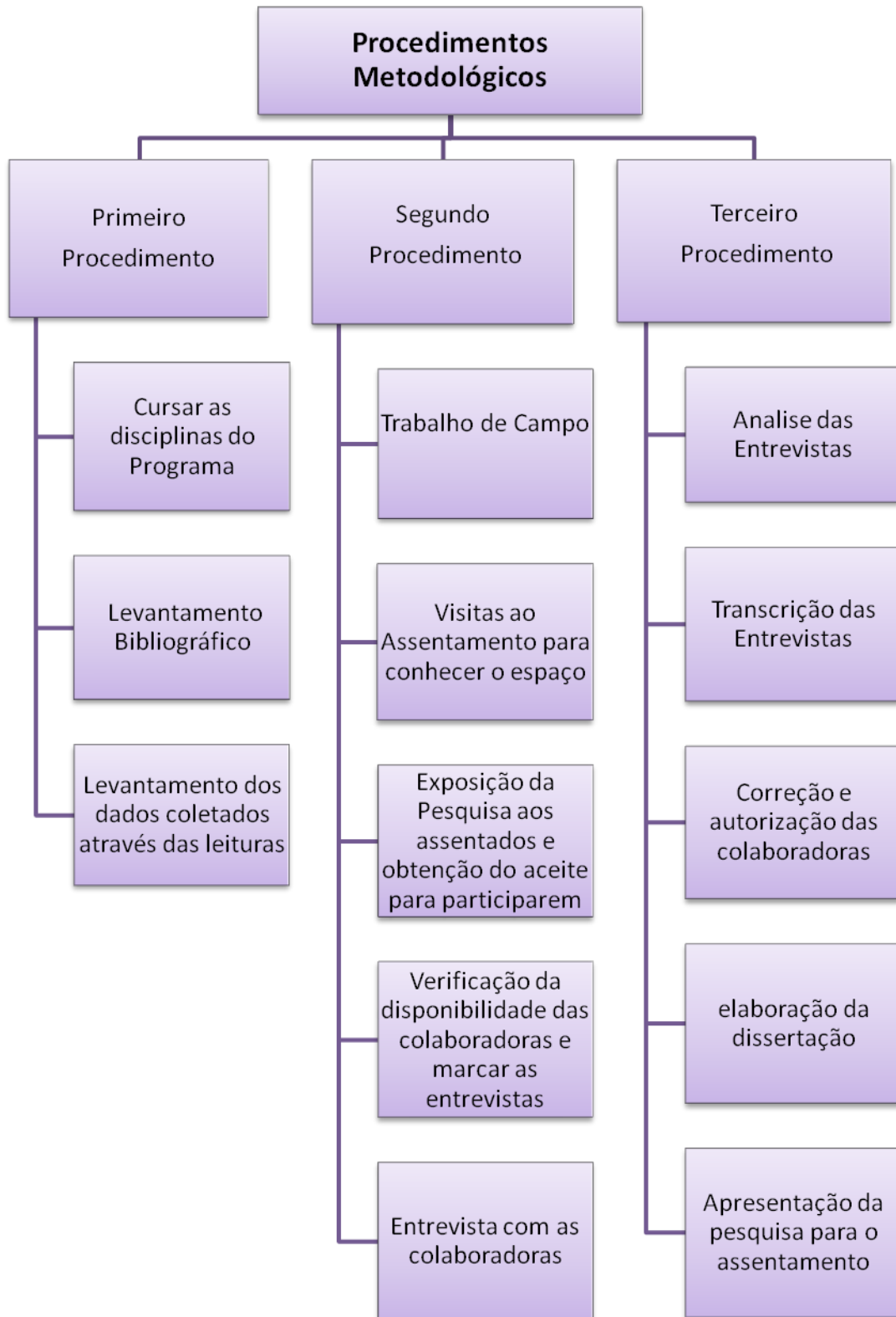
A trajetória dos indivíduos como seres pensantes é consolidada através das relações do convívio com familiares e amigos, das influências externas, do amadurecimento, da curiosidade. Sem querermos ou percebermos, somos influenciados de alguma forma. E através de nossa história social, fazemos nossas escolhas para nossa vida pessoal, profissional e acadêmica. (SOUZA, 2009a, p. 31)

Pode-se, assim, perceber o quão importante se tornam os estudos que abordam a trajetória de vida dos indivíduos. Para isso, a oralidade ganha força, pois permite alcançar na memória de seus colaboradores a sua relação com o mundo. Ainda de acordo com Souza (2009a, p.44), a defesa do uso da oralidade ganha força quando a autora expõe que “*a memória oral, a história de vida traz à tona a compreensão que o indivíduo tem do lugar e de suas ações no lugar, como compreende o mundo em que vive, como transforma, como contribui para essa transformação.*” Foi pensando nessa compreensão do mundo e do lugar que Souza aborda que acreditamos que a oralidade ajudaria no enriquecimento da pesquisa. O tempo para cada entrevista realizada junto às colaboradoras foi estipulado por elas. Procuramos deixá-las a vontade para falar o que achassem necessário.

Também fizemos uso do “tom vital” que condiz em retirar uma frase do texto. Esta ideia foi elaborada por José Carlos Sebe Meihy que utiliza o tom vital antes das

narrativas. Assim o fizemos, utilizou-se o tom vital no início de cada narrativa de nossas colaboradoras.

Organograma dos Procedimentos Metodológicos.



CAPÍTULO II

RELATOS DE EXPERIÊNCIA: VIVENCIANDO O LUGAR

*“Sem pesquisa de campo ninguém tem direito a falar”
(Mao Tsé-tung)*

2.1. Os Diários de Campo ao longo da pesquisa

As idas e vindas ao Assentamento Joana d’Arc III sempre estiveram carregadas de novas experiências. Experiências que enriqueceram a pesquisa, principalmente as experiências pessoais. Ao retornar de cada visita sempre voltava com a sensação e a certeza que “a união faz a força”. Foi pensando nesta vasta experiência que se decidiu transformar estes relatos em um capítulo deste trabalho. Maria Corrêa Borges (2009) reforça que se devem observar as diversas culturas de dentro para fora e estar aberto para novas experiências. A autora ainda reforça que,

A atitude de “estar aberto” deve ser compreendida como, antes mesmo de dar início às atividades de pesquisa, “ver”, “sentir”, “analisar” o lugar aonde se chega, seja uma cidade, uma comunidade, uma tribo indígena, ou até mesmo a casa de alguém, uma empresa, ou uma organização. É preciso que o pesquisador se identifique com esse lugar, que ele “sinta” e consiga “ler”, nesse lugar os caminhos por onde deve andar para construir seu processo de pesquisa de campo. (BORGES, 2009, p. 190)

E foi o que se buscou ao longo das idas a campo. O grupo de pesquisa procurou se envolver com a pesquisa de tal forma que fosse possível estreitar sua relação com a comunidade pesquisada. Valeria Marcos (2006) em seu artigo fala que o trabalho de campo é o momento em que é possível visualizar tudo que foi discutido em sala de aula e reforça dizendo que,

o trabalho de campo enquanto um instrumento de pesquisa dos mais importantes para a produção do conhecimento geográfico, momento em que o tema de estudo se desvenda diante dos olhos e obriga a estarmos atentos, de modo a que nada fuja à investigação. É preciso olhar com profundidade e observar, sobretudo aquilo que não havíamos considerado antes de sair para campo. (MARCOS, 2006. pg 106)

Tendo como relevante o que a autora diz, nos propusemos em ir a campo fazer as observações. Ao longo de 2011 a 2013 foram realizados seis trabalhos de campo, porém, no primeiro ano todas as visitas se deram em apenas um dia, não sendo possível uma convivência mais aprofundada com os moradores. Mesmo assim, durante estas visitas, foram feitas entrevistas e visitas a algumas casas. Somente em 2012 e 2013 o trabalho de campo foi realizado em um período maior. Sendo possível vivenciar a rotina e o dia a dia do assentamento, pois ficávamos hospedadas na casa de uma das moradoras. Segundo Borges (2009),

O ideal para que se consiga essa integração é morar na comunidade, num lugar que não seja um hotel, ou pensão, onde poderá correr o risco de continuar sendo visto como turista ou “um alguém de fora”. Quando nos referimos a “morar na comunidade”, isto pode ser entendido também como ser hospede de algum morador. E também não significa permanecer na comunidade por tempo prolongado, mas pelo tempo necessário para alcançar essa adaptação. Tudo isso pode facilitar a construção de uma referência dentro da comunidade.¹⁵

Foi justamente o que aconteceu. A hospedagem na casa de uma moradora possibilitou estreitar relações, fazendo com que deixássemos de ser vistas apenas como as alunas da Universidade e passássemos a ser aceitas com mais naturalidade, menos estranhas à comunidade.

Para este capítulo procuramos relatar as visitas. Como já mencionamos, durante os dois anos em que a pesquisa foi realizada foram realizados seis trabalhos de campo, sendo que nos últimos nossa permanência foi maior. A primeira foi realizada em janeiro de 2012 e a segunda, em julho do mesmo ano. Ambas duraram uma semana. A última ocorreu em fevereiro de 2013 durante o carnaval.

O ponto abordado a seguir trata das técnicas da pesquisa qualitativa, que são: diário de campo, usado em todas as visitas e que nos serviu como suporte para esta pesquisa; observação participante e uso das imagens fotográficas.

¹⁵ Idem, Ibidem, p 192.

2.2. Aprendendo a “olhar” através da experiência.

Em nosso primeiro ano de pesquisa, ainda em 2011, estivemos visitando as agrovilas do assentamento rural Joana d’Arc III três vezes. O objetivo era dar seguimento à pesquisa que já se tinha iniciado pelo GEPGÊNERO antes mesmo da minha entrada no Mestrado. Nossas visitas eram feitas aos sábados. A escolha do sábado se dava em virtude da reunião da Associação dos Produtores do assentamento, que acontece todo primeiro sábado de cada mês. Para Gema Esmeraldo (2008) o objetivo das Associações nos assentamentos vem a ser que,

Após a conquista da terra, [...] a organização e gestão política e produtiva dos assentamentos ocorrerão na Associação, modelo de organização definido pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária/Incra. Essa é uma estrutura política, exigida pelo aparelho estatal para: propiciar uma interlocução formal com as entidades externas, governamentais e não governamentais; permitir a realização de convênios com as mesmas; garantir um espaço de debate, de planejamento e de avaliação coletiva; potencializar a participação de todos os assentados sobre a gestão política, produtiva e financeira dos projetos para os assentamentos, que vai ser regida por um estatuto que explicita os direitos e deveres de cada associado, que passam a ter direito à voz e voto nas reuniões e assembléias da associação. (ESMERALDO, 2008. p, 191)

É dentro deste contexto que a comunidade das agrovilas se reunia. Nestas reuniões eram decididas as questões que diziam respeito às melhorias para o plantio, colheita e revenda da produção. Os órgãos governamentais se faziam presentes nas reuniões quando necessário para esclarecimentos ou repasse de informações.

O acesso ao assentamento é bastante complicado, pois é feito por uma estrada sem asfalto. Através das imagens a seguir é possível notar as condições da estrada.



Imagem 06: Ônibus da Universidade atolado na estrada no período de chuva. Porto Velho
Acervo GEPGÊNERO. 2011.



Imagem 07: Condições da estrada no período de chuva. Trabalho de Campo. Porto Velho.
Acervo GEPGÊNERO, 2011.

Visualizam-se as péssimas condições das estradas as quais nos referimos. As imagens datam a primeira ida a campo. Nosso ônibus ficou atolado por quase

uma hora e só foi retirado com a ajuda de outras pessoas que também se dirigiam ao assentamento. O tempo gasto de Porto Velho ao assentamento deveria ser feito em menos de duas horas caso a estrada estivesse em condições trafegáveis. A distância do assentamento até a cidade de Porto Velho, segundo o INCRA, é de apenas 100 km, no entanto leva-se sempre de duas horas e meia a três horas. Com isso a viagem tornava-se cansativa e desgastante, pois na maior parte do dia o grupo de pesquisa estava indo ou voltando no trajeto.

Nesta visita a chegada às agrovilas ocorreu às 10h, e a reunião dos moradores já acontecia. O grupo de pesquisa se aproximou e observou o que estava sendo apresentado. Quem falava era uma representante de um deputado estadual. Procuramos registrar este momento através das fotografias. Podemos visualizar a sede da Associação e o momento da reunião.



Imagem 08: Casa do morador Wellington e sede da Associação. Agrovila Chico Mendes, Porto Velho, 2011. Acervo GEPGÊNERO..



Imagem 09: Momento em que acontecia uma reunião dos moradores na sede da Associação. Agrovila Chico Mendes, 2011. Acervo GEPGÊNERO.

Muitos moradores se faziam presentes durante a reunião. No entanto foi possível observar que a grande maioria eram homens. Havia poucas mulheres. Gema Esmeraldo ao tratar das associações dirá que,

A Associação nasce assim, para fortalecer as relações de dominação masculina e reforçar o caráter patriarcal entre os gêneros. Reduz o exercício da participação política da mulher nas decisões sobre a gestão produtiva das culturas agrícolas e inibe seu acesso à informação e relações institucionais. (ESMERALDO, 2008. p, 191)

Essa “redução” que a autora coloca, podemos dizer que está encoberta, pois baseado em nossas observações, a maioria das mulheres preferem não participar das reuniões, deixando a cargo do marido participar.

Ao finalizar sua fala, o presidente da associação chamou a professora Maria das Graças¹⁶ para falar com os moradores. A professora apresentou as integrantes do grupo de pesquisa e informou o motivo da visita. Um dos moradores indagou que muitas pesquisas (questionários) já foram realizadas, porém nada foi feito, e nunca

¹⁶ A professora Maria das Graças Silva Nascimento Silva é a coordenadora do GEPGÊNERO.

houve retorno para a comunidade. Outro morador relatou que estavam “jogados” há um ano e que o INCRA não apareceu nesse período. Um terceiro morador informou que a SEMED encontra-se distante, pois a professora que à época lecionava no assentamento chegava na segunda-feira e partia na terça-feira. O presidente solicitou à Coordenadora do GEPGÊNERO que quando houvesse aula no assentamento, seria interessante a Universidade realizar um acompanhamento efetivo, alegando que os professores não sabem educar seus filhos e que o perfil psicológico destes estava sendo afetado, pois a professora mandava escrever, mas não ensinava a ler e escrever. O presidente expôs que havia pessoas capacitadas no assentamento para lecionar, mas que encontravam dificuldades junto à SEMED para legalizar um acordo. Informou ainda que dispunham de verba para ser repassada à Escola instalada no assentamento.

Os moradores desejavam a substituição da professora. Desejavam a contratação de duas professoras e se possível de uma secretária, já que a professora contratada era quem fazia todo o papel de diretora, secretária e educadora. A imagem a seguir refere-se a sede da Escola.



Imagem 10: Sede da Escola Municipal Flor do Amazonas. Localizada na Agrovila União dos Camponeses, Porto Velho, 2011. OLIVEIRA, Cláudia Nascimento.

Para nós pesquisadoras ficou claro que a SEMED enviava uma educadora, mas que esta não atendia as necessidades existentes. Os alunos do 1º ao 5º ano estudavam todos na mesma sala, tornando a turma multisseriada.

Depois da discussão, ficou acordado que seria elaborado um documento para ser encaminhado à SEMED para as devidas providências.

Quando a reunião se encerrou, foi perguntado se havia algum morador que ainda não tinha respondido o questionário¹⁷. Apenas um morador alegou não ter respondido. Aplicou-se então o questionário com ele. Uma pesquisadora fazia as perguntas e eu procedi com as observações e anotações. Segue o relato das informações colhidas através da observação.

Francisco Assis Cassol – 51 anos, casado. Fez até a 4ª série do Ensino Fundamental. Tem dois filhos, sendo um de 22 e outro de 24 anos. É evangélico, agricultor, trabalha na roça por volta de 10 horas por dia. O seu lote encontra-se em seu nome, porém, até o momento, não obteve o documento que comprove a posse. Sua esposa não trabalha na roça, apenas em casa. Alegou que somente ele decide o que será plantado. Informou que utiliza apenas o calcário para o plantio e preparação da terra. Não recebe financiamento de órgão nenhum. Sua produção é de milho, banana e mandioca. Com a mandioca faz a farinha para revender na cidade. Seu produto é escoado através do caminhão da SEMAGRIC ou através de frete. Disse que vende apenas a banana e a mandioca. O milho é vendido apenas para os moradores. A mandioca é o produto que mais dá lucro. Relatou que planta: mamão, abóbora, maxixe e que as frutas só dão no período chuvoso. Sua grande dificuldade é a estrada. Participa da Associação com o objetivo de melhoria para o assentamento. Dizendo: *“Uma andorinha só não faz verão”*. Informou que através da Associação foi possível ganhar a farinha, distoca (peça de reposição de veículos automotores) e calcário. Quando questionado a respeito do meio ambiente, respondeu que o meio ambiente é importante para a qualidade de vida. O motivo de morar no assentamento se deu em razão de, em Porto Velho, não

¹⁷ O questionário em questão já foi informado anteriormente que foi elaborado pelo grupo de pesquisa GEPGÊNERO com o objetivo de dar suporte às pesquisas realizadas pelas pesquisadoras junto ao assentamento.

possuir um pedaço de terra. Gosta de morar no assentamento, mas que podia ser melhor. Não se sente feliz. Se sente bem, mas não feliz, por conta da falta de assistência do governo.

Enquanto o questionário era aplicado, algumas outras pesquisadoras conversavam com as mulheres presentes. Após todas as conversas, ocorreu um almoço na residência da moradora Anita¹⁸, que sempre recebeu a equipe muito bem em todas as visitas ao assentamento. Findo o almoço, as pesquisadoras encaminharam-se à Agrovila Pequena Vanessa, a fim de visitar a casa do Sr. Maranhão e da Dona Ivanete. Junto com eles mora mais um casal de parentes. O grupo foi muito bem recebido. Seu Maranhão não estava no momento, mas sua esposa nos levou para conhecer a plantação. Seu Maranhão surgiu trazendo nas costas um punhado de cana de açúcar e convidou a equipe para tomar o caldo de cana que já estava preparado em sua casa. Antes do fim da visita, ele fez questão de mostrar novamente seu lote e sua plantação. Colheu alguns cacaus e nos presenteou. De volta à sua casa, todos provaram o saboroso caldo de cana que estava bem gelado. Registramos através de fotografias este momento. A seguinte imagem é a frente da casa do Seu Maranhão.



¹⁸ Dona Anita é uma das personagens deste trabalho. Foi escolhida pela sua atuação dentro do assentamento.

Imagem 11: Residência do morador Maranhão. Agrovila Pequena Vanessa, Porto Velho, 2011. OLIVEIRA, Cláudia Nascimento.

Nesta mesma visita seu Maranhão informou que havia encontrado um peixe elétrico e que gostaria que todos vissem. Relatou que o peixe estava quase morto por se encontrar em uma pequena poça de lama a 1 km de distância. Todo o grupo se interessou em ver o peixe.

O local onde o peixe se encontrava era mata fechada. Adentramos a mata, caminhando quase meia-hora. No percurso, houve muitas risadas, por conta da aventura, além do cansaço pela falta de experiência, tropeços e quedas.



Imagem 12: Momento em que o grupo de pesquisa estava caminhando pela Mata. Porto Velho, 2011. Acervo GEPGÊNERO.

Havia também muitas árvores que ora tinham que ser superadas por baixo, ora por cima. Segundo seu Maranhão, as marcas nas árvores eram das unhas de onças. Enfim, chegou-se ao local em que o peixe estava. Fotos foram tiradas e filmagens foram feitas para registrar o momento. A imagem a seguir foi retirada no momento de nossa chegada ao local onde o peixe estava.



Imagem 13: Momento em que chegamos ao local onde estava o peixe elétrico. Porto Velho, 2011. Acervo do GEPGÊNERO.

Permanecemos pouco tempo neste lugar, pois a volta demoraria o mesmo tempo da ida. No retorno ao ônibus, todos estavam cansados e sujos por conta da aventura. Em seguida retornamos para Porto Velho.

Em outra visita realizada na segunda quinzena de janeiro de 2012 planejamos que ficaríamos alguns dias no assentamento. Desta vez, foram apenas três pesquisadoras, sendo uma delas eu e mais duas pesquisadoras do PIBIC (Viviane Nery e Kelyane Góes). Todas com pesquisas nas Agrovilas do Assentamento Joana d'Arc III.

O trabalho de campo teve início antes mesmo da chegada ao assentamento. Partimos junto com os moradores no ônibus que faz o transporte de ida e volta todos os dias ao assentamento. Tal ônibus é conhecido pelos moradores como “poeirinha”. O local para pegar o mesmo fica na rua atrás do Shopping Popular, no centro de Porto Velho. Pagamos o valor de R\$ 20,00 (vinte reais) pela passagem. Este valor é cobrando a todos. As condições do veículo não eram das melhores, encontrava-se em um estado precário. Como o referido trafega por uma estrada que não possui asfalto e por conta do período chuvoso, encontrava-se repleto de barro. Sendo este

o único meio de transporte entre o assentamento e a cidade de Porto Velho para aqueles que não possuem carro, praticamente todos levavam produtos alimentícios. Em certos momentos, um mau cheiro exalava nas dependências, isso por conta de haver peixe entre os pertences dos passageiros. As imagens 14 e 15 demonstram o referido ônibus e suas condições.



Imagem 14: Ônibus que faz o transporte até o Assentamento de Joana D'arc III. Porto Velho, 2012. OLIVEIRA, Cláudia Nascimento.



Imagem 15: Visão da parte interior do ônibus. Porto Velho, 2012 OLIVEIRA, Cláudia Nascimento.

Desta vez o trajeto percorrido até chegar ao destino durou 5 horas, A chegada às agrovilas ocorreu somente à noite. Como não havia chovido neste dia, fomos deixadas em frente à casa de dona Anita, o que foi motivo de muita alegria, pois segundo o motorista, quando chove, não há como chegar até a casa de Dona Anita por conta do risco de atolamento.

Dona Anita já nos aguardava em frente a sua casa. Nos acomodou em um dos quartos da casa, e logo após o banho, jantamos juntamente com sua família. A comida foi muito bem-vinda, afinal a viagem havia sido cansativa. Ao término do jantar todos viram um pouco de televisão, junto com dona Anita e seus filhos (Edilene e Edvan). Como o cansaço era muito grande, fomos dormir antes das dez da noite. A imagem a seguir trata-se da casa da dona Anita.



Imagem 16: Residência de Dona Anita. Lugar onde nos hospedávamos nas visitas a campo. Agrovila União dos Camponeses, Porto Velho, 2012. OLIVEIRA, Cláudia Nascimento.

No segundo dia, levantamos cedo. Dona Anita, já acordada, preparava o café. Ela preparou bolinhos de chuva. As refeições na casa de dona Anita são feitas na parte externa, atrás da casa. A mesa é grande e cheia de cadeiras.



Imagem 17: Residência de Dona Anita. Espaço externo onde são realizadas as refeições. Agrovila União dos Camponeses, Porto Velho, 2012. OLIVEIRA, Cláudia Nascimento.

Durante todo o dia o lugar fica bastante arejado por conta da proximidade das árvores. Após o término do café, Dona Anita nos acompanhou até a casa de farinha, onde se pôde ver que alguns moradores ralavam macaxeira. Nesse momento, chegou o caminhão da SEMAGRIC, que faz o transporte da produção das agrovilas até Porto Velho. As imagens a seguir retratam a visita à Casa de Farinha.



Imagem 18: Mulheres descando a macaxeira. Porto Velho, 2012.
OLIVEIRA, Cláudia Nascimento,



Imagem 19: Sacas de farinha a espera de serem transportadas pelo caminhão da SEMAGRIC. Agrovila Chico Mendes, Porto Velho, 2012. OLIVEIRA, Cláudia Nascimento.

Após algum tempo observando o trabalho das mulheres na farinheira, Dona Anita retornou à sua casa para preparar o almoço e nós continuamos a caminhada e visita às casas de outros moradores.

O sol estava absurdamente forte aquele dia. Ao passar pelo lote de Dona Anita visualizamos logo em seguida uma pequena casa de apenas um cômodo. Como estava aberta, resolvemos visitá-la.



Imagem 20: Local onde é feito a coleta para verificar casos de malária. Agrovila União dos Camponeses, Porto Velho, 2012. OLIVEIRA, Cláudia Nascimento.

Lá, encontramos Dona Jucelene¹⁹, que é a pessoa responsável pela coleta de sangue dos moradores e verificação se estão com malária ou não. Ao longo da conversa ela informou que o resultado do exame sai em apenas quarenta minutos, dependendo do sol, pois a lâmina utilizada precisa ir para o sol para secar e em seguida é observada no microscópio. Dona Jucelene informou que quando começou a fazer este trabalho era apenas ajudante do marido. Disse que ele trabalhava na linha 11 fazendo o mesmo trabalho e que certo dia seu marido foi visitado pelo órgão da Prefeitura responsável pela coleta e ao ser perguntado se gostaria de fazer a coleta dos moradores da linha 17, respondeu que não, mas se sua mulher quisesse,

¹⁹ Dona Jucelene Zeverina Nunes de Oliveira é uma das moradoras mais antigas do assentamento.

poderia fazer. Foi assim que Dona Jucelene iniciou seu trabalho. Aos poucos fez os cursos e em seguida o concurso para o cargo. O horário de funcionamento é durante a semana, mas Dona Jucelene informou que caso apareça alguém querendo fazer o exame durante o fim de semana, ela o faz sem problemas.

Ao ser questionada se gostava de morar no assentamento e se gostaria de ir embora, Dona Jucelene respondeu que gostaria de ir embora, pois sente-se muito sozinha, já que seus filhos moram distantes e o marido, por conta do trabalho, também fica distante durante todo o dia. Ao longo da conversa perguntei se ela conhecia alguém oriundo de Corumbiara. Ela respondeu que conheceu uma mulher, chamada Rose, mas que esta não morava mais no assentamento. Disse que Rose era uma “mulher estranha”, pois quando parecia que era mulher, era homem e que quando parecia homem, era mulher. Após alguns minutos de conversa e aplicação de questionário, agradecemos, saímos e voltamos à caminhada.

Passamos então em frente à casa de Dona Valdeci²⁰, mas não entramos. Pouco adiante, passou por nós um menino numa bicicleta. Era Luciano, 11 anos, filho de Dona Valdeci. Ele parou e conversou conosco. Informou que sua mãe estava em casa e se quiséssemos ir até lá não haveria problemas. Assim, nos dirigimos ao lote de Dona Valdeci. A imagem é referente a entrada de sua casa.



Imagem 21: Residência da Dona Valdeci. Agrovila União dos Camponeses, Porto Velho,

²⁰ Dona Valdeci é a nossa segunda colaboradora

2012. Acervo: GEPGÊNERO.

Dona Valdeci nos recebeu muito bem e contou um pouco de sua vida. Relatou que mora no assentamento há praticamente dez anos. Ao longo da conversa pôde-se perceber que ela deveria ser uma das colaboradoras na pesquisa. Indagada se poderia participar de uma entrevista, disse que não havia problema. A entrevista ficou combinada para um outro dia, quando estaria livre. Saímos e voltamos à casa de Dona Anita.

À tarde, continuamos nossas caminhadas. Visitamos à casa de outra moradora, Dona Margarida, uma senhora que mora sozinha em seu lote. Dona Anita nos acompanhou, pois não sabíamos onde ficava a casa. Ao chegarmos, ela estava assistindo televisão. Dona Margarida tem um pequeno comércio que funciona em sua casa. Ficamos na varanda de sua casa conversando. Ao longo da tarde ela relatou um pouco de sua vida, das dificuldades e da satisfação que sente em ter um canto para chamar de seu. A conversa só não se estendeu mais por conta da quantidade de mosquitos que não davam sossego. Dona Margarida trajava bermuda e camiseta e ao longo da conversa ficava o tempo todo abanando as pernas e passando as mãos por conta dos mosquitos.

Antes de irmos embora, Dona Margarida ofereceu refrigerante. Após as despedidas, retornamos à casa de Dona Anita. A distância entre as duas casas é de aproximadamente 500 metros.

Ao chegarmos à casa de Dona Anita, ela foi preparar o jantar. Resolvi ajudar catando o feijão. Eu a ajudava e em troca ouvia as histórias de sua vida. As refeições costumam ser servidas cedo na casa: por volta das onze horas é o almoço e o jantar, no máximo até as dezenove horas.

É como um ritual na casa de Dona Anita, após o jantar toda a família se reúne na sala para ver televisão e antes das vinte e duas horas todos se recolhem para dormir.

No terceiro dia, quando acordamos, Dona Anita já estava de pé e esperando com o café pronto. Ao término do café decidiu-se o que seria feito aquele dia. Resolvemos conhecer o restante da Agrovila União dos Camponeses. A jovem

Edilene, filha de Dona Anita nos acompanhou, pois não conhecíamos o caminho. O tempo não estava com sol, aparentava querer chover. Havia receio da chuva no meio do caminho. A distância até as outras casas era de aproximadamente 1 km a 1,5 km (segundo informações dos moradores).

Passamos pelo centro da agrovila União dos Camponeses. Em um certo ponto, próximo a duas casas, havia um morador. Nos aproximamos e começamos a conversar. Aos poucos, outros moradores se aproximaram e foi possível obter algumas informações a respeito da outra associação existente no assentamento, ASPRAV – Associação dos Produtores Rurais da Agrovila Vencedora.

Em seguida, fomos visitar à casa de Dona Ana²¹. Ela estava sozinha. Sua casa é simples, mas muito arrumada. A casa é uma das poucas de alvenaria, não possui acabamentos. Ao entrarmos sentamos e iniciamos uma conversa. Tínhamos a informação que Dona Ana havia participado do Conflito de Corumbiara, e como até então o objetivo era encontrar os remanescentes fomos até sua casa. Lá chegando começamos a conversar e como ela também não tinha respondido o questionário, o mesmo foi aplicado. Aos poucos ela começou a falar de sua vida. Foi então que soubemos que ela não havia participado do conflito, mas sim seu ex-marido. Ela nos relatou um pouco de sua experiência vivida após o conflito junto ao seu marido que havia sido espancado, contando também outros assuntos. Cheguei a conclusão o quanto seria interessante tratar de forma mais detalhada a sua história de vida. Indaguei se poderia retornar em outro momento para ouvir e conversar um pouco mais. Dona Ana se mostrou prestativa e aceitou o convite. A entrevista ficou marcada para um outro momento mais adequado, pois já se aproximava da hora do almoço e não queríamos atrapalhar os seus afazeres.

Retornamos à casa de Dona Anita. Ainda não era meio-dia, mas ela já nos esperava com o almoço pronto. Sempre deixava para fazer suas refeições conosco, mas segundo ela mesma, por conta da nossa visita, estava almoçando tarde, e que normalmente costuma almoçar por volta das onze da manhã. Após o almoço, todos descansaram um pouco.

²¹ Dona Ana de Brito é terceira colaboradora deste trabalho. Sua escolha se deu por conta de sua vida e por ter sido casada com um homem que participou do Conflito Corumbiara

À tarde, eu juntamente com a pesquisadora Viviane nos dirigimos à casa de Dona Ana, que já estava a nossa espera. Foi exposto o objetivo da entrevista e a sua importância. Em seguida iniciou-se a gravação da entrevista²². Dona Ana relatou sobre sua vida antes do assentamento e suas dificuldades de ter que criar dois filhos sozinha. Com a chegada de seu namorado, a conversa foi finalizada, e, após as despedidas, voltamos à casa de Dona Anita. Logo na chegada, a chuva, que até então havia cessado, iniciou-se novamente. Ficamos sentadas ao redor da mesa, conversando com Dona Anita, enquanto ela preparava o jantar. Mais uma vez ela contou sobre sua vida e falou um pouco dos vizinhos. Foi servido o jantar e depois, como de costume, a família se reuniu para assistir televisão.

No dia seguinte após o café, fomos à casa de farinha para acompanhar o processo da preparação da farinha. Lá chegando, vimos mulheres sentadas descascando a mandioca e os homens manuseando as máquinas. Observou-se o passo a passo da preparação, desde o seu início, que é o descasque, feito manualmente, seguido da parte mecanizada. Este momento foi de suma importância, pois finalmente foi possível observar todo o processo da preparação da farinha. As imagens a seguir referem-se a este momento relatado.



Imagem 22: Trabalho manual exercido pelas Mulheres. Casa de Farinha localizada na Agrovila Chico Mendes, 2012. OLIVEIRA, Cláudia Nascimento.

²² A entrevista encontra-se no Capítulo III deste trabalho.



Imagem 23: Macaxeira descascada e pronta para ser posta de molho para tirar a sujeira. Casa de Farinha localizada na Agrovila Chico Mendes, Porto Velho, 2012. OLIVEIRA, Cláudia Nascimento.

As imagens 22 e 23 demonstram o serviço que é feito pelas mulheres, que consistente em descascar a mandioca e botá-la de molho para que fique limpa. A limpeza do local também é feita pelas mulheres.

Pode-se dizer que a produção da farinha é dividida em manual e mecanizada. A manual fica a cargo das mulheres, já o processo mecanizado fica a cargo dos homens, que utilizam o maquinário para prensar, moer e deixar o produto no ponto de ir para o forno. O forno também é manuseado apenas pelos homens. As imagens que seguem tratam do serviço executado pelos homens.



Imagem 24: Homens preparando a massa antes de ir ao forno. Casa de Farinha localizada na Agrovila Chico Mendes, Porto Velho, 2012. OLIVEIRA, Claudia Nascimento.



Imagem 25: Forno manuseado por homens. Momento em que a farinha ficava pronta. Casa de Farinha localizada na Agrovila Chico Mendes. Porto Velho, 2012. OLIVEIRA, Claudia Nascimento.

Ao término das observações, retornou-se para a casa de Dona Anita, a fim de ajudar nos últimos detalhes para o almoço.

No período da tarde, me dirigi juntamente com a pesquisadora Viviane à casa de Dona Valdeci, conforme combinado, para a primeira entrevista. Caía uma chuva fina, fator que poderia ser considerado positivo, no entanto, naquele período do ano, por conta das chuvas, os mosquitos se intensificam, o que causava certo desconforto e incômodo, já que era impossível não se coçar por conta das ferradas. Dona Valdeci, apesar de dizer que estava acostumada com os mosquitos, também ficava a abanar as pernas como forma de espantá-los. Após a nossa conversa retornamos à casa de dona Anita.

Na noite que antecedeu o retorno a Porto Velho, fomos dormir cedo, pois o motorista que nos levaria tinha dito que passaria às seis da manhã.

Minha segunda visita do ano de 2012 foi realizada na última semana de julho. Teve como objetivo dar continuidade ao trabalho iniciando em janeiro. Desta vez diferente das outras visitas, o grupo de pesquisadoras estava composto apenas por mim e por outra pesquisadora (Mestranda Telma Ferreira). Desta vez fomos de carro. Junto a nós estavam duas mulheres cujos pais residem no Assentamento, porém não nas agrovilas e sim na Linha 17. A pesquisadora Telma ficou hospedada na casa dessa família e eu novamente fiquei hospedada na residência de Dona Anita.

Tendo saído de Porto Velho pela parte da manhã, por estar no período da estiagem e também por conta da estrada se encontrar com algumas melhorias se comparada às visitas anteriores, foi possível chegar ao assentamento em apenas duas horas e meia.

Nossa primeira parada foi na casa da família residente na Linha 17 onde a pesquisadora Telma se hospedava. O almoço ocorreu ali mesmo e somente depois fui levada à casa de Dona Anita, que ao me avistar, manifestou alegria com um abraço, dizendo que achava que não apareceria mais. A recepção foi excelente como sempre! Telma apenas me deixou e então retornou ao seu destino.

Ao adentrar a residência de Dona Anita, esta logo perguntou pelas outras pesquisadoras que lá haviam estado em janeiro. Ela informou que a professora da

escola queria conversar com nosso grupo, pois gostaria que alguma professora de Porto Velho pudesse fazer um trabalho junto aos alunos, alguns dos quais demonstravam dificuldades em aprender. Em seguida, Dona Anita foi arrumar o quarto em que eu ficaria. Era o quarto de sua filha Edilene, que se encontrava morando em Porto Velho, pois tinha conseguido trabalho. Logo mais à tarde Dona Anita encontrava-se na parte externa de sua casa passando um café em seu fogão de lenha. Sentei-me e começamos a conversar. Conversamos assuntos corriqueiros, ela começou a contar o que havia acontecido durante os meses e depois iniciei a leitura da entrevista que havia sido feito com ela. Ao iniciar a leitura, ela sorria e balançava a cabeça como forma de confirmação ao ouvir a sua história. Seu marido, Seu Juarez chegou no momento em que a leitura estava sendo feita. Quando dei uma pausa ele disse: - *É mesmo assim! Foi desse Jeito! Muito bonito ouvir a nossa história. Eu queria contar a história não só a nossa, mas das 144 famílias que chegaram aqui. Porque foram cinco anos de luta. Três deles foram bem sofridos, sem estrada. Os outros dois foram melhores.*

Em seguida, dei sequência à leitura da transcrição. Ao término, Dona Anita disse que não precisava mudar nem retirar nada. Iniciou-se então mais uma entrevista, em que ela passou a falar de sua vida antes de chegar ao assentamento.

Seu Juarez me informou que no dia seguinte haveria uma reunião entre a Associação e o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) para tratar da reserva Parque Nacional Mapinguarí²³ e da reserva Três Irmãos, que se localiza dentro do Assentamento. O motivo da reunião seria para falar dos benefícios da reserva, tirar dúvidas e esclarecer algumas questões. Informaram também que haveria um casamento na comunidade. Os noivos eram a neta de Dona Margarida e o filho de Dona Valdeci.

A conversa continuou e quando se percebeu já era noite e a energia elétrica havia ido embora. Continuamos com a iluminação de velas e com o som das cigarras e grilos. Ao terminar, Dona Anita foi preparar o jantar e, como sempre, demonstrando preocupação, alertando que a comida era simples. O jantar foi à luz de velas e em seguida fomos para frente de sua casa continuar a conversar. A lua

²³ O Parque Nacional Mapinguarí está localizado dentro dos Estados do Amazonas e Rondônia. Tem uma Área de: 1.572.000 hectares (28.000 Km²). O Parque faz parte das antigas estações ecológicas Mujica Nava e Três Irmãos.

estava bem iluminada, pois estava no período crescente. O céu apresentava estrelas de uma forma diferente da cidade. Logo chegou a filha de Dona Anita, Elisângela, junto com seu marido e sua filha. Ela juntou-se a nós e o seu marido foi conversar com Seu Juarez. Quando a energia retornou já passava das oito da noite. Todos entraram em casa para assistir televisão. Elisângela e sua família só foram embora quando a novela terminou.

No dia seguinte após tomar café, dirigi-me à residência de Dona Ana. Por sorte, Elisângela também iria, pois precisava verificar algo com Dona Ana. Enfatiza-se a sorte, pois o caminho até a casa de Dona Ana é consideravelmente longo como já foi mencionado anteriormente, sem contar que é uma estrada no meio da mata, o que acaba acarretando medo para quem não é acostumado. O percurso foi feito em uma motocicleta.

Ao chegar à casa de Dona Ana, ela também se mostrou surpresa com a visita. Estava com a casa cheia de parentes. Recebia a visita de um sobrinho, acompanhado da esposa. Seu filho e os filhos de seu sobrinho jogavam videogame no chão da sala. Entramos e informei que estava ali para ler a entrevista colhida em janeiro. Ela disse que estava tudo bem. Conversamos um pouco e dei início a leitura da entrevista. Assim como Dona Anita, Dona Ana ouvia atentamente. Seu sobrinho e sua esposa também acompanharam a leitura. Há certa altura, a filha de seu sobrinho perguntou se ela estava chorando e ela respondeu que não. Ao término, Dona Ana disse que não mudaria nada e que estava bom. Iniciou-se então outra entrevista com ela. Ao longo da conversa Dona Ana buscou um café e depois levou-me até sua cozinha para mostrar o que havia bordado. Disse que havia aprendido a bordar sozinha, apenas olhando. Depois buscou um boné de crochê que havia feito.

Dona Ana informou que aquele seu sobrinho tinha sido a pessoa que mais a ajudou quando ela se separou. Foi ele que a ajudou na mudança tanto para Porto Velho como para o Assentamento. Ele também esteve acampado com as famílias em Jaci-Paraná, mas disse que uma semana antes de liberarem os lotes ele tinha saído do acampamento e que por conta disso não recebeu um lote na época. Hoje ele mora no assentamento porque comprou o lote de um determinado morador que não quis ficar.

Depois de mais de uma hora de conversa, me despedi dizendo que gostaria de tirar uma fotografia dela, pois das três colaboradoras, ela era a única que não havia sido fotografada. Envergonhada, Dona Ana respondeu que não gostava de tirar fotos e que se eu fosse ao casamento, aí sim ela se deixaria ser fotografada. Confirmei a presença e disse que a procuraria.

Retornei a cada de Dona Anita. Fiz o trajeto de volta sozinha. Na metade do caminho lembrava-me das histórias de onças e acelerava o passo com certo medo de ser surpreendida.

Chegando à casa de Dona Anita, ela estava finalizando o almoço. Logo chegou um representante do SEBRAE dizendo que ele e mais dois colegas iriam almoçar por lá. Dona Anita foi logo informando que não havia problema, que poderiam almoçar sim. Como não há restaurante na comunidade, a casa de Dona Anita se transforma em um, já que ela faz o almoço e cobra um valor de R\$ 10,00 (dez reais) por pessoa. Elisangela e Wellington também almoçaram lá. Após o almoço e com a partida dos representantes, Dona Anita convidou todos para sentar em baixo de uma árvore a fim de aproveitar a sombra e conversar. O assunto principal era o casamento.

À tarde Dona Anita aproveitou e foi com Elisangela para sua casa para pintar as unhas. Quando ela retornou, ficamos sentadas por um certo tempo na frente de sua casa, já que o sol ainda estava forte e ali havia sombra. Depois, fomos para a cozinha. Seu Juarez chegou e, como estava colhendo informações com Dona Anita a respeito das contribuições da empresa Santo Antônio Energia - SAE, ele também passou a prestar algumas informações. Ele informou que a SAE doou todo o material para a construção da nova farinheira. Os moradores entraram com a mão de obra. Os trabalhos já haviam se iniciado. A SAE também construiu três poços artesianos de 80 metros. Os poços foram construídos um na Associação, outro na casa da Dona Margarida e o terceiro na casa de Seu Francisco (casa do Fadiga). Também foram doados os seguintes maquinários: um trator; uma caçamba; uma calcareadeira²⁴; uma roçadeira; uma plantadeira²⁵; uma grade e R\$172.000,00 mil reais para a construção da Agroindústria (Casa de Farinha).

²⁴ Máquina usada especificamente para o calcário, semear as sementes de capim e adubo orgânico.

²⁵ Máquina usada para depositar as sementes na hora do plantio.

Com o chegar da noite já próximo ao horário marcado para o casamento, eu juntamente com Dona Anita nos dirigimos à casa de Elisangela para aguardá-la. Após todos estarem prontos, fomos todos para a casa de Dona Margarida. Lá chegando, já havia algumas pessoas presentes e ao poucos foram chegando mais.



Imagem 26: Casa de Dona Margarida. Localizada na agrovila Chico Mendes. Porto Velho, 2012. OLIVEIRA, Claudia Nascimento.

Ao observar o espaço onde o casamento se realizaria, percebia-se que homens ficavam de um lado conversando e bebendo cerveja, e as mulheres de outro lado, conversando sobre assuntos domésticos ou cuidando das crianças. Havia bastantes jovens presentes, os quais formavam um terceiro grupo. Neste dia, estavam juntas, em um mesmo espaço, as três mulheres que se tornaram colaboradoras desta pesquisa.

A noiva chegou por volta das 19h30min e teve início a cerimônia, que não se prolongou. Apenas um morador, pertencente à igreja dos noivos, falou algumas palavras abençoando o casal. Os noivos já haviam se casado no civil no dia anterior, na cidade de Porto Velho.



Imagem 27: Os noivos após a cerimônia. Agrovila Chico Mendes, Porto Velho, 2012. OLIVEIRA, Claudia Nascimento.



Imagem 28: Momento de socialização entre os moradores do Assentamento. Agrovila Chico Mendes, Porto Velho, 2012. OLIVEIRA, Claudia Nascimento.

O espaço da casa de Dona Margarida funciona como um local onde os festejos acontecem. Segundo relatos colhidos em outra visita, as festas comemorativas costumam ser celebradas neste espaço, tais como Natal, Réveillon e festas juninas.

A família de Dona Anita e eu ficamos na festa até às 21h30min. A maioria das pessoas já haviam ido embora.

As observações desta festa nos levam a pensar que momentos como estes não costumam acontecer com frequência, e quando há, se tornam um acontecimento na comunidade. Notamos o quanto as famílias se ajudam para que não falte nada. Soubemos que muitas mulheres ajudaram nos preparativos dos alimentos, assim como os homens também ajudaram na preparação do churrasco.

Tal experiência foi de suma importância, pois foi diferente dos outros momentos vivenciados até então junto com os moradores, onde só era possível conversar indo a suas casas. E ali era um momento de descontração. Era visível a sensação de bem estar. Vimos homens e mulheres sorrindo, dançando. Comida e bebida em abundância. Naquele momento me senti acolhida por aquelas pessoas. Eu, de uma pesquisadora estranha nas primeiras visitas, já estava conhecida por aqueles. Quando cheguei à casa de Dona Margarida, não me senti uma estranha, assim como aquelas pessoas já não me eram desconhecidas, a grande maioria deles já me conhecia. As conversas, danças e trocas de informações fluíram naturalmente. Valeria Marcos (2006) aborda essa temática da chegada do “pesquisador/estranho” e sua permanência no local onde efetuará sua pesquisa ao dizer que,

Um ponto importante da pesquisa, talvez o mais importante, se refere à “chegada” à área de estudo. A forma como nos apresentamos e nos (com)portamos reflete muito do que somos e pode servir a nos abrir as portas, ou a fechá-las definitivamente. (pg 111)

Ela em sua pesquisa relata que é preciso ir à busca da diminuição da distância existente entre o pesquisador e o pesquisado e reforça que,

É preciso que o pesquisador seja aceito pela comunidade, mas é preciso, sobretudo que ele seja aceito como ele é: alguém de fora, diferente, que se

dispõe a estar com o grupo e a realizar com eles – e não sobre eles – um estudo e que, depois, irá embora. (p. 112)

Acredito que essa aceitação foi bem sucedida, pois neste momento vivenciado junto à comunidade foi possível perceber as diferenças entre a primeira visita e esta. A autora ainda reforça que o pesquisador tem que se tornar “invisível” para a comunidade, mas que o invisível não seja parecer “igual” e sim deixar de ser estranho e ser aceito.

No dia seguinte ao casamento, planejei visitar Dona Valdeci, tendo em vista que no dia anterior não foi possível por conta da sua participação nos preparativos da festa. No entanto, a visita não pôde ser realizada, pois a pesquisadora Telma foi me buscar. Despedindo-me de Dona Anita, pedi que informasse a Dona Valdeci que retornaria ao assentamento para finalizar o trabalho com ela.

Nosso último trabalho de campo foi realizado em fevereiro de 2013. Mais precisamente durante o período do carnaval. Havíamos planejado retornar ao assentamento em setembro de 2012, mas, por motivos alheios à nossa vontade, não foi possível. Em seguida, o plano era ir ao assentamento em janeiro, mas novamente não foi possível, ficando acordado que a visita ocorreria no mês de fevereiro.

A ida neste período festivo foi importante, pois permitiu observar como a comunidade vivencia estes dias. Notou-se que em nada interferem na rotina dos moradores. Eles seguem suas vidas e suas rotinas como em qualquer outro dia. Percebeu-se também que não há uma preocupação com o calendário e os feriados. Todo dia é dia de trabalho, seja ele dia comum ou feriado. Diferente da rotina da cidade, onde todos seguem horários, planejamentos e estão sempre preocupados com o tempo e rezando para que haja um feriado prolongado, a rotina no espaço rural segue outro ritmo. Não há preocupação com os horários ou com o tempo. A visita ao assentamento no feriado de carnaval possibilitou perceber que o dia seguiu normalmente como em qualquer outro dia da semana.

A rotina na casa de Dona Anita em nada mudou com o feriado. Por conta disso, até esquecemos que era um período festivo e feriado. Tais observações levam-se a crer que esse desinteresse em se festejar o carnaval se dá em função de

que quase toda a comunidade é composta por evangélicos. Como já informado a comunidade festeja o natal, réveillon e as festas juninas. O carnaval não é festejado por eles.

Pois bem, nesta ida ao assentamento foram novamente apenas eu e a pesquisadora Telma. Quando saímos de Porto Velho, o relógio ainda não marcava sete horas da manhã. Caía uma chuva fina. Fizemos o cruzamento do rio Madeira pela balsa e logo em seguida pegamos a estrada de chão. Como previsto, por conta do período chuvoso, a região se encontrava ruim em certos trechos por conta das poças de lama que se formavam. Com muito cuidado e atenção todas essas dificuldades foram superadas.

A chegada às Agrovilas ocorreu por volta das 10 horas. Ao chegar à casa de Dona Anita, ela estava preparando o almoço e lavando roupa. Ao ver a movimentação em sua casa, deu uma parada para nos receber. Como de costume, a recepção foi muito boa. Telma assim como na outra vez, apenas me deixou e seguiu para seu destino. Seu Juarez estava cuidando da roça. Fazendo uma análise deste momento, nos vem em mente o que Gema Esmeraldo (2008) aborda em seu trabalho quando trata do espaço doméstico e onde a mulher e o homem costumam se fazer presente com mais frequência. Ela dirá que *“na casa, os códigos simbólicos se materializam nos objetos de uso e nos lugares de trânsito de mulheres e de homens. A mulher permanece mais tempo na cozinha e o homem quando está em casa usa mais o quintal e a varanda.* (p. 200) E foi o que observamos, o espaço onde Dona Anita circula com mais frequência é a cozinha e seu esposo quase sempre está cuidando da roça.

O almoço não demorou muito a ficar pronto. Antes do meio-dia, todos já haviam almoçado. Após o almoço, Dona Anita voltou aos seus afazeres domésticos.

No período da tarde, dirigi-me à casa de Dona Valdeci. Dona Anita pediu para que seu filho Edvan me acompanhasse no percurso. Junto a ele estava outro rapaz, que logo descobri tratar-se do filho de Dona Ana. Ao chegar à casa de dona Valdeci, adentrei o portão, e apesar dos chamados, ninguém apareceu. Decidi então visitar Dona Ana. Quando cheguei a encontrei varrendo a sala de sua casa, e disse que estava fazendo os seus crochês. Convidou-me a entrar, e iniciamos uma conversa. Dona Ana informou que esteve muito doente, que achou que iria morrer

de tão ruim que ficou. Ficou em um estado que não conseguia levantar da cama de tão fraca. Deu graças a Deus porque seu filho mais velho que morava no Pará havia vindo passar o natal e estava em sua casa para ajudá-la a ir ao hospital em Porto Velho. Ele por conta da doença da mãe adiou seu retorno para o Pará. Diferentemente das outras visitas, ao longo dessa conversa foi perceptível à vontade de ir embora de dona Ana. Ela aparentava um pouco de desilusão em morar no assentamento. Alegou que as dificuldades aumentaram e que tem ouvido muitas histórias a respeito da desapropriação das famílias em função das usinas hidrelétricas. Disse que estava com vontade de ir embora com seu filho, porém argumentou que só sairia se tiver uma boa indenização: - *Porque eu não vou perder doze anos aqui perdido aqui dentro. Deixar assim de graça não! Vô não!* Dona Ana informou também que por conta da doença estava apenas trabalhando em casa com seus crochês.

Depois de quase uma hora de conversa, retornei à casa de Dona Anita. Ao chegar, senti o cheiro de pão caseiro que exalava pela casa. O mesmo ainda estava sendo assado no fogão. Enquanto isso fomos até o seu quintal olhar a criação de galinhas. Este momento de ir até o galinheiro nos remeteu novamente ao trabalho de Esmeraldo, pois ela dirá que

O quintal é uma extensão da unidade doméstica onde a mulher exercita algumas atividades produtivas como a criação de galinhas, de suínos. Onde faz pequenos canteiros para a produção de hortaliças e de ervas medicinais e onde cultiva algumas fruteiras. No quintal e nas proximidades da casa são instalados tanques para a lavagem da roupa e varais para a secagem das mesmas. (ESMERALDO, 2008. p. 201)

Essa extensão que Esmeraldo trata, observou-se na casa de Dona Anita, pois neste espaço apesar de ser externa a casa, ele é um espaço de complemento a rotina da nossa colaboradora. Ela passa mais tempo no quintal do que dentro de casa.

As imagens a seguir mostram o galinheiro e as galinhas.



Imagem 29: Parte externa do galinheiro. A casa da imagem é o galinheiro. Agrovila União dos Camponeses, Porto Velho, 2013. OLIVEIRA, Cláudia Nascimento.



Imagem 30: Parte interna do galinheiro. Agrovila União dos Camponeses, Porto Velho, 2013. OLIVEIRA, Cláudia Nascimento.

O galinheiro é resultado do benefício do PRONAF/Mulher que Dona Anita recebeu. Ela informou que as galinhas de sua filha Elisângela também estavam juntas às suas. Atualmente, ela cria galinhas e frangos. Disse que tem vendido as galinhas para a comunidade.

Após esse momento retornamos a cozinha, e Dona Anita retirou os pães do forno, os quais foram prontamente saboreados com café.

Com a chegada da noite, como já de costume, a família se reuniu para assistir televisão. Com o término da novela, todos se recolheram e foram dormir.

No dia seguinte, após tomar café, fui novamente à casa de dona Valdeci. Desta vez ela estava presente e recebeu-me. Não devia ser mais que oito da manhã e o almoço já estava sendo preparando em seu forno a lenha. Convidou-me para sentar em um banco próximo ao forno. Assim foi iniciada a conversa e a gravação. Passado um tempo, dona Valdeci fez com que o fogo parasse por conta das faíscas e do barulho.

A conversa durou mais de uma hora. Sua filha Josielia estava presente e ajudava a mãe quando a memória falhava. Dona Valdeci informou que não estava em casa no dia anterior porque estava trabalhando em sua roça. Disse que quando não vai à roça pela manhã, vai à tarde. Ao término de nossa conversa, despedi-me, pois de certa forma sentia que por conta da visita, Dona Valdeci parou seus afazeres domésticos e, pelo costume de se almoçar cedo, ela precisava continuar a preparar o seu almoço.

Retornei à casa de Dona Anita, que novamente encontrava-se dividindo os afazeres entre o almoço e a lavagem de roupa, que não tinha sido finalizada no dia anterior.

Neste dia o almoço foi servido por volta do meio-dia. O que para Dona Anita é tarde. Ela demonstrava preocupação, indagando se a comida estava boa. A todo instante ela oferecia o que comer. É perceptível o quanto essas pessoas se preocupam em receber bem aqueles que os visitam. Por conta das diversas visitas, já me sentia parte da família, e sentia como algo recíproco. Sentia-me sempre acolhida por esta família. Dona Anita sempre alegava que ficava alegre quando recebia as visitas. Seu Juarez indagou por que não ficava mais tempo, até o fim de

semana. O mesmo informou que a Associação havia mudado de nome, passando a se chamar: ASPROAGRO – Associação dos produtores rurais das agrovilas.

No dia seguinte, já na quarta-feira de cinzas, antes das sete da manhã, a pesquisadora Telma chegou para buscar-me. Antes da partida, ainda foi servido café, acompanhado do delicioso pão caseiro de dona Anita. Despedimo-nos de dona Anita com a sensação de levar mais uma experiência vivenciada durante o carnaval.

Antes de nossa partida rumo a Porto Velho retornamos a casa onde Telma estava hospedada, pois a dona da casa, sua neta e um vizinho também pegariam carona, o que é comum entre os moradores da região.

No meio do caminho, fomos surpreendidas por alguns carros parados na estrada. Avistamos um pouco mais adiante o ônibus que faz o trajeto assentamento/cidade/assentamento, atolado. Ele estava indo rumo à cidade de Porto Velho. As imagens a seguir registram esse momento.



Imagem 31: As condições precárias da estrada que dá acesso ao assentamento . Porto Velho, 2013. OLIVEIRA, Cláudia Nascimento.

Neste dia, só foi possível sair desse local porque os motoristas optaram por passar com seus carros por dentro do mato. Caso contrário, todos teriam que permanecer ali até o ônibus ser retirado do atoleiro. O primeiro carro que fez o percurso por dentro da mata estancou antes de chegar novamente à estrada. Como havia vários motoristas e passageiros, alguns homens se uniram para retirar o carro.

A grande maioria dos passageiros teria que esperar horas até que o ônibus fosse rebocado. Por conta disso, alguns dos motoristas ofereceram carona a estes. Em nosso veículo só foi possível levar uma pessoa. Levamos uma senhora que estava indo para Porto Velho. Depois desse episódio, ainda se avistou outro local em que a situação não era muito diferente da anterior, conforme demonstra a imagem abaixo.



Imagem 32: Momento em que nosso veículo passava por uma poça de lama. Porto Velho, 2013. OLIVEIRA, Cláudia Nascimento.

No momento de atravessamento desta poça de lama, não se sabia se o carro sairia. Mas não havia outra opção. Nos dias anteriores havia chovido muito, o que teria tornado a situação da estrada pior.

Pode-se dizer que passados dois anos de visitas ao assentamento Joana d'Arc III, a estrada que dá acesso continua praticamente do mesmo jeito, o que comprova as reclamações dos moradores ao longo dos anos. Somente no período da estiagem a situação aparenta um falso melhoramento por conta de que neste período não há a formação das poças de lama. O retorno a Porto Velho se deu em três horas e meia.

Ao término de nosso trabalho de campo junto ao assentamento Joana d' Arc III ficou a sensação de que trouxemos na bagagem além da farinha, da banana e dos limões, experiências de vida, de pessoas que apesar das dificuldades encontram motivos para levantar todo dia e ir à luta, construindo seus lugares particulares. Conhecemos famílias que vieram de longe, de outras cidades em busca da tão sonhada terra. Famílias que carregam raízes de lutas diárias, mas que não perderam a esperança e a vontade de ter uma vida melhor.

CAPÍTULO III

NARRATIVAS E SUAS COLABORADORAS



Imagem 33: As três colaboradoras que participaram desta pesquisa. Agrovila Chico Mendes, Porto Velho, 2012. OLIVEIRA, Cláudia Nascimento..

3.1. Três Mulheres e suas trajetórias de vida.

A escolha por tornar Ana, Anita e Valdeci colaboradoras deste trabalho se deu em virtude de observar que estão entre as primeiras moradoras do Assentamento. Mas independente desse fator, houve outros que foram cruciais para as escolhas. Os critérios se diferenciam para cada uma.

Todas as entrevistas foram realizadas no espaço onde as colaboradoras residem e sempre conforme a disponibilidade de tempo delas. Acreditava-se que, ocorrendo as entrevistas em seu espaço residencial, as colaboradoras se sentiriam mais à vontade para falar. Não houve intromissão quanto ao tempo das entrevistas.

A primeira colaboradora chama-se Jivanice da Cruz, porém é conhecida pela comunidade como dona Anita, apelido que segundo ela ganhou desde criança. Foi a primeira a ser escolhida pela sua importância no espaço do assentamento. Ela torna-se um referencial pela sua atuação junto aos que visitam o assentamento, o qual não dispõe de qualquer infraestrutura para hospedar os que visitam. Não há restaurantes, e a residência de dona Anita dá esse suporte, pois ela oferece sua casa para quem visita o assentamento e prepara refeições para os visitantes.

Em nossos trabalhos de campo, sempre fazíamos as refeições na casa de Dona Anita. Quando se decidiu passar uma semana para acompanhar o dia a dia no assentamento, surgiu o receio de ter que ficar na Escola, pois não houve qualquer acerto com nenhum morador a respeito da hospedagem. Dona Anita mesmo nos conhecendo recentemente ofereceu sua casa e acolheu-nos. Foi uma semana desfrutando da convivência junto à sua família. Foi então que se concluiu que não se poderia deixá-la de fora, pois ela, mais do que ninguém, havia mostrado como funciona a rotina e o dia a dia das famílias das Agrovilas do assentamento.

Dona Anita nasceu em Itamaraju, no Estado da Bahia, em 1966. Casada com Juarez Gonçalves da Silva há 30 anos. Moradora da Agrovila União dos Camponeses. Teve sete filhos, mas três deles morreram antes de completarem um ano de vida. Os demais são: Elisângela (29 anos), Ednaldo (21 anos), Edilene (19 anos) e Edvan (11 anos). Os dois primeiros já são casados. Elisângela é casada com Welington (presidente da Associação) e mãe da pequena Letícia. Mora na

Agrovila Chico Mendes. Ednaldo mora na Agrovila União dos Camponeses. A outra filha Edilene atualmente reside em Porto Velho, onde trabalha. Apenas Edvan mora com Dona Anita.

Dona Anita e sua família chegaram a Rondônia em 1987. Moraram em várias localidades do Estado de Rondônia antes de morar no Assentamento.

As conversas com dona Anita se deram todas em sua casa. Foi possível acompanhar o seu dia a dia, desde o amanhecer até a hora de dormir. Pôde-se vivenciar toda a rotina de sua casa. As conversas aconteciam naturalmente na hora das refeições ou nas caminhadas pelo assentamento, pois, muitas vezes não sabíamos chegar ao local.

A convivência com dona Anita ofereceu mais subsídios para uma melhor compreensão da relação que os moradores têm com o lugar se comparada com as demais entrevistadas.

A sua vida, ao que pareceu, só se acalmou após a chegada ao assentamento. Ao longo das entrevistas, ela relatou que sempre viveu mudando de cidade em cidade em busca de um pedaço de terra. Relatou também como foi o seu trajeto e de sua família desde a saída do Espírito Santo até a sua chegada ao Assentamento Joana d'Arc III.

A segunda colaboradora chama-se Valdeci das Neves Mucuta Cruz. Moradora da Agrovila União dos Camponeses. Nasceu em 21 de abril de 1966 na cidade de Tarumirim, no Estado de Minas Gerais. Veio para Estado de Rondônia com apenas cinco anos, acompanhando seus pais. Casou-se aos dezenove anos com Matheus Ferreira da Cruz, que à época tinha vinte três anos. Mãe de cinco filhos, Josimar das Neves Cruz (23 anos), Josiane das Neves Cruz (20 anos), Josivan das Neves Cruz (19 anos), Josielia das Neves Cruz (16 anos) e Luciano das Neves Cruz (12 anos).

A escolha de tornar dona Valdeci aconteceu por acaso. Em nosso primeiro trabalho de campo prolongando, em uma de nossas andanças pelo assentamento, visitando as casas em busca de famílias que ainda não tivessem respondido o questionário socioeconômico, além de famílias que tivessem participado do conflito de Corumbiara conhecemos o seu filho caçula Luciano, que nos convidou a ir à sua

casa dizendo que podíamos visitá-la e que sua mãe estava lá. Assim como as demais colaboradoras, Dona Valdeci foi uma das primeiras moradoras. Chegou ao assentamento quando ele ainda não era nem um terço do que é hoje. Foi então que se decidiu torná-la a segunda colaboradora. Na primeira visita quando questionada se gostaria de ser colaboradora da pesquisa, ela aceitou, mas explicou que só poderia nos receber novamente dois dias depois, pois no dia seguinte estaria resolvendo questões suas. Ficou combinado então que a entrevista se daria em outro momento.

No dia e hora marcada, nos dirigimos à residência de Dona Valdeci. A pesquisadora do PIBIC Viviane Nery estava presente na visita. A princípio, foi necessário explicar novamente o intuito da entrevista, pois ela se mostrou um pouco reticente, mas logo ao entender o motivo, aceitou participar e colaborar. Sentamos em um banco na varada de sua casa, e demos início a conversa. Sua filha acompanhava da janela e às vezes ajudava a mãe quando ela não se lembrava de algumas coisas, tais como datas ou nomes.

O esposo de Dona Valdeci chegou e questionou a respeito da entrevista. Fez algumas perguntas e questionamentos como para que e para quem seria a entrevista. Novamente foram explicados os motivos da presença e respondemos a seus questionamentos. Ao entender o trabalho, ele também passou a relatar alguns casos que vivenciou ainda na época em que o assentamento era mata fechada.

Ao término da conversa, Dona Valdeci ofereceu limões colhidos na hora em seu quintal. Definiu-se que em um segundo momento haveria um retorno ao assentamento para lhe mostrar a entrevista.

Na segunda visita de 2012, não foi possível sentar para conversar com Dona Valdeci. Ela estava envolvida com o casamento de seu filho mais velho. Foi marcada outra data, a qual acabou ocorrendo em fevereiro de 2013.

Em nosso terceiro encontro foi lida a primeira entrevista. Dona Valdeci e sua filha ouviam com atenção. Em certo momento ela questionou se alguém havia lido também. Sorriu e disse: "*Parece um poema. A gente rir hoje, mas foi bem sofrido. Deu até emoção!*" Em seguida continuou-se a leitura. A conversa durou mais de uma

hora. Ao finalizar a leitura, foi perguntado se ela gostou do que tinha ouvido e se precisava mudar algo. Dona Valdeci respondeu que não, que não precisava mudar.

A terceira colaboradora chama-se Ana de Brito. Nasceu em 1973, na cidade de Araruna, no Estado do Paraná. Veio para Rondônia com sua família com apenas dois anos de idade. Antes de tornar-se moradora do Assentamento morou em outros municípios no Estado.

Dona Ana, moradora também da Agrovila União dos Camponeses, tornou-se colaboradora por ser uma mulher com uma trajetória de vida bastante sofrida e de muita luta. Mora sozinha com um dos dois filhos. Trabalha sozinha no seu lote. Mas o que mais chamou a atenção para que Dona Ana se tornasse uma colaboradora foi o fato de saber que ela foi uma personagem não atuante diretamente no Conflito de Corumbiara, mas conviveu diretamente com quem participou.

Ao longo da transcrição da entrevista foi possível fazer observações que na entrevista em si não são possíveis. Observou-se que dona Ana, ao lembrar-se do Conflito e de tudo que passou com seu ex-marido, expressava um olhar de quem retornava não só as lembranças, mas era como se retornasse ao exato momento do acontecimento. E com o passar da conversa, sua expressão foi mudando, pois ela passou a relatar a sua vida no assentamento, que não foi fácil pelo fato de ser uma mulher, e solteira, com dois filhos pequenos e tendo que lidar com situações em que só foi possível contar com a ajuda de outras pessoas.

Em nossa segunda visita em 2012, após a transcrição da primeira entrevista, uma nova visita foi feita a dona Ana com o objetivo de fazer a leitura da entrevista, assim como fazer uma segunda entrevista. Como em todas às vezes, dona Ana acolheu-nos muito bem.

Na última ida a campo, em fevereiro de 2013, Dona Ana foi novamente visitada. Ela encontrava-se arrumando a casa, parou seus serviços e me recebeu como sempre com um sorriso no rosto. Comparando as outras visitas, constatou-se que Dona Ana parecia um pouco desiludida em morar no assentamento. Disse que estava com vontade de morar no Pará, junto com seu filho, porém não iria sair do seu lote sem antes receber uma indenização. Alegou também que por conta da doença estava apenas trabalhando em casa com seus crochês.

Como de costume em todas as visitas, ofereceu um café. Permaneci na casa de dona Ana por volta de uma hora. Despedi-me, desejando melhoras.

JIVANICE DA CRUZ (DONA ANITA)



Imagem 34: A colaboradora Anita junto com sua filha Elisângela e seu filho Ednaldo. Agrovila Chico Mentos, Porto Velho, 2012. OLIVEIRA, Cláudia Nascimento.

“Nada não, foi uns três anos de luta. Três, quatro anos assim. Até a gente se estabilizar foi muito tempo. Hoje em dia já pode dizer que estamos morando no céu porque o sofrimento que nós teve aqui...”

Nasci na Bahia, na cidade de Itamaraju. Eu não lembro quantos anos eu morei lá, mas quando sai de lá nós fomos morar na fazenda. Eu não lembro o ano que nasci, o Juarez é que sabe.

Eu conheci Juarez na casa de um amigo. Eu fui na casa de um amigo e ele estava lá e aí a gente se conheceu. O amigo era meu e dele porque era uma família que morava lá e era muito legal esse pessoal pra nós..., e de amigos que tinha bom era só eles. Eu tinha 16 anos quando casei, e ele tinha 20 anos. Começamos a namorar escondido porque meu pai era muito ciumento. Aí não demorou muito eu fugi de casa. Meu pai não queria que eu casasse. Aí depois nós fugimos de novo pro sitio, Estávamos morando na rua²⁶, e da rua fomos embora pro sitio.

Quando a gente casou no papel eu já estava com os meninos. Edvan estava com seis meses, Edilene tinha sete anos. Quando a gente casou, nós dois trabalhávamos. Mexíamos com café e com cacau.

Tenho quatro filhos, dois homens e duas mulheres. Elisângela nasceu dia 26 de outubro de 84. Ednaldo é dia 03 de setembro de 91. Edilene é de 94, do dia 22 de abril e Edvan é 14 de novembro de 2001.

Eu não parei de trabalhar quando tive meus filhos não, e eu mesma cuidava deles. Levava pra roça. Meus filhos nunca me deram trabalho nenhum. Nunca deixei meus filhos com mais ninguém, nunca me deram trabalho pra nada. Onde eu ia, eu levava.

Eu educo meus filhos dizendo que têm que ser educado, que não pode arengar, responder aos outros. Não pode tá brigando com ninguém. Na escola tem que respeitar a professora, respeitar os amiguinhos. Que não pode..., que é feio andar brigando, responder os mais velhos não pode. E eles até hoje, todos eles foram criados a não tá respondendo ninguém.

Antes de chegar aqui em Rondônia morávamos no Espírito Santo. Estávamos na Bahia e fomos para o Espírito Santo e depois viemos pra cá. Nós somos baianos. Meus parentes já devem até ter morrido, nunca mais vi. Quando viemos para Rondônia eram cinco famílias. Viemos no caminhão e

²⁶ Rua é como Dona Anita se refere a quem mora na cidade.

aí quando parava para fazer as necessidades, os homens procuravam o banheiro deles e as mulheres procuravam os delas. Tinha uma mulher que não descia. Ela ia fazer xixi, fazia no pinico lá dentro do carro mesmo! Se era necessidade era lá também. Aí uma vez veio um rapaz, e ela foi fazer necessidade e se cobriu com um lençol. O rapaz tava bêbado dormindo. Aí ela pegou o lençol e se cobriu. Daí o rapaz viu aquele fedor, ergueu a cabeça e ela tava acabando de levantar. Ela tinha feito coco dentro do carro. Ela ficava lá... Ela veio de lá aqui sem banhar. Não tomou banho. Nós ficamos oito dias na estrada. Saímos de lá numa quarta e chegamos aqui numa quarta. Saímos lá na quarta de manhã, chegamos a tarde aqui. Aqui em Ariquemes.

Quando chegamos aqui em Rondônia em novembro de 87 tínhamos dinheiro para comprar uma casa. Dava pra comprar um lote com o dinheiro, e gastamos tudo com a malária. Mas agora graças a Deus nós temos agora dinheiro para comprar um lote e ainda sobreviver um bocado de tempo. Deus sabe o que faz! Se for pra nós sair, ele vai preparar um bom lugar pra nós ir, se não for, deixa a gente onde nós tá. Já chega de tanto sofrimento!

Quando chegamos em Ariquemes ficamos acampados perto de um hospital. Ficamos um bocado de dias. Tinha que pegar água no hospital. O hospital chamado Sesc. *Tu já ouviu falar né?* Aí nós pegávamos água pra tomar banho. Fizemos um banheiro provisório. Tomávamos banho tudo naquele lugar. Aí ficamos lá. Juarez arrumou um emprego num garimpo pra tomar conta de um serviço lá. A mulher num quis deixar ele sair de lá de jeito nenhum. Juarez ia ganhar bem. O homem não deixou nós ir. Aí ficamos em Ariquemes. Depois Juarez arrumou outro serviço. Aí fomos morar num lugar chamado Zé malária. Ali era tanta malária de um jeito que fedia. Era lá que o homem saia arrastado que nem cobra dizendo que tava doente. Chamavam o homem de Zé malária de tanta malária. Aí nós mudamos de lá e fomos pra um lugar pior. Lá nesse outro lugar o homem era um paranaense. Ele não comia carne, nem deixava ninguém comer. A comida que deixava nós comer era arroz e feijão. Uma vez Juarez deu um tiro no veado e perdeu o tiro. Aí o filho dele tava na roça e veio e brigou com o Juarez. Aí Juarez disse que não

ficava mais lá. Aí nós fomos morar lá com uns capixaba. Ali nós passamos bem!

Aí ficava assim, trabalhava um mês, dois meses pra um. Um mês, dois meses pra outro. Não tínhamos paradeiro. Acabamos com tudo que tínhamos. Era só uma trouxinha de um canto pro outro. Aí quando foi um dia Juarez saiu e disse: - *Eu vou pra Cacaulândia arrumar uma colheita de café.* Tinha um comércio na beira da estrada e ele foi. Chegou lá e o homem disse que estava atrás de gente pra apanhar café. Ele chegou e falou: - *Rita²⁷ arrumei serviço pra nós!* Aí nós foi pra lá. Ficamos lá apanhando café um ano. Foi o lugar que nós ficamos mais. Saímos de lá, fomos pra outro canto plantar pasto. Terminou o pasto e saímos de lá.

Ficávamos assim igual cigano! Nem num o canto, nem noutro. Aí foi o dia que ele pegou uma malária braba e ele queria ir embora a pé. Eu disse: - *Tu vai porque eu não vou. Porque quando eu disse que nós não vinha, tu queria vir.*

Aí nós mudamos de região. Fomos tocar lavoura de cacau, aí o cacau não deu certo. Aí nós mudamos de novo. Juarez arrumou um lugar pra tomar conta de peixe na represa. Eram 04 represas de tambaqui. Aí ele enjoou de tomar conta de peixe por conta do cheiro da ração. Aí fomos tomar conta de café. Aí o café caiu de preço. Ele largou a lavoura de café todinha sem colher. Largamos a lavoura todinha no pé. Aí nós mudamos pra rua. Da rua foi que nós veio pra Jaci trabalhar com um homem chamado Antônio Lima. Esse homem pegou a gente lá de Cacaulândia e falou assim: - *Olha irmã eu vou levar vocês pra lá, dá emprego pra vocês.* Eu trabalhava num restaurante, lavava roupa pro restaurante em Cacaulândia.

Quando chegamos em Jaci, Juarez tava trabalhando em um domingo e aí o homem ia passando, e o homem chamou e ele perguntou se ele queria pegar terra e ele disse: - *Eu quero!* O homem chamou ele pra ele fazer a inscrição, ai falou que no outro dia era pra ele ir para Porto Velho fazer a inscrição e ai ele foi. Ai ele veio ver e foi quando ele conheceu o

²⁷ O marido de dona Anita não a chama pelo nome de batismo, nem pelo nome que a chamam. Ele a chama de Rita.

assentamento. Colocaram ele pra coordenar o pessoal pra assentar nos lugar.

Aí o Juarez foi embora. Ficou 04 meses no INCRA. Ficamos na casa da filha do Antônio Lima, mas ele nos colocou lá e não falou. Ele falou que era dele. Ele colocou nós lá na casa e disse: - *Olha irmã, vocês podem ficar o tempo que vocês quiserem. Não se preocupa de sair.*

Nós já tínhamos ganhado um pedacinho de terra pra fazer a nossa casa em Jaci. Aí como Juarez estava no INCRA, ele veio primeiro, fez a casa. Só faltava a porta, janela e por piso na casa. Nós estava lá enquanto terminava pra gente mudar. Eu tinha falado pra ele: - *Olha irmão, você vai esperar nós terminar a casa pra gente mudar. O Juarez foi pro INCRA, não sabe que dia vem.* E ele respondeu: - *Não irmã, você pode ficar na casa o tempo que você quiser.*

O Juarez só vinha de mês e mês em casa. Ele não vinha direto em casa ver nós. E era malária que Deus me livre!

Quando foi um dia a filha dele... Eu tinha acabado de chegar da igreja. Eu era crente da adventista. Eu tinha saído da igreja, aí entrei no quarto, fui trocar de roupa. Aí a Elisângela que tava na área com o namorado dela disse: - *Mãe, a Maria Luisa quer falar contigo.* Eu falei: - *Ué, eu sai da igreja e ela não falou nada comigo. O que será que ela quer?* Aí eu sai e o Antonio disse: - *Oh irmã, nós ta querendo a casa. A Sara já vendeu a casa.* Aí eu disse: - *Mas porque vocês não avisaram logo pra mim?* Aí a filha dela veio com desaforo pra mim. Falou que ia jogar minhas coisas tudo na rua. Que nós tava na casa, num queria sair da casa. Eu falei: - *Não! Não to querendo sair da casa mesmo não. Enquanto eu não fizer a minha casa eu não vou sair não.* Ela respondeu: - *Então vou jogar as coisas de vocês na rua e vou chamar a policia.* E eu disse: - *Você pode ir chamar a policia, a estrada é essa aqui. Você pode ir! Eu não tenho medo, porque eu não invadi aqui. Teu pai me pegou e colocou aqui dentro. Falou que nós podia ficar o tempo que quisesse aqui. Porquê que agora você vendeu a casa e não quer que a gente fique aqui?* Aí o pai dela veio e disse: - *Não Sara, deixa de coisa, não*

sei o que... - Ei irmã você tem que sair da casa. Respondi: - Não saio! Enquanto Juarez não vir pra arrumar minha casa eu não saio da casa.

O homem que tinha comprado a casa tinha uma casa encostada. Ele comprou pra fazer um quintal só. Aí o Antonio Lima chegou pro homem e contou a minha situação. O homem que comprou foi lá em casa e conversou comigo. Eu falei assim: - *Temos a nossa casa, só que ainda não ta feita. Não tem porta nem janela e nem ta pronto o piso. A terra ta lá mais não foi aterrada ainda. Tá lá o monte de terra.* Ele me respondeu: - *Não! Não se preocupa não. Pode ficar na casa. A senhora pode ficar na casa o tempo que a senhora quiser.*

Mas mesmo assim eles ficavam indo lá direto me infernizar. E Juarez no INCRA sem saber. Aí eu liguei pro Juarez, que ele viesse para arrumar a casa que eu queria ir pra casa, que não queria mais ficar lá. Aí ele voltou, pegou as minhas coisas e levou lá pra minha casa. Aí eu fiquei lá. A malária castigava a gente direto. Aí foi quando Juarez ficou lá pra esperar pra pegar um crédito de fomento de R\$ 1.400,00 para fazer de compras. Foi quando ele pegou e veio embora pro assentamento. Aí ele ficou vindo pro lote e eu ficava lá. Toda vez que ele vinha eu ficava. A Edilene veio uma vez. Aí Edinaldo não queria estudar! Aí eu peguei e mandei ele pra cá. Ficou eles dois aqui. Sempre ele ia lá me visitar. Às vezes ele ia ficava uma semana, um mês sem vim aqui. Até que abriram as estradas e eu vim embora pra cá. Já era esse lote aqui. Já tinham trocado. A nossa terra era lá em baixo. Se a nossa terra fosse lá ainda nós já tinha ido embora. Já nem estava mais aqui. Aí depois o Dinho perguntou se ele não queria trocar de lote. Ele disse: - *Eu quero!* Porque lá onde era o nosso primeiro, alagava. Aí ficava só o lugarzinho da casa. Não dava pra plantar a plantação e ele queria uma terra pra plantar as coisas. Aí ele pegou e trocou a terra. Foi quando nós pegou essa terra aqui. E aí estamos aí até hoje graças a Deus! Só saio depois que morrer. Ou se não, se forem indenizar.

Pra chegar aqui ele vinha com cacai²⁸ nas costas. Vinha pelo rio. Ele pegava o asfalto, vinha de bicicleta, aí chegava na beira do rio, atravessava. Tinha já um homem próprio pra atravessar ele. Aí atravessava ele pro outro lado. Aí ele pegava outra bicicleta e vinha pra cá. Andava um pedaço de lama com aquele cacai nas costas. Às vezes vinha com dez, vinte kilos nas costas. Aquele monte de coisa. Ele vinha e o cacai ficava aqui. Pra ir embora era do mesmo jeito, mas aí já era com coisa mais leve, porque o que vinha já não levava mais.

Quando viemos fizeram um barraco ali. Aqui era tudo pau. Nessa casa aqui era tudo pau. Tudo mato! Queimada. Aí pra lá assim era tudo mata ainda. Foi derrubado depois que nós mudemos pra cá. A mata pegava lá onde tá aquelas imbaúbas. Tá vendo lá aquelas imbaúbas caídas? Pra cá, a mata era dali pra lá. Era só a tira mesmo que tinha aqui. Dali pra lá era mata.

Quando eu cheguei, eu achei ruim mesmo, mas depois me acostumei. Achei ruim e achei bom, porque viemos morar no que era da gente. Porque aí ninguém tava olhando de cara feia dizendo... Mandando a gente sair, não ia trabalhar doente. Juarez tinha tomado nome de preguiçoso porque não ia trabalhar doente. Porque você sabe, hoje em dia trabalhar no que é dos outros, tem que aguentar muita coisa né?. Então não foi fácil.

Nós mudamos pra cá em outubro, no tempo de chuva. Eu não guardo na cabeça o ano. Sei que foi em outubro. Foi dia 05 de outubro que viemos. Agora o ano eu não lembro mais não.

Chegar aqui foi e não foi difícil, porque nós tínhamos a nossa casa em Jaci, tinha outras datas. Nós vendemos as datas tudo baratinho, vendemos a casa, tudo pra gente vir embora pra cá. Aí trocamos a casa num carro e viemos. Quando viemos de vez, veio quatro pessoas dentro do carro e duas crianças. Nós viemos deitando pelas estradas²⁹. Eu saí de Jaci era seis horas da manhã e chegamos aqui era cinco do outro dia. Foi muito difícil! Não tinha estrada. A estrada era bem pequenininha. Muita lama. No dia que

²⁸ Segundo o dicionário português Cacaio significa: Alforje ou saco de viagem, preso com atilho por baixo dos braços e pendurado nas costas. Sin (no Sul): picuá, sapicuá.

²⁹ Dona Anita se referia que tiveram que dormir na estrada, pois levaram 23 horas de Jaci até o assentamento.

nós veio não tinha tanta lama porque tinha dado sol. Nos perdemos três vezes. Chegamos aqui e chuva, chuva, chuva. Naquele dia não choveu, mas no outro dia foi chuva direto.

Quando chegamos aqui já tinha a Valdeci, a Jucelene e a Elizete. Tinha também o pessoal do seu Francisco que é do Frank (conhecido como Fadiga) lá da Agrovila lá. Eles eu não conhecia. Eu só tinha visto seu Francisco uma vez que ele tinha ido na nossa casa no Jaci, mas os outros eu não conhecia. Pra cá não morava ninguém. Moravam pra lá, só pra lá. Os anos eu não guardo. Mas moravam assim. Depois foram desistindo do lote. Aqui os mais velhos só tem nós, Jucelene, a mãe daquele loirinho, o Mateus³⁰, o pessoal do Francisco, o Fadiga mais o pessoal dele e o seu Luis que mora aqui dentro. Os outros foram tudo embora. Venderam os seus lotes e foram se embora. E nós estamos ai. Eu conheço todos os moradores. Os moradores que eu não conheço são os novatos que chegaram agora. Mais todos eu conheço.

Quando chegamos aqui não tinha energia, não tinha estrada. Quando chovia não passava nada. Nem bicicleta. Só era o barro! Você andava daqui ali, você já tava atolado. Só barro mesmo!

Nada não, foi uns três anos de luta. Três, quatro anos assim. Até a gente se estabilizar foi muito tempo. Hoje em dia já pode dizer que estamos morando no céu porque o sofrimento que nós teve aqui... A Letícia não tinha dois anos. Ela tinha um ano e meio quando viemos pra cá. Ela fez sete agora.

As coisas hoje em dia melhoraram graças a Deus. A gente passou essas dificuldades todas, mas nós nunca passamos fome. Deus sempre deu poder pra gente ter as coisas. Passamos necessidades de outras coisas, de remédio, de estrada. Agora se é de arroz e feijão, sempre toda vida teve!

Lá na Elizete tinha água pra beber. Nós buscava água pra beber e pra cozinhar. Banhar, lavar roupa, lavar vasilha, tudo era no rio. Lavávamos lá na Jucelene. A água era mais limpa. A água sujou porque o marido dela derrubou a beira do rio e caiu aqueles pau podre, apodreceu e ai ficou

³⁰ Esposo da nossa colaboradora Valdeci

daquele jeito. A água era limpinha, precisava ver. Lavava uma toalha e ela ficava bem alvinha. Era bem limpinha a água. Ficou daquela cor por causa disso. Dava até pra beber água do rio.

Uma vez quando o pessoal da SUCAM veio, acamparam ai. Veio um pessoal de Brasília, ficaram acampado uma semana aqui em casa. Ficaram lá no quarto acampado. Vieram em cinco. Eu cozinhava para eles. Sempre iam banhar no rio. Depois foram embora. Depois voltaram para bater veneno, bater fumaça. É tanto que tem um rapaz da SUCAM que me chamava de mãe. Até que eles se acostumaram comigo. Agora que mudou a metade deles. Agora tem uns novato. Mas eles não podiam me ver que diziam:- *Como vai seu Juarez? Tá bom? Como tá a senhora? Já acabou a malária?*

Isso aqui como era de primeiro nem se compara mais. Quando chegamos aqui fizemos um forninho lá dentro pra fazer farinha. Daí foi eu, Wellington e Juarez pra fazer farinha. A Elisangela tinha ficado em casa de malária. Aí quando chegamos, tudo ruim de febre. Só aguentava tomar um banhozinho. Já passava lá no rio, tomava banho e ia pra cama. Só levantava pra ir no mato, pra ir no banheiro e pronto. Nem comer comia. Só quem não tava com malária era Ednaldo. A Edilene tava no Jaci trabalhando. Aí Juarez ia pra onze, saía daqui meio-dia ou se não de manhã e ia chegar aqui duas horas, três horas da tarde com aquele monte de lâminas. Um pacotão de remédio pra malária. Às vezes ele trazia dez, doze pacotes de remédio pra levar pra mulher ali pra ela distribuir pro pessoal. Era malária demais aqui. Toda casa você via um paninho vermelho. Eles colocavam um pano vermelho pras pessoas saber. Toda casa!...

Às vezes eu falo pra muitos e eles não acreditam. Às vezes eu chorava e dizia: - *Meu Deus o que a gente ta fazendo aqui?*

Como eu tive vontade de ir embora. Vivia lá na boa no Espírito Santo. Nós veio aqui com o dinheiro pra comprar uma casa, comprar um lote. Gastamos tudo com malária. Eu falei pra Juarez: - *Juarez vamos pegar esse dinheiro e vamos comprar uma casa aqui.* E ele dizia: - *Não! Eu quero é ir pra Rondônia.* E eu: - *Juarez nós não vai pra lá, vamos comprar uma casa.* E o

homem botou na cabeça dele que era pra vim, e nós viemos. Aí quando chegamos aqui gastamos todo o dinheiro.

Eu certa vez peguei aquela malária “quebra ossos”³¹ e fiquei ruim. Aí quando ele foi me buscar no Jaci, ele tava ruim. Ele mais a Elisangela, tudo de malária. Não tinha um pra dá água pro outro. As malárias eram perigosas de primeiro. Deus me livre! Eu não gosto nem de lembrar tem hora. Muito sofrido!

Arroz nós pilava no pilão pra comer porque não tinha máquina pra limpar. Comia feijão e arroz. Mandioca nós plantava, mas perdia tudo porque não tinha lugar pra fazer farinha. Plantamos mandioca uma vez e os porcão comeu tudinho...

Hoje em dia eu participo da produção da farinha. Eu ajudo descascar mandioca. Ajudo a temperar a massa, sovar a mandioca. Ajudo a ensacar a farinha. Na hora de colher eu ajudo também. Na hora de arrancar, ajudo às vezes a cortar as ramas. Só não ajudo a carregar da roça porque quem carrega é o trator. Aí quando é pertinho, Juarez carrega na carriola. As outras coisas eu ajudo.

Eu gosto de morar aqui. Nunca pensei em ir embora, mas se tiver que sair, nós sai. Não invadimos. Nós fomos colocados aqui pelo INCRA. Ele podia tirar a gente daqui se tivéssemos invadido, mas como não invadimos, aí eles tem que entrar num acordo pra sair né?

³¹ Segundo o relato, a malária quebra ossos tem esse nome porque os ossos ficam frágeis e doloridos.

VALDECI MUCUTA

Imagem 35: A colaborada Valdeci junto com seu filho Luciano e sua filha Josielia em sua casa. Agrovila União dos Camponeses, Porto Velho, 2012. OLIVEIRA, Cláudia Nascimento.

“E eu como não conhecia, nunca tinha visto um rio daquele jeito, tão grande. Quando eu cheguei na beira do rio que olhei, não via fim não. Aquilo assim chega era azul, via uma beirada azul assim que sumia.”

Eu nasci em Minas Gerais. Sou mineira. Nasci em Tarumirim. Vim com cinco anos pra Rondônia. Vim com meus pais direto pra Espigão D'Oeste. O povo dizia pra eles: "*Lá em Rondônia é lugar bom pra se viver*". Lá em Minas tava ficando meio difícil. As terras eram pequenas. Eles queriam uma terra maior pra mexer com o gado. Ficamos um ano no Espigão. Aí do Espigão meu pai ganhou uma terra na linha. Aí viemos pra linha 36, perto de Pimenta Bueno. Ali ficamos uns dezoito anos. Depois ele vendeu e foi morar em São Felipe. Aí acompanhamos ele. São Felipe fica entre Pimenta Bueno e Santa Luzia.

Aí nesse tempo eu ficava na 36 e o Mateus morava na BR perto de Pimenta Bueno. Dava 10 km de onde eu morava. Ai a gente se conheceu na igreja católica. Eu era católica. Ai lá tinha um campinho de futebol, a gente se encontrava por lá. Aí a gente se conheceu e depois casou. Minha família foi na frente pra São Felipe. Aí conseguiu comprar um pedaço de terra lá e fomos morar com eles lá. Casamos na igreja e no cartório.

Depois ficamos mudando de um canto pra outro. Não tinha terra. Aqui mesmo é o primeiro lote. A primeira terra que nós conseguiu foi essa. Trabalhávamos nas terras dos outros. Ele era meeiro. Mexia com lavoura de algodão, algodoeiro, cafezal.

Eu tive cinco filhos, Josimar, Josiane, Josivan, Josielia e Luciano. O Luciano ficou bravo com o nome dele. Ficou revoltado. Ele fala: *Mas porque botaram tudo J e eu L? É porque meu pai...* Tinha o cantor Zezé de Camargo e Luciano. Meu pai gostava muito dessa dupla. Ai o pai pegou e falou: - *Oh minha filha, ta bom de você mudar esse negocio de nome.* Ai eu achei bonito Luciano. Mas ele não gosta. Eu falo: - *Para de cê besta rapaz. É o cantor.* Ele fica bravo com o vô. Ele diz: - *Aquele vô pra que foi colocar meu nome de Luciano? Era pra ter colocado J também.*

Eu não queria esse tanto de filho não! Eu queria só uns dois. Mas daí foi criando assim. Eu tomava o remédio, e o remédio não valia nada. Eu acabava engravidando. Eu troquei de vários tipos de comprimido. E naquela época não tinha... Eu queria tomar vacina, mas não tinha. Ai eu peguei, tomava aqueles remédios, e trocava direto e eu menstruava a mesma coisa. Era o mês todo menstruando. Eu tive que parar. Eu ia no médico, ele dizia: -

Para com os remédios. Ai eu trocava pra outro. Ele passava de outro tipo, mais fraco. Tinha uns forte, ai o negócio vinha. Ai tinha os fracos, ai vinha a mesma coisa. Ficava o mês todo. Fiquei desregulada. Ai era onde eu engravidava. Eu empolava também. Empolava e enchia o fígado. Ficava com o fígado inchado daqueles remédios.

Eu quando ganhava os meninos já ia trabalhar depois. Ganhei o Josivan em casa mesmo. Com 24 horas eu já tava fazendo comida. Tive dois no hospital em Pimenta Bueno, e tive dois no posto de saúde em São Felipe. O terceiro foi em casa. Não deu tempo de correr. Eu tinha 24 anos quando tive meu primeiro filho. Fiquei quatro anos sem ter filho, sem engravidar. Eu fui operada antes. Eu tinha dois cistos no ovário. Eu já tinha quando era solteira. Aí meu pai me levava no hospital, o medico olhava o meu estomago e dizia que era verme. Tomava remédio pra verme. Mas me doía muito o pé da barriga assim. Eu já trabalhava na roça sentindo aquela dor. Menstruada trabalhando. Ai tinha aquelas dor no pé da barriga. Ai foi passando, passando. Quando tinha 15 anos foi ficando mais ruim. Levava no médico, aí batia a chapa assim, não dava nada! Aí depois de um ano de casada, aí o Mateus me levou no hospital Cristo Rei em Cacoal, aí lá fiz ultrassom. Ai foi que foi descobri a doença. Eram dois cistos.

Eu levava meus filhos tudo pra roça. Às vezes os mais pequenos, eu levava o berço pra roça. Ai o Josimar que é o mais velho cuidava dos mais pequenos, aí eu ia trabalhar. Eu não levava muito pequenininho não. Ficava em casa cuidando. Ai depois que crescia um pouquinho, levava pra roça. Eu criei meus filhos em roça mesmo. Levava uns panos, ai colocava o mais velhinho cuidando do pequenininho. Eu me lembro assim, parece que... Eu falei pra uma vizinha minha: - *Meu Deus, eu não sei como vou fazer...*

O Josimar me deu muito trabalho, ele nasceu prematuro né?... Me deu muito trabalho! Ele é de oito meses. Ai eu engravidei da Josiane, aí eu pensava que não ia dar conta de cuidar do outro, porque o tempo todo ele foi doente. Sempre miudinho. Ele ficou um mês na incubadora lá, eu fiquei no hospital. Nasceu dia 26 de dezembro. Eu passei o dia de natal dentro do hospital. Ai eu grávida assim, passando mal pra ganhar ele né? Que a minha bolsa

estourou uma semana antes. Estourou em casa. Ele foi parto seco. Sem água. Ele nasceu sem água, prematuro e foi pra incubadora. E no tempo que eu ganhei ele nasceu muita criança de sete meses. Aí todo dia de manhã eu ia lá pra levar o leite pra ele, aí eles colocavam na mangueirinha, aí as enfermeiras me levavam pra olhar ele. Aí eu já amanhecia pensando que ele já tava morto porque os de sete meses tava morrendo tudo na incubadora. E ele que era o prematuro, eles ficaram bobo dele escapar, porque, como é que eles falam? Né impar... negócio de... Ele é par. Aí elas falavam: *Tá tendo vitória porque, ele ta se mexendo, tá se alimentando bem, e os de sete mês ta morrendo.* Todo dia amanhecia dois mortos. Era muito naquela época. Só nasceu ele naquela época de oito meses, e ele escapou. Graças a Deus!

Antes de vir para o assentamento eu morava no marco 8 em São Felipe. Eu vim direto pra cá em 2001. Eu ganhei o Luciano em 2000. Quando ele tava com nove mês eu vim pra cá. Eu gostava de morar em São Felipe. O lugar que eu mais gostava era lá, mas não tinha terra, morava nas casas dos outros de meeiro. Chegou um homem de Porto Velho pra fazer uma reunião em São Felipe, aí convidou o pessoal. Fizeram aquela reunião né? Ai graças a Deus ganhamos isso aqui. Mas foi difícil aqui demais. Quem foi fazer lá uma reunião foi no caso uma pessoa, que inclusive esse homem hoje ele é morto, o Dinho. Foi esse tal de Adelino lá em São Felipe, aí na cidadezinha que tem lá. Aí o pessoal comunicou ao meu marido que ia sair esse assentamento pelo INCRA em Porto Velho. Aí aquelas pessoas que não tinha lote, iam fazer uma reunião com o povo nessa cidadezinha em São Felipe. Tava apenas começando.

Aí eu falei pro meu marido: - *Tá bom de você ir lá nessa reunião.* Porque a gente ficar sem uma terra é muito ruim. Os filhos da gente vai crescendo e não tem um lugar pra trabalhar. Aí ele se animou e foi mais os vizinhos. Lá fizeram a reunião direitinho e marcaram o dia. E lá disseram: - *Tal dia nós vamos sair. Vamos direto pra Porto Velho.*

Arrumaram lá um ônibus, entraram tudo dentro e vieram. Quando havia três meses que ele ficou pra cá, ele voltou pra avisar pra mim como era as terras,

tudo direitinho. Levou até uma terra na sacolinha. Fiquei alegre de ver a terra. Ele chegou dizendo: - *Aí mulher, nós conseguiu terra! Já tá tudo dividido já. Cada um é dono do seu lote lá. Só que você não vai agora não. Eu vou pra lá, eu vou abrir as picadas do lote. Vou começar a derrubar uns pedaços lá.*

Aí ele veio primeiro na frente, ficou aqui um tempão, uns seis meses. Roçou, derrubou um pedaço aqui assim pra fazer o barraco. E nós em São Felipe trabalhando lá. E ele aqui. Nós fazíamos o dinheiro lá e ele ia daqui pra lá, pegava o dinheiro e voltava de novo pra cuidar, porque não podia ficar sem. Porque podia outra pessoa pegar os lotes. O INCRA dava pra outras pessoas. Mesmo sofrendo, tinha que tá dentro. Aí ele vinha e ficou no acampamento lá no Jaci. Uns seis meses no acampamento. Aí ele foi lá buscar nós. Depois que eu fui chegar no Jaci ainda. O jeito que eu cheguei no Jaci, eu vim direto pro assentamento. Deixando as coisas pra trás. Minhas coisas, mudancinhas coloquei tudo dentro de um saco branco e vim. Aí a gente veio direto pro mato. Enquanto um pessoal ficou lá no Jaci Paraná. Dos assentamentos ficou tudo lá. E ele não tinha ganhado um pedaço lá, não sabia direito como era o negócio lá. Aí trouxe nós direto pra cá. Direto de São Felipe.

Foi assim, a primeira vez foi barco. Tudo nos barco. De Jaci até na beira do rio Madeira a gente veio de carro, aí tinha um barco que fazia corrida pro povo na água, fazia frete. Aí nós fretamos o barco com as nossas coisas. Passamos pro outro lado do Madeira, mas só que tinha que andar um pedaço bom no rio ainda. E eu como não conhecia, nunca tinha visto um rio daquele jeito, tão grande. Quando eu cheguei na beira do rio que olhei, não via fim não. Aquilo assim chega era azul, via uma beirada azul assim que sumia. Aí eu falei: - *Meu Deus do céu, cê vai passar com nós nesse rio?* E aí o Mateus respondeu: - *Vai de barco, o pessoal passa.* Aí me deu aquele medo, me deu aquela frieza. Uma vontade de voltar pra trás. Aí comecei a chorar. Os meus meninos também chorando, falando que não vinham mais. Aí ele falou: - *Agora é a hora da luta! Agora é a hora de nós ter a nossa terra. E vamos atravessar!* Aí colocamos as coisas dentro do barco. Com muito jeitinho, passamos. Aí voltaram de novo pra buscar as coisas.

Foi muito difícil. Só de vê aquele rio lá pra atravessar nos barcos o coração já balança... Se fosse só pra atravessar assim de um lado pro outro era bom, mas o pior que a casa do homem era muito longe e tinha que subir o rio acima toda vida. Demorava duas horas, duas e pouco. Podia olhar no relógio assim. As ondas também vinham muito forte. Batia de baixo do barco, e o barco chegava a sacudir. Quando a gente chegava em terra é que era difícil. Ficávamos na beira do rio, aí daqui que foi carregando as coisas. Tinha um barraco lá. Aí foi trazendo, foi trazendo. Aí ficou a metade nesse barraco onde tinha esse homem que morava sozinho lá. Aonde o pessoal do sem terra colocavam as coisas lá. Nós dormimos na casa desse homem. O homem chamava Brito. Finado Brito. Hoje ele é morto. Ele que atendia os sem-terra. Os sem-terra parava tudo lá no barraco dele. Ele era um senhor já de idade, não tinha família, morava sozinho. E ele já falava: - *Oh a casa aqui é dos sem-terra mesmo e pode fazer comida*. Já tinha um fogão, as mulheres já iam cozinhar pras crianças comer. Lá mesmo dormia. Vivia cheio de gente direto lá. A sorte que ele acolhia a gente. Aí deixamos várias coisas lá. Não tinha como trazer. O barraco dele era tampado com palha bruta. Ai foi ficando velho, era assoalho em baixo.

Aí fomos carregando as coisas devagar. Só que é uns 30 km de picada³². Toda semana a gente ia uma vez buscar. Aí colocávamos no barraco dentro no mato lá. O barraquinho bem feitinho. Não molhava não. Que nem eu falei pro cê, ficava ali e ai quando o alimento ia acabando, a gente tinha que ir lá nesse homem na beira do rio pra buscar. Aí juntava nós aqui, juntava o pessoal dali. Todo mundo ia na picada. Deixava as crianças ali com eles que tinha uma mocinha e dois rapazes. Ficava cuidando dos meninos. Aí ia eu, a mulher do homem, o marido da mulher, Mateus, ia Rozimar, ia o maiorzinho. Os pequenos ficavam.

Nós saíamos cedo. Quando era quatro e meia, cinco horas, seis horas. Dependendo das pessoas andar muito depressa. Se não ficava na picada de noite, sem um farol, às vezes no escuro. Foi feio! Com medo de levar topada porque eles cortavam muito né? Cortavam muito toco, muito espinho. Caía

³² Caminho estreito aberto no mato.

muito espinho. Tinha muitas folhas. Não tinha estrada, era dentro da mata. Ia caindo e como tinha muito barro pisávamos nos espinhos.

Chinelo não ficava no pé. Tinha que levar na mão. Eu com um baita cacaiço nas costas. Igual uns burro mesmo. Ave Maria! Foi sofrido! Não sei como é que a gente não morreu.

Aí quando a gente chegava no barraco não tinha mais vontade de comer. Os pés tudo inchado. Eu mesmo, os meus pés inchavam no outro dia. Amanhecia cada pezão assim. De tanto caminhar. Inchava os pés. No outro dia não tinha vontade de fazer nada! Eu ia comer depois de três dias, que chegava a vontade de comer. Passava o apetite, me dava dor na boca do estômago. Era por causa do cacaiço pesado nas costas.

De lá pra cá vinha arregaçando tudo de lonjura. Era só mata picada. Não tinha como a gente achar nada não. Era muito difícil. Os cacaios era tudo na picada. Todo mundo carregando. Moramos aqui quatro mês. Aí não saiu a estrada, voltamos pro Jaci. Foi onde nós não conseguiu ficar aqui porque tinha pouco morador. Mais era homem que tava aqui dentro. De família mesmo só tava nós, a mulher do Zé Gabriel, que hoje não mora com ele mais, separou. Aí era nós e ela ali. E foi assim. Família era muito pouco.

Aquela luta! Aí devagar a gente viu que não deu mesmo pra ficar. Voltamos pra lá. Ai ficamos quatro ano dentro do Jaci. Com um ano depois que nós tava lá que abriram o desmatamento. O desmatamento veio até ali em cima. Ainda tinha picada pra cá. Aí quando eu vim morar mesmo já... Acabaram de abrir a estrada. Perdemos todas as nossas coisas. Chegamos no Jaci praticamente sem roupa, pelado quase. Ai eu logo conheci uma mulher da igreja Batista, ela me chamou pra ir pra igreja. E acabei me batizando na igreja batista. Ai eles me ajudavam com cesta básica, roupas. Daí pra cá graças a Deus fiquei ganhando roupa. Até hoje, porque se for pra comprar também, volta e meia a gente compra uma pecinha.

Nós ganhamos uma data lá em Jaci, do administrador Bengala³³. O Bengala cortou uma área de terra lá e todo mundo fez suas casinhas. Ele doou pra muita gente. Uns compraram. Os que podiam mais compraram. E aqueles mais fraquinhos foi doado. As terras eram de laje ainda. Era até difícil de fazer a casa. Uns fazia em cima da laje mesmo.

Foi Deus que mostrou aquele homem lá pra nós. Naquele tempo ele não era vereador, ele era administrador. Depois que ele passou a vereador. Boa gente aquele homem. No ano passado ele veio aqui fazer visita para o pessoal. Até hoje eu agradeço ele. Todo tempo que eu vejo ele, eu agradeço. Eu não vendo, eu falo pros outros que ele foi bom. Estendeu a mão pra nós.

Nós ficamos quatro anos em Jaci. Depois de quatro anos que nós veio. Eu não to lembrando o ano que nós entrou aqui depois destes quatro anos. Não gravei não. Eu sei que quando eu entrei o meu menino mais novo tava com nove meses. Ele começou a dar os passinhos. O primeiro passinho ele deu dentro da terra ainda. Ainda fiquei alegre e disse: - *Olha ai meu filho, você tá dando os seus primeiros passinhos dentro da terra!* Eu fiquei alegre!

Eu não fiquei no acampamento em Jaci não. Eu cheguei depois. O Mateus foi quem ficou no acampamento uns tempos. Aí como não deu certo aqui, voltamos pro Jaci. Ainda ficamos aqui e o Mateus foi atrás da data, construiu a casa. Ai não tinha mais acampamento, mas o nome ficou de sem terra. A gente tinha até vergonha de chegar nos postos de saúde, os pessoal dizia assim: - *Olha ali o bando de sem-terra*. Era uma vergonha menina. Ai quando a gente chegava nos postos lá, os enfermeiros diziam: - *Lá vem chegando os bando de sem-terra*. A gente ficava assim até meio, tipo discriminado. Eu dei graças a Deus quando a gente se mudou pra cá. Eu tava doida pra vim embora, porque o pessoal lá ficava mangando da gente no meio da rua.

³³ Jurandir Rodrigues de Oliveira. Mais conhecido como Jurandir Bengala. Eleito vereador pelo PT no município de Porto Velho em 2008. Foi reeleito nas eleições de 2012. Antes de ser tornar vereador era administrador do Distrito de Jaci-Paraná.

Aí quando voltamos pra cá já tinha queimada, já tinha um comecinho de plantio. Tinha um plantio de arroz, de mandioca. Nós fizemos um barraco melhor de palha. Aí depois chegou o cred-casa e foi levantando, e ta ai desse jeito hoje. Vocês pode ver né? Em vista do que era como a gente conta que passou aqui.

Tinha até os paus encostados. Foi até o carro que trouxe, encostou aqui o resto das minhas coisas lá de Jaci Paraná, que nós conseguiu lá. Aí trouxe e pôs bem ali. Meu barraco era aqui. O caminhão deu até trabalho pra chegar aqui com as coisas, porque veio pro desmatamento. Empurrando pau. Isso foi em 2004. Ai fomos fazer a primeira derrubada aqui, pra depois plantar. Ainda plantamos e deixamos aqui, ai quando chegamos os bichos tinham comido todas as plantas.

Esse aí é meu filho mais velho.³⁴ Ele tem a terra dele também. Esse aí sofreu muito também com o pai dele. Ele vinha. Chorava na picada, enquanto nós ficava no Jaci cuidando de tudo né? Ele passava pela 24 com barro assim na perna, aqui em cima. Aí ia pisando naquele atoleiro e ia afundando. Chorava, chorava! Falava: - *Ah mãe, se a senhora não for logo pra lá, eu não vou mais voltar pra lá não. Tão ruim sem a senhora lá! A gente sofre demais!* Ele era menino novo. Meus filhos eram tudo pequeno quando eu entrei aqui. Eu trouxe eles de São Felipe tudo novo.

Naquele tempo as pessoas não sei como... Parece que quanto mais é difícil, Deus ajuda a pessoa. Às vezes as pessoas eram até sadia, não adoeciam. As pessoas traziam álcool com alho. Às vezes dava uma dor de cabeça e passava. Acho que a fé era tão grande, porque não tinha outro jeito de sair. Passava o álcool com alho na testa, tirava a dor de cabeça. Cheirava e melhorava. Peguei muita malária. No começo quando entramos, não dava malária aqui. Aí depois que o pessoal começou tudo a desmatar, aí a malária montou em cima do povo. Em Jaci era pior. Lá a malária era redobrada. Até hoje tem malária. Malária demais! Lá que nós sofreu muito. Lá eu ficava pele e osso. Magrinha! A malária judiou muito de mim. Me deixou acabadinha. Aí depois que nós veio pra cá, nós ficou um bom tempo

³⁴ No momento da entrevista o filho de dona Valdeci chegou a sua casa.

aqui e não deu malária. Aí depois começou a abrir tudo. Não sei como é que pode, no mato não dava e quando abriu os lotes a malária pegou nós.

Aí ficava eu, ficava essa menina ai, a outra casada. Ficava quatro, cinco em cima da cama. As pessoas chegavam assim, olhavam. Parecia uma cama de hospital. Tudo com o mesmo problema de saúde. Às vezes não ficava quase nenhum pra pegar água pro outro beber. Vocês já pegaram malária? Não é ruim? Horrível a malária! Só aquele remédio que tem que tomar. Aqueles comprimidos amargos igual um fel.

Aqui no assentamento tem a associação, mas eu não participo não! Essa associação é bagunça. Só serve pra briga. Meu marido seguia ela, mas depois de umas confusões ai, saiu. Agora ele não quer entrar mais não. Agora vai entrar nova diretoria. Só que ele não quer ir não.

Quanto a gostar de morar aqui? Gosto de morar aqui! Já acostumei já. Agora to achando melhor. Melhorou mais. Por causa que a gente fez o pronaf, tem um gadinho. Tá melhor porque não ta nas terras dos outros, num tá sendo mandado. Eu sempre falo que se um dia eu sair daqui eu vou procurar uma terra. Acostumada no sitio mesmo. Mas que seja mais perto do recurso. Perto da cidade. Tá com esse negócio ai tudo nas mãos dos advogados pras pessoas sair. Pra ver se a Santo Antonio paga melhor, um precinho melhor. A gente também não sabe pra que lado vai depois que pegar o dinheiro, daí é que vai comprar as terras. Que a gente que é do sitio não costuma muito em cidade grande. Gosta mais de sitio.

ANA DE BRITO

Imagem 36: Colaboradora Ana de Brito. Porto Velho, 2012. OLIVEIRA, Cláudia Nascimento.

“Porque uma mata virgem pra uma mulher roçar não é fácil. É complicado! E quem queria teve que vir. Deixei meus filhos lá pra mãos dos outros e vim trabalhar.”

Nasci em Araruna no Paraná. Meus pais vieram pra Rondônia, eu tinha dois anos e aí eu me criei em Rondônia mesmo. Nunca voltei lá onde eu nasci. Eu só sei que tenho parente porque minha mãe tem parente lá. Mas eu não conheço. Minha mãe ainda é viva, meu pai é morto. Minha mãe mora em Alto Alegre. Quando eu posso eu vou lá. Tá com dois anos que eu não vou.

Eu tinha 15 anos quando casei com meu primeiro marido, e ele tinha 19 anos. Seu nome é Ilton Carlos de Souza. Nós se conheceu assim, eu fui passear na casa de uma amiga e lá ele morava no lote, e aí a gente se conheceu. Não chegamos a nos casar, só vivemos juntos. Com ele tive dois filhos, Carlos Fernando de Brito que tem 22 anos e Emerson de Brito de 16 anos. Os filhos aconteceram, não foram planejados. Só que eu sou mãe de quatro. Tive um aborto e minha menina nasceu e com três meses de idade morreu.

Quando eu tive meus filhos, eu esperava eles estarem andando com um aninho, dois aninhos e aí eu voltava pra roça. Eu ficava cuidando deles. Quando eles já tinham essa idade eu levava pra roça. Eles iam juntos! Nunca deixei meus filhos com outras pessoas. Eu e meu marido trabalhávamos na roça.

Quando eu morava em Cerejeiras³⁵, o pai dos meus filhos foi pra Santa Elina atrás de uma terra pra gente viver, aí foi quando teve o massacre. Ele ficou uns 30 dias só na fazenda. Foi um período curto. Aí quando ele vinha me buscar, um dia antes, foi quando aconteceu tudo aquilo. Eu tinha às vezes até morrido, como morreu uma criança, a Vanessa. Machucaram mulheres também. Sumiu muita gente. Então isso era um risco pra mim e pro meu filho pequeno. Pra mim foi difícil, né? Porque eu tinha um menino pequeno. Não trabalhava. Ele tinha que ficar em acampamento, não podia sair, não podia trabalhar... Aí quando teve o massacre, bateram muito nele. Diz ele que os homens chegaram, deram uma coronhada nele e ele caiu... Já tinha pessoas acordadas. Era cinco horas da manhã. Amarram ele... Ele saiu pulando amarrado porque tinha que pular amarrado. Aí colocaram ele no caminhão e levaram pra Colorado. Eu vi na televisão, aí fui pra lá e ele tava

³⁵ Município do Estado de Rondônia localizado a 731 km da Capital Porto Velho.

todo machucado. Todo arreventado. Eu conversei com o Dinho, aí o Dinho liberou e ele veio pra casa e eu fui cuidar dele.

Quando cheguei lá ele estava na Igreja Católica, porque eram muitos né? A ambulância não estava conseguindo levar. Levava aos poucos, e ele foi um dos últimos. Aí eu conversei com o Dinho e ele disse assim: - *Não, se você tem como tratar dele, você pode levar.* Ai eu peguei ele e levei pra casa, e fui cuidando dele em casa. E com a ajuda da minha mãe é que nós pode salvar ele. Cuidar, porque a gente tinha que dar banho. Tinha que virar ele na cama. A comida dele sempre era um leite, um mingau, porque ele tava muito machucado. Foi uns três meses. Ele ainda sentia... Diz ele que o peito dele doía ainda muito. Uns três meses ele ainda desse jeito...

Eu conhecia muita gente que estava na Santa Elina, porque eu convivia no acampamento com eles. Através disso a gente conheceu as pessoas. Ajudamos as pessoas também. Porque uns machucados, outros quebrados de peia lá que os homens bateram. A gente ajudou muito essas pessoas.

E foi muito difícil! Até que a gente voltou e se acampou de novo. Depois que saímos da Santa Elina fomos para Colorado. Enfrentamos acampamento, ele ainda não podia trabalhar. Depois fomos pra Jarú. Quando chegamos no Jarú nós acampou de novo, dentro da área que ia ser cortada pra nós. Aí quando chegou lá ele começou a trabalhar devagarzinho porque tinha um menino pequeno né, que mamava. Começou a trabalhar devagarzinho até que ele se recuperou. Aí pegamos uma terra boa e fomos viver. Fomos embora pro sitio trabalhar. Vivemos cinco anos lá. Com tudo isso ai e meu ex-marido ainda não deu valor na terra. Destruiu a terra.

Eu ia pra roça também. Era nós dois na roça. Nós trabalhava junto. Meu filinho? Eu levava! Íamos nós três. Eu só tinha o primeiro, o mais velho. Aí eu levava. Ele tinha cinco anos. Aí logo surgiu uma escolinha e, aí gente colocou ele pra estudar. Aí ele ia pro estudo e eu ia pra roça. Às quatro horas a gente parava o serviço, vinha pra casa, eu ia cuidar do serviço de casa e o pai dele ia beber. Ia pro bar beber! E assim fui vivendo, e vivi doze anos com ele, até que me separei dele. Ai o quê que eu tive que fazer? Não tinha lugar pra onde ir com dois filhos. Um pequeno de três anos. Eu tive que

enfrentar acampamento de novo. Peguei os meus filhos e vim pro acampamento em Porto Velho.

Eu, quando me separei do pai dos meus filhos, eu fiquei com as crianças. Ele³⁶ tava lá em casa com a minha sobrinha e a sogra dele, que é minha irmã, e eles foram as únicas pessoas que me ajudaram, me deu força. Porque se não fosse ele, eu acho que não tinha nem como ter força pra vir pra um acampamento. Com dois filhos eu não tinha cabeça. Aí através dele, ele veio pra Porto Velho, acampou com a gente. Aí depois ele foi cuidar do meu pai, meu pai era doente em uma cadeira de roda. Aí levou minha sobrinha, e minha Irmã foi embora também. Aí foi onde eu fiquei sozinha no acampamento. Depois que eles foram embora eu fiquei só. Se não fosse eles, eu acho que eu não ia ter forças.

Eu fiquei sabendo do assentamento porque eu morava lá no sitio, o Dinho morava lá por perto da gente, tinha a família dele, aí ficamos sabendo. Tinha vizinho da gente também acampado aqui. Ai o Dinho deixou o acampamento aqui e foi visitar a família. Ai eu fui lá e falei pra ele: - *Dinho tem como eu pegar um sitio no meu nome?* Ele falou: - *Tem, porque você é casada, e o teu nome só ta no INCRA como acompanhante dele. Então tem!* E ai eu pensei: - *Então eu vou fazer o seguinte, vou vender aqui o que restou que era veneno, uma vaca que eu tinha e eu vou embora!* Aí uns sacos de arroz, feijão que a gente tinha. Aí eu vendi tudo e peguei meus dois filhos e vim embora pra Porto Velho. Aí cheguei e me acampeei. Ficamos acampados no INCRA. Também não podia trabalhar. Mas lá no INCRA eu passei pouco. Eu não passei muito tempo não. Eu cheguei lá em dezembro 2000. Aí depois, em abril de 2001 que surgiu essa terra, e eles liberaram a gente pra ir pro Jaci. Fomos pro Jaci, acampamos de novo. Ficamos acampado uma média de quase um ano. Aí foi que quando nós passamos lá pras datas que eles cortaram e deram pros sem terras e eu comecei a mexer no meu lote.

Na época que vivi no acampamento no Jaci, as casinhas eram de lona. Os barraquinhos de lona. Cada um tinha o seu barraquinho. Pra comer era uma cantina grande que eles fizeram. Uns painéis lá. Aí tinha as equipes que

³⁶ Ana está se referindo ao sobrinho que estava presente durante a entrevista.

fazia né? Eu mesmo não cozinhava. Porque a minha equipe era cuidar de criança. Tinha muita criança! Eu cuidava das crianças pequenininhas porque eu tinha um pequenininho de três anos também e aí a outra cuidava dos meninos já de nove, dez anos acima. Era eu e mais uma. Criança pequena tinha uma média de quase setenta crianças. Era muita criança! E a gente tinha que cuidar o dia todinho dessas crianças.

Olha... Era umas cento e cinquenta famílias. As cento e cinquenta famílias que estava acampado em Porto Velho vieram pra Jaci e acamparam. Aí depois que pegaram os lotes começaram a abandonar e ir embora. Uns por causa da malária, outros porque era difícil aqui. Só ficou mesmo quem queria terra pra trabalhar, porque quem não queria foi-se embora. E como a gente queria né, então a gente veio lutar. Veio enfrentar, fazer barraco aqui dentro, roçar, derrubar. Porque uma mata virgem pra uma mulher roçar não é fácil. É complicado! E quem queria teve que vir. Deixei meus filhos lá pra mãos dos outros e vim trabalhar.

Quando eu cheguei aqui, eu já era acostumada, então não achei muita diferença. Foi bom demais! Aqui era só mata. Eu não me importei porque eu já era acostumada. Sempre eu gostei! Eu mudei pra cá em 2007, porque nos outros anos eu só vinha verificar e ia embora trabalhar. Foi muito difícil chegar aqui. Porque com dois filhos pequenos né? Eu fiquei seis anos lá porque eu não podia vir. Até que o mais velho inteirou 16 anos pra eu abandonar ele e vir pra cá. Aí ia lá de dois em dois meses ver ele.

Eu vinha com gente que tinha lote aqui dentro. A gente vinha de barquinho. A gente vinha do Jaci até a beira do rio que é 12 km andando a pé, aí eles atravessavam a gente, aí a gente pegava e vinha da farinha aqui a pé, que são 18 km. A gente vinha a pé. Cada um com seu cacaió. Só que eu vinha mais era com os homens. Eu tinha medo. Tudo aqui era vizinho. E eu era a única mulher sozinha. Daí quando eles vinham pra agrovila aqui eles diziam: - *Nós vamos pra agrovila, vamos?* Eu dizia: - *Vamos embora!*

Aí eu vinha com eles. Eu fazia almoço pra eles. Lavava pra eles as roupas, e quando era a minha folga eu vinha trabalhar no meu lote. E assim eu to até hoje.

Quem está até hoje aqui nessa agrovila é só eu. As outras desistiram porque não aguentaram. Elas desistiram, ai só quem ficou fui eu. As outras que tem ai tudo veio depois disso. Como faz a vizinha ali, a vizinha dali, a outra do lado e a vozinha. Elas vieram depois. Pegaram já aberto, já plantadinho, tudo arrumado. Agora eu fui a única a acompanhar os homens pra cá. E até falei pra eles: - *Eu não desisto do meu lote!*

Inclusive entraram gente no meu lote. Eu briguei muito. Fui pra justiça. Coloquei advogado, tomei meu lote e aqui estou! Inclusive agradeço muito ao meu filho que ele era menino de menor, mas me acompanhou e me ajudou muito e eu falei pra ele: - *Eu não desisto!* E hoje eu to aqui. Até risco eu corri aqui dentro. Meu lote foi invadido três vezes. E quem veio tirar mesmo foi o INCRA, mas o INCRA não queria tirar. Ai eu fui, dei queixa, ai eles me mandaram apresentar aquele papel lá, ai eu fui lá representei e disse: - *Tá aqui!* Ai quando o superintendente do INCRA olhou e disse: - *Não, pode deixar que eu vou mandar tirar.* Porque era uma semana, ou o INCRA tirava ou a policia descia. Ai o INCRA disse: - *Não, eu vou tirar porque isso ai vai dar escândalo. Se entrar policia vai dá escândalo e você pode ficar manjada³⁷ lá dentro, e você é uma mulher só, e só com duas crianças.* Aí o INCRA desceu e mandou o povo se retirar. Depois disso, base de um mês eu vim embora pra cá.

Isso foi em 2006. Eu só vinha cuidar. Eu vinha aqui, eu pagava pra limpar, porque eu trabalhava. Eu não podia vir direto. Aí minha patroa me dava folga de dois dias, eu vinha só empreitava o serviço, dizia: - *Passa veneno.* Outra hora eu dizia: - *Roça, planta.* E eu voltava pra rua. Ai eu ia trabalhar. Eu trabalhava na rodoviária a noite. Ai quando eles faziam o serviço, eles só iam lá e diziam: - *Seu serviço ta feito!* Inclusive uma vez, eu mandei, paguei e quando eu cheguei meu serviço não tava feito. Aí eu cheguei lá e perguntei: - *Fez tudo que eu pedi?* E ele disse: - *Fiz!* Quando eu cheguei aqui não tava nada feito, e eu paguei. Aí eu tive que pagar de novo. Aí veio outra turma e terminou o serviço.

³⁷ Termo usado para dizer que a pessoa ficará visada.

Eu vinha de trinta dias, de três meses. Era o prazo que eu podia vir. Eu ficava dois dias só. Minha patroa só me dava folga de dois dias. Lá em Jaci eu trabalhava assim, eu ajudava no balcão na rodoviária, eu limpava lá, fazia tudo... Só que eu trabalhava a noite.

Ai o dia que eu vinha, eu chegava já de tarde porque a gente andava na picada. Não tinha uma bicicleta... Não passava né? A gente vinha a pé. Aí saía cedinho de lá, quando era uma, duas horas nós chegava. Isso quando tava bom pra vim. A gente chegava, e no outro dia eu já saía. Eu tinha que voltar pra trabalhar. Eu voltava pra trabalhar e as pessoas cuidavam aqui pra mim.

Eu fiz uma barraquinha de lona aqui... Eu mandava fazer barraquinha... Barraquinha de lona né? Aí toda vez o fogo vinha e queimava. Aí eu tinha que fazer outra. Porque eu nunca gostei de chegar e ficar no meu vizinho. Eu sempre gostei de ficar no meu cantinho. Aí eu vinha, eu tinha o meu barraquinho, eu tinha o meu fogãozinho. Eu ficava ali dois dias e ia embora. Fiquei na casa do vizinho quando as pessoas invadiram aqui e ai eu vinha e como não tinha onde ficar, eu ficava na casa do vizinho. Aí eu só vinha aqui, conversava com as pessoas, elas diziam que não iam sair, aí eu já retornava e ia pra Porto Velho. Mas nunca gostei de ficar no vizinho. Hoje eu moro aqui só com o meu filho. O dia que ele não tá eu durmo só. O dia que ele tá eu tenho uma companhia. E assim eu vou vivendo a minha vida.

Eu gosto de morar aqui, não tem como eu dizer que não. Já pensei em ir embora! Quando as coisas ficam difíceis eu penso sim. Procurar trabalho... Penso em ir pro Jaci. Mas depois eu volto atrás. Eu gosto! Amo o meu lote! Deus me livre o dia que eu sair daqui. Eu acho que vou chorar muito. Eu gosto da minha casinha. É feinha, mas é minha! Eu adoro a minha casa. Eu planto, eu colho, eu faço a minha farinha. A primeira vez eu vendi a roça, Quando foi agora eu fui tirar a experiência fazendo a farinha. Inclusive eu cheguei a conclusão que é melhor vender a roça do que vender a farinha. A gente não tem lucro. Pagar pra arrancar, pra descascar, pra fazer... Então melhor vender a roça em pé. A pessoa vem, compra e faz todo o serviço.

Eu participo da Associação. Eu vou nas reuniões, pago a Associação. Eu frequento a daqui, não a de lá. Vou na do Roberto, não na do Wellington.

Eu não quis o PRONAF Mulher porque eu já tinha feito o PRONAF A e até hoje não saiu. Então eu não quis fazer, achando que o outro ia sair. Como o outro não saiu, eu fiquei sem. O PRONAF A é pra plantação, formar pasto, comprar gado, furar um poço se a gente quiser. Seria bom se a gente recebesse, mas como o meu não saiu, eu deixei quieto. Nunca procurei saber, porque eu tive pensando também que ia me apurar muito, aí eu larguei de mão.

A vida aqui é difícil. Porque a gente só tem dinheiro quando tem a colheita né? Fora a colheita a gente tem que descascar a mandioca pros outros, outra hora roçar, trocar diária, outra hora trabalhar e ganhar diária. Então aqui é difícil. E a gente tem que comer porque a terra nossa não produz arroz, nem feijão, e tem que viver! Tem que dá um jeito de trabalhar fora. Ou é diária ou é descascar mandioca. Eu faço crochê. Inclusive já me ajudou muito. Já vendi muito. Só que hoje eu não to mais fazendo porque minha vista enfraqueceu e tive que dá uma parada. Porque puxa muito as vistas da gente. Faz tempo que eu não mexo mais. Eu vendia em Porto Velho, eu vendia no Jaci... Sinto falta! Quando eu não to trabalhando nem em casa, nem na roça, eu gosto de fazer crochê. Fazer crochê, costurar uma roupa. Só vou na cidade quando preciso. Gosto de ficar em casa, não gosto de viajar.

Com meu atual marido to casada há dois meses e o que ele ganha ele dá na minha mão e eu guardo, e aí o que tiver que comprar, a gente vai comprar. Nós dois decidimos o que vai ser comprado. Eu acho que homem e mulher podem ta fazendo as mesmas coisas. Eu sou mulher e faço os dois. Então eu acho que o homem também pode fazer o que mulher faz, porque o homem também suja, ele também tem que ajudar.

Meu filho mais velho ta morando no Pará. Casou e foi embora. Tinha uns quatro meses que eu não via ele. Ele morava no Jaci, mas no Jaci tá meio difícil. Aí ele casou, e a mulher também queria ir né, porque a mãe dela mora

lá no Pará, aí ele foi pra lá arrumar um serviço e mora lá com a sogra dele.
Sempre a gente liga, conversa por telefone...

CAPÍTULO IV

GÊNERO NO UNIVERSO AGRÁRIO.

A construção deste capítulo teve como alicerce as entrevistas das colaboradoras e as observações colhidas durante os trabalhos de campo que se transformaram nos diários.

Neste capítulo são tratados com mais profundidade os objetivos do projeto de pesquisa. Como nosso foco é trabalhar o papel da mulher no universo agrário, primeiramente abordaremos a questão da incansável busca por igualdades, posteriormente trataremos da agricultora rural e depois abordaremos a “mulher” do assentamento onde a pesquisa foi realizada. Para finalizar exporemos como foi a construção deste novo espaço geográfico e como ele se tornou tão importante para os seus moradores.

4.1. A busca por igualdades

Ao longo desta pesquisa procuramos entender o papel da mulher no processo de construção do espaço das agrovilas do assentamento rural Joana d’Arc III. Para tanto, houve muitos debates e leituras e constatou-se que muitos outros ainda precisam ser realizados considerando que sempre haverá o que discutir.

Em uma dessas discussões do grupo de pesquisa, questionou-se a respeito do papel que a mulher trabalhadora rural exerce dentro do âmbito da família da qual faz parte e os seus direitos enquanto trabalhadora rural.

O objetivo deste trabalho não é levantar a bandeira de luta do “Feminismo”, mas trazer para a discussão os direitos adquiridos ao longo dos anos pelas trabalhadoras rurais.

É fundamental ter como ponto norteador que a mulher, tanto rural quanto urbana, sempre teve que lutar por direitos, igualdade e reconhecimento. As conquistas não aconteceram rapidamente, foram longos anos em busca de direitos.

Mesmo assim, nos dias atuais, não é raro encontrar casos de mulheres que ainda vivem amordaçadas pelo medo e como consequência continuam submissas aos seus companheiros. Arlete Renk et al faz essa abordagem em seu artigo e trata da questão da luta por igualdades das mulheres ao dizer que,

No final dos anos setenta, as mulheres que até então haviam naturalizado os padrões nos quais eram socializadas passam a questioná-los e conseguem criar nova agenda, na qual obtêm visibilidade e direito ao nome, o que significava que deixavam de ser filhas ou esposas de alguém e engajavam-se nas lutas pela conquista dos direitos sociais, políticos e reprodutivos. (2010, pg 368)

A luta das mulheres por igualdade é algo que perdura longos anos. Nos dias atuais, muitas das conquistas adquiridas já podem ser vistas. Muitas funções exercidas apenas por homens até algum tempo atrás, hoje já são exercidas por mulheres também. Um caso simples, e que até pouco tempo não havia mulheres pilotando aviões ou dirigindo ônibus. Ainda há pessoas que se recusam a entrar em um ônibus guiado por mulheres. Outra conquista é o fato do país ser governado por uma mulher. Algo que até a eleição de 2010 nunca havia ocorrido. Isso demonstra que cada vez mais a mulher vem se fazendo presente nos espaços considerados como masculino. *“As mulheres adentram posições e lugares da identidade hegemônica, a masculina, e interagem compartilhando práticas e quebrando barreiras ao seu sexo socializado de mulher.”* (ESMERALDO, 2008. p. 2010) Porém mesmo com todas essas conquistas, a mulher ainda tem que exercer uma dupla ou tripla jornada, já que o fato dela trabalhar fora não a exime dos serviços domésticos e dos cuidados com os filhos. Isso ocorre porque muitos dos companheiros não admitem dividir tais atividades. Isso no meio rural ainda é bem arraigado. No campo, a responsabilidade pelo sustento da família ainda é do homem, cabendo às mulheres a responsabilidade dos afazeres domésticos. Anita Brumer (2004) trata dessa questão quando diz:

As mulheres, ainda responsabilizam-se praticamente sozinhas pelo trabalho doméstico, no qual com frequência são auxiliadas ou substituídas pelas filhas, quando têm outra atividade. Nessa esfera, as mulheres têm autonomia e poder, tomando decisões relativas ao preparo dos alimentos, cuidando da casa e da roupa, orientação e educação dos filhos, assim como ao uso de recursos destinados ao consumo doméstico. [...] As atividades domésticas são consideradas como secundárias pelos próprios membros da família, em relação às atividades produtivas. (p. 08)

O trabalho da mulher rural ainda é pouco valorizado por sua família. Não se pode ver isso como algo merecedor de críticas, mas sim como algo que foi construído ao longo de séculos e que precisa ser discutido. Trata-se de uma tradição que vem sendo repassada de geração a geração. *“As desigualdades entre homens e mulheres persiste no meio rural, de forma natural e estruturada sob relações de poder e em bases econômicas.”* (BUTTO e HORA, 2008, p. 22).

Na área rural ainda é possível encontrar mulheres exercendo apenas o papel de dona de casa, mãe e esposa, cabendo aos seus companheiros o papel de provedor da família.

Elas reconhecem que há uma desigualdade no trabalho doméstico, porém as suas lutas ficam restritas às conquistas no campo, pois preferem não entrar em atrito com seus companheiros. Ainda abordando o trabalho de Brumer (2004), ela trata dessa questão quando diz:

Apesar de reconhecer a existência de desigualdades de gênero, as mulheres envolvidas no MMTR³⁸ não fazem reivindicações significativas no sentido de anulá-las ou diminuí-las. A ausência de reivindicações referentes a uma maior equidade nas responsabilidades pelo trabalho doméstico, acesso ao conhecimento tecnológico da produção agropecuária moderna, igualdade na herança da terra e na distribuição das atividades e do poder, por exemplo, pode indicar que as mulheres desejam melhorar sua situação, principalmente se puderem obter maiores benefícios do Estado, mas evitam o confronto com seus parceiros homens. (p. 20-21)

As reivindicações das mulheres rurais a respeito da herança da terra mostram que ainda é exercido nos dias atuais o modelo arcaico em que apenas o homem tem o direito a herdar a terra, pois fica subentendido que ao se casar, a mulher é vista apenas como integrante da família e da propriedade de seu marido. E somente em caso de morte do marido ela passa a exercer alguns poderes sobre a terra. Butto e Hora dizem que *“o escasso acesso das mulheres à propriedade e aos recursos econômicos, é uma realidade no mundo. Estimativas da FAO indicam que apenas 1% da propriedade no mundo está nas mãos das mulheres.”* (2008, p. 22).

Esta questão será tratada com mais propriedade no próximo tópico. Ao longo das leituras em conjunto com as experiências obtidas com os trabalhos de

³⁸ MMTR: Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais.

campo, foi possível observar que ainda há muito a ser transformando, porém grandes conquistas já se fazem presentes no cenário nacional.

4.2. A participação das Mulheres rurais no campo brasileiro.

As mulheres sempre participaram dos processos de construção dos espaços. No entanto, há até poucos anos, elas não eram citadas nos trabalhos acadêmicos a respeito da questão agrária. A invisibilidade da mulher acarretava diversos atrasos que poderiam beneficiá-las. A modificação dessa invisibilidade começa a ser transformada somente na segunda metade do século XX, quando as mulheres passam a reivindicar melhorias e reconhecimento.

Em 1965 é criado o Estatuto da Terra, que tinha como política intensificar o desenvolvimento da assistência à pequena propriedade. A partir daí, programas são criados pelo governo federal visando dar condições aos pequenos agricultores. No entanto, esses programas não faziam menção as mulheres. Não serão tratados os detalhes a respeito de todos os programas, mas podem-se citar alguns.

As mulheres rurais no fim dos anos oitenta passam a reivindicar igualdades, e como consequência da redemocratização do país esse assunto entrar na pauta de discussões da agenda pública. Anita Brumer diz que,

A constituição de 1988 garantiu o acesso das mulheres rurais ao benefício da aposentadoria por idade, aos 55 anos, e a outros benefícios, tal como licença-maternidade remunerada. Uma das condições necessárias para o acesso aos benefícios da Previdência Social, principalmente no que diz respeito à aposentadoria, é a comprovação da condição de trabalhadoras rurais. (BRUMER, 2004, p. 18)

O direito à terra e ao desenvolvimento rural passam a ser discutidos. Até então, a mulher era vista apenas como uma mera participante da família, subordinada às decisões do marido, que detinha todos os direitos sobre a terra. As políticas públicas não eram voltadas às demandas das mulheres, fazendo com que fossem excluídas sem acesso a direitos sobre a terra.

Em 1996 surge o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, criado para dar crédito à agricultura familiar. Mais uma vez, não se prestigiava a participação da mulher. Somente em 2003 passam a existir ações e programas voltados às mulheres. Através do II Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA e do I e II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM, as mulheres começam a ter visibilidade.

As mulheres camponesas passam a se organizar e criam diversas ligas e entidades com objetivos ligados tanto à reforma agrária como melhores condições na produção agrícola e desenvolvimento rural. Entre os movimentos criados, podemos citar o MMC – Movimento das Mulheres Camponesas, que surge em 2003. O movimento foi criado com o intuito de discutir a produção agrícola e a comercialização e principalmente para discutir a participação das mulheres nestes dois processos. A criação desse movimento reforça a luta das mulheres, e isso fica claro ao ler o trecho: *“Constituir um movimento nacional das mulheres camponesas se justifica a partir da certeza de que “a libertação da mulher é obra da própria mulher, fruto da organização e da luta”* (MMC)

A partir de 2003, com o governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, os movimentos sociais passam a ter uma abertura junto ao governo para discutir as ações voltadas para a reforma agrária. Porém, mesmo com esse acesso, não houve grandes mudanças. Apesar das diversas ações voltadas para o pequeno agricultor, a reforma agrária continua sendo um embate sobre o qual muito ainda precisa ser discutido. No entanto, este mesmo ano aparece como bastante significativo e de grandes conquistas para as lutas das mulheres trabalhadoras rurais. Naquele ano ocorre a Marcha das Margaridas³⁹ e como conquista é lançada a portaria nº 98 do INCRA, que torna obrigatório constar os nomes das mulheres junto às de seus companheiros nos títulos dos lotes. As mulheres passam a ter o direito à titulação e, em caso de separação, ficam responsáveis pelos lotes, desde que estejam com a guarda dos filhos. Outra conquista adquirida pelas trabalhadoras rurais no mesmo ano foi o acesso ao crédito.

³⁹ O movimento intitulado Marcha das Margaridas recebeu este nome em homenagem a Margarida Alves que foi assassinada em 1983. Era agricultora e defendia os direitos dos trabalhadores rurais. A marcha tem como objetivo dar visibilidade ao trabalho das mulheres do campo, obtendo reconhecimento social e político e cidadania plena.

Ainda em 2003, é criado o Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia – PPIGRE, que passa a exercer ações voltadas ao crescimento econômico das trabalhadoras rurais.

Em 2006, passa a existir o PRONAF MULHER, destinado especificamente ao crédito para as mulheres, tendo como objetivo principal apoiar e incentivar atividades realizadas pelas mulheres, fazendo com que elas passassem a ter maior autonomia financeira. Durante os trabalhos de campo, procuramos nos informar se as mulheres de Joana d' Arc III tinham sido beneficiadas com o PRONAF Mulher. Foi informado que sim, a grande maioria das mulheres estaria recebendo o benefício. Podem-se citar as narrativas das colaboradoras, que, ao serem questionadas a respeito do benefício, disseram que em breve receberiam o benefício no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) para custear os gastos com criação de galinha e cultivo da mandioca.

Representantes do MDA visitaram o assentamento e verificaram as necessidades das trabalhadoras rurais e como estas gostariam de investir este recurso. Foi então que optaram pela criação de galinhas e o cultivo da mandioca. Cada família deveria optar apenas por uma das opções. Ou seja, a família que decidisse criar galinhas, teria o recurso destinado para este fim. Em uma das nossas visitas ao assentamento ao serem perguntadas sobre o Programa e o repasse do recurso, Dona Anita que havia se inscrito para a criação de galinhas informou que a representante do MDA já havia feito a cotação dos materiais necessários e que já estavam em processo de compra. Dizendo-nos: *“Vamos receber agora que é pra três anos que vai ser pra criar galinha. É três mil para cada família.”* Observou-se que o recurso é administrado pelo próprio órgão e não pela agricultora rural. A ela fica a decisão de como gastar, repassando à representante quais as suas necessidades. Já Dona Valdeci que havia optado pelo cultivo de mandioca nos informou da seguinte forma: *“Não. Parece que até hoje o da mandioca não saiu. Eu me inscrevi pra mandioca. Eu não fui às reuniões.”* A resposta negativa de Dona Valdeci era nos informando que até o presente momento ainda não tinha sido repassado o recurso.

Como já informado acima, nem todas as mulheres optaram por receber o benefício do PRONAF Mulher. Exemplo disso é Dona Ana, que informou ter optado

por não receber em função de ter solicitado outro benefício, o PRONAF A, que é destinado para plantação, formação de pasto, compra de gado ou abertura de poço. Ocorre que Dona Ana, por acreditar, que estaria recebendo tal benefício não quis se inscrever para o PRONAF Mulher, e, como consequência, acabou não recebendo nenhum dos dois.

Em nosso último trabalho de campo foi possível perceber que Dona Anita já estava fazendo jus do Programa. Em seu lote foi construído um galinheiro e ela já estava vendendo as galinhas para a vizinhança. Dispusemos algumas imagens no segundo capítulo ao relatar o trabalho de campo. Dona Anita costuma falar que eram “galinhas botadeiras”, subentende-se que são galinhas que são criadas com o objetivo de botarem bastantes ovos, que já estavam servindo para o uso doméstico, revenda ou que seriam chocados.

4.3 Marcha das Margaridas

Faz-se necessário dar uma atenção especial a uma das mais importantes manifestações políticas das mulheres rurais: a Marcha das Margaridas⁴⁰, que a cada ano vem se fortalecendo. Até o momento, já foram realizadas quatro edições da marcha, nos anos de 2000, 2003, 2007 e 2011.

As conquistas adquiridas ao longo das marchas voltam-se todas em busca de melhorias e igualdade para as mulheres rurais.

Através da página <http://www.contag.org.br/hotsites/margaridas/interna.php> é possível ter acesso a todas as conquistas adquiridas em decorrência da Marcha. Aqui são citadas apenas algumas, julgadas norteadoras para as demais políticas públicas. São elas:

⁴⁰ O movimento intitulado Marcha das Margaridas recebeu este nome em homenagem a Margarida Alves que foi assassinada em 1983. Era agricultora e defendia os direitos dos trabalhadores rurais. A marcha tem como objetivo dar visibilidade ao trabalho das mulheres do campo, obtendo reconhecimento social e político e cidadania plena.

- Criação do Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural – PNDMTR;
- Edição da IN 38 de 13 de março de 2007 - normas para efetivar o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária, dentre elas a prioridade às mulheres chefes de família;
- Criação do crédito instalação para mulheres assentadas;
- Criação do Programa de Apoio a Organização Produtiva das Mulheres;
- Manutenção da aposentadoria das mulheres aos 55 anos, Representação na Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidades do Ministério do Trabalho;
- Criação da Coordenadoria de Educação do Campo no MEC;
- Elaboração e inserção de diretrizes na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres voltadas para o atendimento das mulheres rurais.

Em 2011, a Marcha das Margaridas reuniu cerca de 70 mil mulheres na cidade de Brasília. As reivindicações giraram em torno de trabalho, emprego, segurança, alimentação, participação política, saúde, educação, violência e outras mais. A lista ultrapassava 150 reivindicações. Na ocasião, o então ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence, alegou que as mulheres passariam a ter participação garantida no programa de aquisição de alimentos do governo federal.

No ano de 2012 não houve realização da marcha, no entanto, outras estratégias para discutir as reivindicações da marcha foram discutidas. No período de 29 a 31 de outubro, aconteceu em Brasília a 5ª Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, a qual teve como objetivo reunir mulheres de todo país para discutir estratégias de avanço das políticas públicas voltadas para as mulheres trabalhadoras rurais. Do Estado de Rondônia seguiram 13 representantes para o evento.

4.4. As mulheres de Joana D’Arc III

Ao longo dos trabalhos de campo, foi possível aos poucos nos familiarizarmos com as mulheres das agrovilas e o seu universo. Mulheres aparentemente frágeis, mas que, com poucas palavras trocadas em uma conversa, revelavam-se fortes. Mulheres que carregam em suas histórias de vida, a luta desde cedo pela busca de um lugar para chamar de seu.

A escolha pelas três colaboradoras foi imediata! Procuravam-se mulheres que pudessem mostrar o cotidiano, as dificuldades e as realizações antes e após a ida para o assentamento. As colaboradoras selecionadas representam todas as outras mulheres. Suas histórias apesar de serem histórias ditas “particulares”, podem ser consideradas também histórias comuns. O uso da palavra comum condiz ao fato de serem parecidas e que se entrelaçam a acontecimentos vivenciados tantos pelas três como por centenas de outras mulheres rurais. E este comum inicia pelo lugar de origem. Nenhuma nasceu no Estado de Rondônia. Em suas narrativas elas discorrem sobre onde nasceram.

Nasci na Bahia, na cidade de Itamaraju. Eu não lembro quantos anos eu morei lá, mas quando sai de lá nós fomos morar na fazenda. (Anita)

Eu nasci em Minas Gerais. Sou mineira. Nasci em Tarumirim. Vim com cinco anos pra Rondônia. Vim com meus pais direto pra Espigão D’Oeste. (Valdeci)

Nasci em Araruna no Paraná. Meus pais vieram pra Rondônia, eu tinha dois anos e aí eu me criei em Rondônia mesmo. Nunca voltei lá onde eu nasci. (Ana)

Dona Ana e Dona Valdeci chegaram ao Estado ainda crianças acompanhadas pelos pais e irmãos. Famílias que vieram em busca de novas oportunidades na esperança de uma nova vida. Dona Valdeci lembra de como era a vida de sua família antes de migrarem para Rondônia ao dizer: ***O povo dizia pra eles: “Lá em Rondônia é lugar bom pra se viver”. Lá em Minas tava ficando meio difícil. As terras eram pequenas. Eles queriam uma terra maior pra mexer com o gado”.***

Dona Anita quando chegou a Rondônia já estava casada e com filhos. Mas os motivos que a trouxe também não se diferem das demais colaboradoras. ***Antes de chegar aqui em Rondônia morávamos no Espírito Santo. Estávamos na Bahia e fomos para o Espírito Santo e depois viemos pra cá. (Anita)***

Percebe-se nas falas das colaboradoras o que abordamos no início deste trabalho ao tratar da migração no Brasil. A vinda de famílias oriundas principalmente da região Sul e Sudeste em meados da década de setenta do século passado. A falta de oportunidades nos grandes centros somada ao sonho de prosperidade na Região Norte.

Nossas colaboradoras casaram-se ainda jovens, assim como tiveram seus filhos muito cedo. Através de nossas conversas resolvemos elaborar este quadro.

Quadro 03: Idade que casou e quantidade de filhos vivos.

Colaboradoras	Quantos anos tinha quando casou	Quantos anos tinha seu marido	Quantidade de filhos vivos
Ana	15	19	02
Anita	16	20	04
Valdeci	19	23	05

Organização: OLIVEIRA, Cláudia Nascimento, 2013.

Este fator de casar cedo ainda é muito comum no meio rural. As famílias são constituídas por casais ainda jovens. Essa observação foi constatada em nossas idas a campo ao participar de um casamento, onde o noivo tinha 18 anos (filho de Dona Valdeci) e a noiva tinha apenas 15 anos. Arlete Renk ao tratar sobre os casamentos no meio rural diz que,

O importante era que os nubentes fossem de famílias de boa índole e trabalhadoras. O casamento tinha alguns requisitos, como idade: a moça não poderia passar dos 23 anos solteira, ou seria considerada velha. Outra exigência era a disposição para o trabalho. [...] O casamento supunha saúde e esta era expressa na geração da prole. Exigia-se saúde para a reprodução e disposição para o trabalho, para acompanhar o marido na roça e fazer as atividades domésticas sem “perder tempo” (2010, pg 371 - 372)

A pesquisa da autora foi elaborada no Estado de Santa Catarina, mas ao que se percebe não se difere de outras localidades. O casamento no meio rural ainda é visto como uma “soma” de força para o trabalho. Abrimos um parêntese para falar um pouco mais de Dona Ana que das três é a única que não se encontra casada com o seu primeiro marido. Ela foi casada por doze anos com um sobrevivente do Conflito de Corumbiara. Relatou que estava prestes a ir também para o acampamento na Fazenda Santa Elina e só não foi por conta da invasão a Fazenda ter ocorrido dias antes de sua partida. Em sua narrativa ela relata como foi a experiência de ter cuidado de seu marido que foi agredido no Conflito. Atualmente Dona Ana encontra-se casada novamente com outro homem.

Ainda abordando a questão dos filhos, nossas colaboradoras ao serem questionadas a respeito do planejamento dos filhos, as três responderam que os filhos não foram planejados, que “aconteceram”. Dona Valdeci relata que por conta de cistos no ovário só foi engravidar do primeiro filho quatro anos depois de casada e que não conseguia se adaptar com os anticoncepcionais.

“Eu não queria esse tanto de filho não! Eu queria só uns dois. Mas daí foi criando assim. Eu tomava o remédio, e o remédio não valia nada. Eu acabava engravidando. Eu troquei de vários tipos de comprimido. E naquela época não tinha... Eu queria tomar vacina, mas não tinha. Ai eu peguei, tomava aqueles remédios, e trocava direto e eu menstruava a mesma coisa. Era o mês todo menstruando. Eu tive que parar. Eu ia no médico, ele dizia: Para com os remédios. Ai eu trocava pra outro. Ele passava de outro tipo, mais fraco. Tinha uns forte, ai o negócio vinha. Ai tinha os fracos, ai vinha a mesma coisa. Ficava o mês todo. Fiquei desregulada. Ai era onde eu engravidava.”

Dona Ana apesar do quadro revelar que tem apenas dois filhos, ela nos revelou que teve quatro filhos, mas que dois deles vieram a falecer quando ainda crianças. Em sua narrativa ela relata: ***Os filhos aconteceram, não foram planejados. Só que eu sou mãe de quatro. Tive um aborto e minha menina nasceu e com três meses de idade morreu.***

A gravidez precoce e a quantidade de filhos nos leva a identificar que tais causas são consequências de uma construção social. Cordeiros e Quadros (2010) ao pesquisarem a respeito das jovens agricultoras que engravidam na adolescência dizem que,

Nos estudos sobre a juventude rural a idade está socialmente circunscrita, tanto quanto a valorização da maternidade. A gravidez aparece como um marcador de passagem para a vida adulta, no qual a jovem se reconhece e é reconhecida como adulta a partir da realização da maternidade... (p. 406)

O casamento para a mulher rural pode ser visto como uma forma de libertação e saída da casa dos pais. Deixam de exercer o papel de filhas e passam a exercer o papel de esposas e mães. Nascimento Silva e Silva (2012) constataram através da pesquisa realizada nos anos de 2010- 2011 junto às famílias das agrovilas que,

A média por família é de três filhos. [...] Quanto ao menor número de filhos que o Assentamento Rural Joana D'Árc III apresenta, pode se associar a diversos fatores, por exemplo, o acesso dessas mulheres as informações, o contexto histórico dessa população que está relacionada com movimentos sociais ou até mesmo por ser uma população de homens e mulheres jovens que ainda conta com a possibilidade de terem mais filhos. (p. 04)

Ainda de acordo com o levantamento feito por esta pesquisa no que se refere a ser uma população jovem, foi possível constatar que a população que reside nas agrovilas encontra-se em sua maioria com idades entre 45 e 59 anos, seguida de um grupo que vai dos 23 aos 34 anos. E este segundo grupo é o que se encontra com grandes possibilidades de terem mais filhos.

Nossas colaboradoras relatam que a rotina após o nascimento dos filhos não se diferenciava da rotina de antes. Por conta da necessidade de trabalhar acabavam levando seus filhos para a roça. Isso é percebido em suas falas:

“Eu não parei de trabalhar quando tive meus filhos não, e eu mesma cuidava deles. Levava pra roça. Meus filhos nunca me deram trabalho nenhum. Nunca deixei meus filhos com mais ninguém, nunca me deram trabalho pra nada. Onde eu ia, eu levava. [...] Eu ia pra roça também. Era nós dois na roça. Nós trabalhava junto. Meu filinho? Eu levava! Íamos nós três. Eu só tinha o primeiro, o mais velho. Aí eu levava. Ele tinha cinco anos.” (Colaboradora Ana)

“Eu levava meus filhos tudo pra roça. Às vezes os mais pequenos, eu levava o berço pra roça. Ai o Josimar que é o mais velho cuidava dos mais pequenos, aí eu ia trabalhar. Eu não levava muito pequenininho não. Ficava em casa cuidando. Ai depois que crescia um pouquinho, levava pra roça. Eu criei meus filhos em roça mesmo. Levava uns panos, ai colocava o mais velhinho cuidando do pequenininho.” (Colaboradora Valdeci)

“Quando eu tive meus filhos, eu esperava eles estarem andando com um aninho, dois aninhos e aí eu voltava pra roça. Eu ficava cuidando deles. Quando eles já tinham essa idade eu levava pra roça. Eles iam juntos! Nunca deixei meus filhos com outras pessoas.” (Colaboradora Anita)

Tais relatos nos remetem ao que Rossini (1998, p 08).) aborda em um de seus trabalhos quando diz que *“a mulher foi arrancada de casa para o mercado de trabalho para somar na manutenção da família. [...] Sem que fosse repartido ou retirado da mulher o trabalho doméstico.”* A força produtiva da mulher torna-se essencial para o aumento da renda familiar. Em outro trabalho, Rossini (1993, p. 5) dirá que *“ao mesmo tempo em que há tendência de aumento da participação da mulher na força de trabalho, assiste-se também ao aumento de mulheres cabeças da família.”* Neste caso podemos citar Dona Ana e Dona Margarida que cuidaram ou cuidam de seu lote e dos filhos sozinhas. Cabendo a elas as decisões referentes ao modo de como cuidar de seus lotes. A pesquisa realizada pelo GEPGÊNERO: 2010-2012 demonstrou que na comunidade há poucas mulheres que chefiam as famílias. Este fenômeno foi observado apenas entre as mulheres solteiras ou viúvas.

4.5. Por onde andei

Através das narrativas de nossas colaboradoras conseguimos fazer observações referentes à chegada das famílias ao assentamento e suas dificuldades iniciais. Porém, antes de se abordar a chegada, se faz necessário tratar o “antes”. Sabe-se que antes das famílias serem assentadas nas agrovilas, quase todas já haviam morado em outros municípios do Estado de Rondônia. Sempre em busca de melhores condições de vida, e em busca da terra. Nossas colaboradoras demonstram em suas narrativas esta constante migração interna. Trataremos por parte essa migração. Já abordamos anteriormente a migração para o Estado de Rondônia. Agora discorreremos a respeito da migração feita até a chegada a cidade de Porto Velho, e em seguida o deslocamento de Porto Velho para Jaci-Paraná, finalizando com a chegada as agrovilas.

Dona Anita e sua família quando chegaram a Rondônia moram primeiramente no município de Ariquemes e por conta das diversas dificuldades foram se deslocando para outras localidades durante os anos. Como podemos observar em sua fala:

“[...] chegamos aqui em Rondônia em novembro de 87 [...] Quando chegamos em Ariquemes ficamos acampados perto de um hospital. Ficamos um bocado de dias. [...] Depois Juarez arrumou outro serviço. Aí fomos morar num lugar chamado Zé malária. [...] Aí nós mudamos de lá e fomos pra um lugar pior. [...] Aí ficava assim, trabalhava um mês, dois meses pra um. Um mês, dois meses pra outro. Não tínhamos paradeiro. Acabamos com tudo que tínhamos. Era só uma trouxinha de um canto pro outro. Aí quando foi um dia Juarez saiu e disse: - Eu vou pra Cacaúlândia arrumar uma colheita de café. [...] Ele chegou e falou: - Rita arrumei serviço pra nós! Aí nós foi pra lá. Ficamos lá apanhando café um ano. Foi o lugar que nós ficamos mais. Saímos de lá, fomos pra outro canto plantar pasto. Terminou o pasto e saímos de lá. Ficávamos assim igual cigano! Nem num o canto, nem noutra. [...] Aí nós mudamos pra rua. Da rua foi que nós veio pra Jaci trabalhar com um homem chamado Antônio Lima.”

Dona Anita não chegou a ficar acampada nem em Porto Velho, nem em Jaci-Paraná. Ela e sua família residiam no referido distrito quando ficaram sabendo da distribuição dos lotes. Seu esposo, Seu Juarez foi quem se deslocou para Porto Velho e ficou acampado para garantir o recebimento da terra. Conforme a sua fala, notamos tal afirmativa.

“Quando chegamos em Jaci, Juarez tava trabalhando em um domingo e aí o homem ia passando, e o homem chamou e perguntou se ele queria pegar terra e ele disse: - Eu quero! O homem chamou ele pra ele fazer a inscrição, ai falou que no outro dia era pra ele ir para Porto Velho fazer a inscrição e ai ele foi. Ai ele veio ver e foi quando ele conheceu o assentamento. Colocaram ele pra coordenar o pessoal pra assentar nos lugar. [...] Aí o Juarez foi embora. Ficou 04 meses no INCRA”

Este “homem” que é citado, trata-se do Líder Dinho (já mencionado neste trabalho). Após esses quatro meses, Seu Juarez retornou para Jaci-Paraná. A família de Dona Anita mudou-se de vez para o assentamento anos depois. Este momento será tratado mais adiante. Durante este período em que Seu Juarez esteve em Porto Velho e Dona Anita ficou em Jaci-Paraná, ela relata que passou por situações difíceis, sendo até ameaçada de despejo da casa onde morava, pois o

antigo proprietário havia vendido a casa. Por sorte o comprador deixou que Dona Anita permanecesse na casa até que a sua casa que estava sendo construída no distrito ficasse pronta.

A trajetória de Dona Valdecir também é conduzida por diversos momentos em que se viu tendo que se deslocar de um local para outro. Desde pequena acompanhando a sua família e depois quando se casou. Quando morava com seus pais ela relata que logo que chegaram a Rondônia, morou primeiramente no município de Espigão d'Oeste e depois morou em mais dois outros lugares antes de finalmente chegar ao assentamento.

“Ficamos um ano no Espigão. Aí do Espigão meu pai ganhou uma terra na linha. Aí viemos pra linha 36, perto de Pimenta Bueno. Ali ficamos uns dezoito anos. Depois ele vendeu e foi morar em São Felipe. Aí acompanhamos ele. São Felipe fica entre Pimenta Bueno e Santa Luzia.”

Dona Valdeci acrescenta que logo que casou, ela e seu esposo moraram junto com a sua família por um tempo em São Felipe. E que depois foram em busca de um canto para morarem.

“Depois ficamos mudando de um canto pra outro. Não tinha terra. Aqui mesmo é o primeiro lote. A primeira terra que nós conseguiu foi essa. Trabalhávamos nas terras dos outros. Ele era meeiro. Mexia com lavoura de algodão, algodoeiro, cafezal.”

Em sua narrativa ela informa que durante o tempo em que as famílias estiveram acampadas no INCRA, somente o seu esposo esteve acampado. Ela e seus filhos permaneceram em São Felipe.

Agora trataremos da trajetória de Dona Ana. Ela assim como as demais veio pequena para Rondônia e logo após o casamento passou a acompanhar o marido. Das três, ela é a que tem em seu histórico uma maior experiência de viver em acampamentos. Sendo assim, ela relata:

“Quando eu morava em Cerejeiras, o pai dos meus filhos foi pra Santa Elina atrás de uma terra pra gente viver. [...] Depois que saímos da Santa Elina fomos para Colorado. Enfrentamos acampamento, ele ainda não podia trabalhar. Depois fomos pra Jarú. Quando chegamos no Jarú nós acampou de novo, dentro da área que ia ser cortada pra nós. [...]”

Após a separação Dona Ana morava em Jarú e ao se deparar com a situação de não ter para onde ir com seus dois filhos, resolveu enfrentar o acampamento novamente. ***“Ai o quê que eu tive que fazer? Não tinha lugar pra onde ir com dois filhos. Um pequeno de três anos. Eu tive que enfrentar acampamento de novo. Peguei os meus filhos e vim pro acampamento em Porto Velho.”***

A chegada das famílias a cidade de Porto Velho se deu em virtude da informação que o INCRA estaria distribuindo terras em um assentamento. É neste cenário que surge às agrovilas do P. A Joana d’Arc III que foi pensada para abrigar famílias oriundas dos movimentos sociais, principalmente famílias do MST que haviam participado do Conflito de Corumbiara. Um de seus articuladores foi o líder Dinho, que saiu visitando várias localidades, fazendo reuniões e chamando as pessoas que ainda não possuíam terras a estar indo acampar na sede do INCRA e que, quem estivesse lá, receberia um lote das agrovilas. Nossas colaboradoras relatam o momento em que o Dinho entrou em suas vidas.

O primeiro relato refere-se à colaboradora Ana. Ela já conhecia o militante Dinho, pois ele também esteve junto ao seu marido no Conflito de Corumbiara. Dona Ana relata que após a sua separação encontrou-se com Dinho e, ao questioná-lo sobre a possibilidade de ter um lote em seu nome, ele respondeu que sim, pois como ela era casada o lote em que ela morava encontrava-se no nome de seu marido e que, portanto, ela poderia obter um lote em seu próprio nome.

“Eu fiquei sabendo do assentamento porque eu morava lá no sítio, o Dinho morava lá por perto da gente, tinha a família dele, aí ficamos sabendo. Tinha vizinho da gente também acampado aqui. Ai o Dinho deixou o acampamento aqui e foi visitar a família. Ai eu fui lá e falei pra ele: - Dinho tem como eu pegar um sítio no meu nome? Ele falou: - Tem, porque você é casada, e o teu nome só tá no INCRA como acompanhante dele. Então tem! E aí eu pensei:- Então eu vou fazer o seguinte, vou vender aqui o que restou que era veneno, uma vaca que eu tinha e eu vou embora! Aí uns sacos de arroz, feijão que a gente tinha. Aí eu vendi tudo e peguei meus dois filhos e vim embora pra Porto Velho. Aí cheguei me acampej, ficamos acampados no INCRA. Também não podia trabalhar. Mas lá no INCRA eu passei pouco. Eu não passei muito tempo não. Eu cheguei lá em dezembro 2000. Aí depois, em abril de 2001que surgiu essa terra, e eles liberaram a gente pra ir pro Jaci.”

Já Dona Valdeci conta que sua família soube que o Dinho estava pela cidade e estaria realizando uma reunião para saber quem tinha interesse em obter uma terra em um assentamento.

“Chegou um homem de Porto Velho pra fazer uma reunião em São Felipe. Aí convidou o pessoal. Fizeram aquela reunião né? Ai graças a Deus ganhamos isso aqui. Mas foi difícil aqui demais. Quem foi fazer lá uma reunião foi no caso uma pessoa, que inclusive esse homem hoje ele é morto. O Dinho. Foi esse tal de Adelino lá em São Felipe, aí na cidadezinha que tem lá. Aí o pessoal comunicou ao meu marido que ia sair esse assentamento pelo INCRA em Porto Velho. Aí aquelas pessoas que não tinha lote, iam fazer uma reunião com o povo nessa cidadezinha em São Felipe. Tava apenas começando.”

Dona Anita relata que também ficou sabendo do assentamento através do Líder Dinho. Neste período estava sendo construída sua casa em Jaci-Paraná. E como a casa ainda não estava pronta, ela e seus filhos ficaram morando de favor na casa do antigo patrão se seu marido. Seu Juarez ficou quatro meses em Porto Velho junto as outras famílias. Quando ele retornou para Jaci, já foi para avisar que estaria indo para o assentamento iniciar as obras em seu lote.

Cerca de 150 famílias estavam acampadas na sede do INCRA na cidade de Porto Velho e depois foram alocadas em um acampamento no distrito de Jaci-Paraná. As famílias ficaram acampadas por quase um ano. Das três colaboradoras, apenas Dona Ana ficou no acampamento. Dona Anita já morava em Jaci, e Dona Valdeci quando saiu de São Felipe foi direto para o seu lote, e logo depois foi morar em Jaci, mas em uma terra cedida há algumas famílias.

Dona Ana conta a sua experiência durante o tempo que esteve no acampamento em Jaci.

“Fumo pro Jaci, acampamos de novo. Ficamos acampado uma média de quase um ano. [...] Na época que vivi no acampamento no Jaci, as casinhas eram de lona. Os barraquinhos de lona. Cada um tinha o seu barraquinho. Pra comer era uma cantina grande que eles fizeram. Uns panelões lá. Aí tinha as equipes que fazia né? Eu mesmo não cozinhava. Porque a minha equipe era cuidar de criança. Tinha muita criança! Eu cuidava das crianças pequenininhas porque eu tinha um pequenininho de três anos também e aí a outra cuidava dos meninos já de nove, dez anos acima. Era eu e mais uma. Criança pequena tinha

uma média de quase setenta crianças. Era muita criança! E a gente tinha que cuidar o dia todinho dessas crianças.”

Este período em que as famílias estiveram acampadas em Jaci-Paraná pode ser entendido como um “laboratório”, onde os trabalhos coletivos são estruturados nos grupos familiares, fazendo com que tais famílias passem a pensar tanto na terra como nas atividades de forma coletiva. Esse modo de pensar é utilizado pelo MST.

Dona Valdeci neste período em que as famílias estavam acampadas relata que ficou em São Felipe, “fazendo dinheiro”, e que seu marido foi sozinho para o assentamento. Retornando meses depois para buscá-la.

“Quando havia três meses que ele ficou pra cá, ele voltou pra avisar pra mim como era as terras, tudo direitinho. Levou até uma terra na sacolinha. Fiquei alegre de ver a terra. Ele chegou dizendo: - Aí mulher, nós conseguiu terra! Já tá tudo dividido já. Cada um é dono do seu lote lá. Só que você não vai agora não. Eu vou pra lá, eu vou abrir as picadas do lote. Vou começar a derrubar uns pedaços lá. [...] Aí ele vinha e ficou no acampamento lá no Jaci. Uns seis meses no acampamento. Aí ele foi lá buscar nós. Depois que eu fui chegar no Jaci ainda. O jeito que eu cheguei no Jaci, eu vim direto pro assentamento. Deixando as coisas pra trás. Minhas coisas, mudancinhas coloquei tudo dentro de um saco branco e vim. Aí a gente veio direto pro mato. Enquanto um pessoal ficou lá no Jaci Paraná. Dos assentamentos ficou tudo lá. E ele não tinha ganhado um pedaço lá, não sabia direito como era o negócio lá. Aí trouxe nós direto pra cá. Direto de São Felipe.”

Quando Dona Valdeci diz: “depois que eu fui chegar no Jaci ainda”, ela se referia que não morou em Jaci-Paraná logo que saiu de São Felipe. Seu esposo por não ter recebido informações sobre como seria a estadia no distrito, buscou Dona Valdeci e os filhos e mudaram para o seu lote nas agrovilas. Mais adiante trataremos como se deu esse trajeto de Jaci-Paraná até o lote. A priori abordaremos como foi o período que a família de Dona Valdeci teve que sair do lote e ir morar em Jaci-Paraná.

“Aquela luta! Aí devagar a gente viu que não deu mesmo pra ficar. Voltamos pra lá. Ai ficamos quatro ano dentro do Jaci. Com um ano depois que nós tava lá que abriram o desmatamento. O desmatamento veio até ali em cima. Ainda tinha picada pra cá. Aí quando eu vim morar mesmo já... Acabaram de abrir a estrada. Perdemos todas as nossas coisas. Chegamos no Jaci praticamente sem roupa, pelado quase. Ai

eu logo conheci uma mulher da igreja Batista, ela me chamou pra ir pra igreja. E acabei me batizando na igreja batista. Ai eles me ajudavam com cesta básica, roupas.”

A família de Dona Valdeci, assim como outras famílias que não tinham condições de comprarem ou alugarem um canto até que o acesso as agrovilas melhorassem, receberam como doação um lote do então administrador do distrito. Ela conta que: ***“as terras eram de laje ainda. Era até difícil de fazer a casa. Uns fazia em cima da laje mesmo.”***

Neste retorno para Jaci, o acampamento já não existia mais, mesmo assim as famílias ficaram conhecidas como “os sem terra”. Segundo Dona Valdeci este período foi difícil pelo fato de sentirem-se discriminados por outros moradores.

“Ai não tinha mais acampamento, mas o nome ficou de sem terra. A gente tinha até vergonha de chegar nos postos de saúde, os pessoal dizia assim: - Olha ali o bando de sem-terra. Era uma vergonha menina. Ai quando a gente chegava nos postos lá, os enfermeiros diziam: - Lá vem chegando os bando de sem-terra. A gente ficava assim até meio, tipo discriminado. Eu dei graças a Deus quando a gente se mudou pra cá. Eu tava doida pra vim embora, porque o pessoal lá ficava mangando da gente no meio da rua.”

Passados quase um ano em que as famílias ficaram acampadas em Jaci-Paraná os lotes começaram a ser distribuídos. O fato da liberação dos lotes não estava atrelado há condições favoráveis de acesso. Não havia estradas. A mata era fechada. O tempo gasto do Distrito até as agrovilas podia durar até um dia. As três colaboradoras narram como ocorreu a chegada às agrovilas. Como Dona Valdeci foi uma das primeiras a ir morar no assentamento, escolhemos a sua fala para demonstrar como foi este trajeto.

“Foi assim, a primeira vez foi barco. Tudo nos barco. De Jaci até na beira do Madeira a gente veio de carro, aí tinha um barco que fazia corrida pro povo na água, fazia frete. Aí nós fretamos o barco com as nossas coisas. Passamos pro outro lado do Madeira, mas só que tinha que andar um pedaço bom no rio ainda. [...] Foi muito difícil. Só de vê aquele rio lá pra atravessar nos barcos o coração já balança... Se fosse só pra atravessar assim de um lado pro outro era bom, mas o pior que a casa do homem era muito longe e tinha que subir o rio acima toda vida. Demorava duas horas, duas e pouco. Podia olhar no relógio assim. As ondas também vinham muito forte. Batia de baixo do barco, e

o barco chegava a sacudir. Quando a gente chegava em terra é que era difícil. Ficávamos na beira do rio, aí daqui que foi carregando as coisas.”

O tal homem que Dona Valdeci cita era o Sr. Brito que tinha uma casa do outro lado do rio e a dispôs como abrigo para as famílias que faziam o trajeto no barco.

“tinha esse homem que morava sozinho lá. Aonde o pessoal do sem terra colocavam as coisas lá. Nós dormimos na casa desse homem. [...] Ele que atendia os sem-terra. Os sem-terra parava tudo lá no barraco dele. Ele era um senhor já de idade, não tinha família, morava sozinho. E ele já falava: Ôh a casa aqui é dos sem-terra mesmo e pode fazer comida. Já tinha um fogão, as mulheres já iam cozinhar pras crianças comer. Lá mesmo dormia. Vivia cheio de gente direto lá. A sorte que ele acolhia a gente. Aí deixamos várias coisas lá. Não tinha como trazer. O barraco dele era tampado com palha bruta.”

As famílias acabavam pernoitando na casa deste senhor e no dia seguinte seguiam a pé para as agrovilas. Caminhavam aproximadamente 30 km em mata fechada. Eram abertas apenas “picadas” para tentar facilitar a caminhada. Além das dificuldades de acesso, tinham que caminhar carregando os seus pertences nas costas. Ainda fazendo uso da narrativa de Dona Valdeci ela dirá,

“Nós saíamos cedo. Quando era quatro e meia, cinco horas, seis horas. Dependendo das pessoas andar muito depressa. Se não ficava na picada de noite, sem um farol, às vezes no escuro. Foi feio! Com medo de levar topada porque eles cortavam muito né? Cortavam muito toco, muito espinho. Caía muito espinho. Tinha muitas folhas. Não tinha estrada, era dentro da mata. Ia caindo e como tinha muito barro pisávamos nos espinhos. Chinelo não ficava no pé. Tinha que levar na mão. Eu com um baía cacaio nas costas. Igual uns burro mesmo. Ave Maria! Foi sofrido! Não sei como é que a gente não morreu.”

Neste período em que o espaço do assentamento começa a ser transformado com a chegada das famílias, a presença masculina é bem maior. Os homens iam primeiro, para limpar o lote e iniciar as primeiras atividades. Dona Valdeci como acompanhou o marido relata: ***“De família mesmo só tava nós, a mulher do Zé Gabriel, que hoje não mora com ele mais, separou. Aí era nós e ela ali. E foi assim. Família era muito pouco.”***

Dona Ana por ser solteira e não ter quem a ajudasse a cuidar de seu lote, relata que acompanhava os homens quando estes iam para o assentamento. Ela diz: **“eu fui a única a acompanhar os homens pra cá.”** Durante este tempo Dona Ana arrumou um trabalho em Jaci-Paraná e visitava o seu lote a cada mês para verificar como estava.

No próximo tópico abordaremos como foi a chegada das famílias ao espaço das agrovilas.

4.6. O sentido do lugar.

“o espaço se transforma em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor” (Yi-Fu Tuan)

O sentido do lugar das agrovilas vem sendo construído ao longo dos anos de forma participativa por seus moradores. Famílias que carregam em suas trajetórias, lutas e desafios constantes. Famílias que foram aos poucos transformando o espaço que antes era mata fechada, de difícil acesso, em um lugar cheio de lembranças e com características particulares. Essa transformação é abordada por Karen Sasaki.

O lugar torna-se realidade na consciência individual a partir do relacionamento com o espaço, não necessitando ser definido numa dimensão espacial ou imagem específica, limitada. O espaço pode se tornar um lugar; e o lugar traduz lembranças vivenciadas e compartilhadas. (SASAKI, 2010, p. 115)

Nosso objetivo era saber como este lugar foi construído. Construção não somente no sentido de estruturação, mais também no sentido de apego. Outra observação que procuramos saber se referia sobre os motivos que haviam levado os moradores a irem morar no assentamento. Os motivos foram diversos, mas giravam sempre em torno da conquista de um pedaço de terra e melhores condições de vida. Os primeiros moradores participaram do Movimento dos Camponeses de Corumbiara – MCC e segundo informações colhidas com os moradores, os remanescentes do Massacre de Corumbiara já não residem mais no assentamento. Acredita-se que a saída dos primeiros moradores se deu em função da falta de

infraestrutura do assentamento nos primeiros anos. Nossas colaboradoras relatam em suas narrativas as dificuldades enfrentadas quando chegaram ao assentamento:

“Depois que pegaram o lote começaram a abandonar e ir embora. Uns por causa da malária, outros porque era difícil aqui. Só ficou mesmo quem queria terra pra trabalhar, porque quem não queria foi-se embora. E como a gente queria, então a gente veio lutar. Veio enfrentar, fazer barraco aqui dentro, roçar, derrubar.” (Colaboradora Ana)

“Eu sai de Jaci era as seis horas da manhã e chegamos aqui era cinco do outro dia. Foi muito difícil! Não tinha estrada. A estrada era bem pequenininha. Muita lama. No dia que nós veio não tinha tanta lama porque tinha dado sol. Nos perdemos três vezes. Chegamos aqui e chuva, chuva, chuva. Naquele dia não choveu, mas no outro dia foi chuva direto. [...] Quando chegamos aqui não tinha energia, não tinha estrada. Quando chovia não passava nada. Nem bicicleta. Só era barro! Você andava dali aqui, você já tava atolado. Só barro mesmo! (Colaboradora Anita)

“De lá pra cá vinha arregaçando tudo de lonjura. Era só mata picada. Não tinha como a gente achar nada não. Era muito difícil. Os cacaios era tudo na picada. Todo mundo carregando. Moramos aqui quatro mês. Aí não saiu a estrada, voltamos pro Jaci. Foi onde nós não conseguiu ficar aqui porque tinha pouco morador.” (Colaboradora Valdeci)

Nota-se que após a criação do assentamento, nos primeiros anos as dificuldades eram grandes. Não havia, estradas, energia elétrica, água encanada. O acesso ao mesmo se dava primeiramente através do rio Madeira e após o cruzamento do rio ainda era preciso caminhar por horas pela mata fechada. A malária foi um dos principais motivos que provavelmente fez com que muitas famílias abandonassem os seus lotes. Nossas colaboradoras descrevem o alto índice de malária.

“Peguei muita malária. No começo quando entramos, não dava malária aqui. Aí depois que o pessoal começou tudo a desmatar, aí a malária montou em cima do povo. [...] Não sei como é que pode, no mato não dava e quando abriu os lotes a malária pegou nós. [...] Ficava quatro, cinco em cima da cama. As pessoas chegavam assim, olhavam. Parecia uma cama de hospital. Tudo com o mesmo problema de saúde. Às vezes não ficava quase nenhum pra pegar água pro outro beber.” (Valdeci)

“Era malária demais aqui. Toda casa você via um paninho vermelho. Eles colocavam um pano vermelho pras pessoas saber. Toda casa. [...]”

As malárias eram perigosas de primeiro. Deus me livre! Eu não gosto nem de lembrar tem hora. Muito sofrido!” (Anita)

O assentamento até hoje não possui um Posto de Saúde para atender a comunidade. Há somente a casa da Dona Jucelene que serve como um ponto de coleta para exames de malária. Na época da chegada das famílias, quando as pessoas caíam de cama por conta da malária, era necessário ir buscar o medicamento que a combatia na Linha 11. O assentamento Joana d’Arc III encontra-se na Linha 17. Todo o trajeto era feito a pé. Dona Anita relatou que seu marido saía pela manhã e só retornava a tarde, trazendo várias cartelas do medicamento e saía distribuindo aos moradores.

No que se refere à moradia no início do assentamento, as famílias por conta do difícil acesso, foram apenas construindo barracos, alguns de lonas para abrigarem os seus pertences e alimentos que aos poucos iam sendo levados. Esse também é outro ponto que nossas colaboradoras narram.

“Eu fiz uma barraquinha de lona aqui... Eu mandava fazer barraquinha... Barraquinha de lona né? Aí toda vez o fogo vinha e queimava. Aí eu tinha que fazer outra. Porque eu nunca gostei de chegar e ficar no meu vizinho. Eu sempre gostei de ficar no meu cantinho. Aí eu vinha, eu tinha o meu barraquinho, eu tinha o meu fogãozinho. Eu ficava ali dois dias e ia embora.” (Ana)

“Quando viemos fizeram um barraco ali. Aqui era tudo pau. Nessa casa aqui era tudo pau. Tudo mato! Queimada. Aí pra lá assim era tudo mata ainda. Foi derrubado depois que nós mudemos pra cá.” (Anita)

“O barraquinho bem feitinho. Não molhava não. [...] quando o alimento ia acabando, a gente tinha que ir lá nesse homem na beira do rio pra buscar.” (Valdeci)

Aos poucos e com a liberação do financiamento para construção, os moradores foram construindo suas casas. Hoje em dia a grande maioria das casas ainda é de madeira. Segundo o “Plano de Recuperação”(2010), os tipos de casa do assentamento são da seguinte forma: 89% de madeira, 7% de barraco e apenas 4% de alvenaria.

Referente à água para uso dos moradores. Eles usavam a água do rio tanto para tomar banho, lavar louça, roupa e preparar os alimentos. Dona Anita relata esta situação.

“Lá na Elizete tinha água pra beber. Nós buscava água pra beber e pra cozinhar. Banhar, lavar roupa, lavar vasilha, tudo era no rio. Lavávamos lá na Jucelene. A água era mais limpa. A água sujou porque o marido dela derrubou a beira do rio e caiu aqueles pau podre, apodreceu e aí ficou daquele jeito. A água era limpinha, precisava ver. Lavava uma toalha e ela ficava bem alvinha. Era bem limpinha a água. Ficou daquela cor por causa disso. Dava até pra beber água do rio.”

Atualmente algumas casas já dispõem de água encanada. Foram construídos recentemente três poços artesianos para melhor distribuição da água. Os referidos poços foram construídos um na Associação, outro na casa de Dona Margarida e o terceiro na casa do Fadiga. Tais escolhas se deram pensando estrategicamente na distribuição para as demais residências.

Notamos que as lembranças no que se refere ao ano exato que se mudaram para as agrovilas estão ligadas a acontecimentos, idade de algum filho ou parente.

Dona Ana foi a única a lembrar com exatidão o ano em que mudou-se para o seu lote.

“Quando eu cheguei aqui, eu já era acostumada, então não achei muita diferença. Foi bom demais! Aqui era só mata. Eu não me importei porque eu já era acostumada. Sempre eu gostei! Eu mudei pra cá em 2007, porque nos outros anos eu só vinha verificar e ia embora trabalhar.” (Ana)

Dona Valdeci lembra da primeira vez que ocorreu em 2001 e a lembrança está ligada aos primeiros passos que seu filho caçula deu. Já na segunda ida, ela diz não lembrar o ano exato.

Nós ficamos quatro anos em Jaci. Depois de quatro anos que nós veio. Eu não to lembrando o ano que nós entrou aqui depois destes quatro anos. Não gravei não. Eu sei que quando eu entrei o meu menino mais novo tava com nove meses. Ele começou a dar os passinhos.”

Já Dona Anita, lembra dos vizinhos e da neta, que ainda não tinha dois anos.

“Quando chegamos aqui já tinha a Valdeci, a Jucelene e a Elizete. Tinha também o pessoal do seu Francisco que é do Frank. [...] Pra cá não morava ninguém. Moravam pra lá, só pra lá. Os anos eu não guardo. Mas moravam assim. [...] A Letícia não tinha dois anos. Ela tinha um ano e meio quando viemos pra cá. Ela fez sete agora. [...] Nós mudamos pra cá em outubro, no tempo de chuva. Eu não guardo na cabeça o ano. Sei que foi em outubro.”

Baseando-se nos levantamentos que foram feitos conjuntamente com as narrativas, podemos então assim dizer que nossas colaboradoras chegaram ao assentamento nos seguintes anos: Dona Valdeci chegou à primeira vez em 2001, ficou quatro meses e logo depois foi morar em Jaci-Paraná. Em 2005 voltou a morar no assentamento. Dona Anita e Dona Ana foram morar no assentamento em 2007.

Outra questão que procuramos observar foi saber se os moradores se sentiam realizados morando no assentamento. Essa questão abriu um leque de observações e análises. Notou-se que os moradores se sentem felizes e realizados. Isso devido ao fato de hoje residirem em casas próprias e terem um pedaço de terra para plantarem. No entanto, essa felicidade parece não ser completa em consequência das dificuldades encontradas tanto no plantio como no escoamento dos produtos para a cidade. Essa dicotomia fica evidente nas conversas com os moradores, já que alguns responderam que se sentem realizados e outros que responderam que gostam, porém citaram as dificuldades. Tais respostas fazem pensar que os moradores das agrovilas do Assentamento Rural Joana d’Arc III se sentem felizes e realizados em morar neste espaço, porém as dificuldades por conta da falta de infraestrutura trazem consigo um sentimento de descaso por parte dos órgãos governamentais. Em sua maioria, os moradores citam como dificuldade a estrada. O acesso ao assentamento é extremamente dificultoso no período das chuvas. As estradas segundo os seus moradores só foi aberta em meados de 2009/2010. Em nossas visitas, fomos personagens ativas de tais dificuldades. O acesso é cansativo e demorado. Corre-se o risco de atolamento. Mesmo com as insatisfações, o que notamos ao analisar as entrevistas das três colaboradoras, assim como a convivência junto aos moradores foi um sentimento de realização em morar em lugar que podem ser chamado de “seu”.

“Eu gosto! Amo o meu lote! Deus me livre o dia que eu sair daqui. Eu acho que vou chorar muito. Eu gosto da minha casinha. É feinha, mas é minha! Eu adoro a minha casa.” (Colaboradora Ana)

“Quanto a gostar de morar aqui? Gosto de morar aqui! Já acostumei já. Agora to achando melhor. Melhorou mais. Por causa que a gente fez o pronaf, tem um gadinho. Tá melhor porque não ta nas terras dos outros, num tá sendo mandado. Eu sempre falo que se um dia eu sair daqui eu vou procurar uma terra. Acostumada no sítio mesmo. Mas que seja mais perto do recurso. Perto da cidade.” (Colaboradora Valdeci)

“Quando eu cheguei, eu achei ruim mesmo, mas depois me acostumei. Achei ruim e achei bom, porque viemos morar no que era da gente. Porque ai ninguém tava olhando de cara feia dizendo... Mandando a gente sair, não ia trabalhar doente. Juarez tinha tomado nome de preguiçoso porque não ia trabalhar doente. Porque você sabe, hoje em dia trabalhar no que é dos outros, tem que aguentar muita coisa né?. Então não foi fácil. [...]Eu gosto de morar aqui. Nunca pensei em ir embora, mas se tiver que sair, nós sai...” (Colaboradora Anita)

É possível notar o quanto o assentamento tornou-se o lugar tratado no primeiro capítulo. O lugar passou a ter o sentido de pertencimento para os moradores. Esse sentido é notado ao longo das entrevistas. Embora existam dificuldades, e reforce-se que não são poucas, foi possível analisar que acima das dificuldades está o prazer e a satisfação em finalmente morar em uma terra que é sua.

4.7. A experiência Humana no Espaço Vivido

Nossas experiências ao longo dos dois anos da pesquisa do Mestrado se entrelaçaram com as pesquisas desenvolvidas pelas pesquisadoras do GEPGÊNERO que tinham como objetivo geral trabalhar a relação de gênero e conhecer as técnicas de manejo agropastoris dos moradores das agrovilas. Com isso, passou-se a se pesquisar a participação das mulheres neste espaço rural.

Através das visitas e aplicações de questionários e entrevistas, foi-se desenhando o papel da mulher nos espaço doméstico e no espaço produtivo. Foi possível observar que os lotes, em sua grande maioria, ainda encontram-se no nome dos maridos. No entanto, a titulação é conjunta no Assentamento Joana d’Arc

III, o que acontece é que os homens são a maioria como primeiro titular. O gráfico a seguir condiz com essa informação.

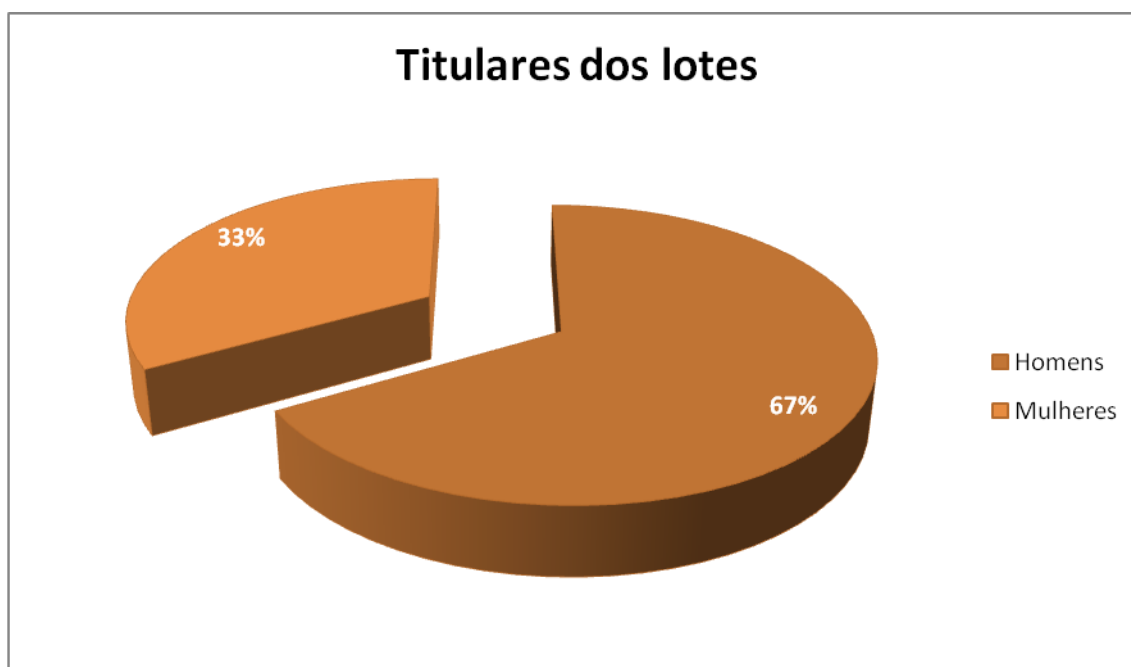


Gráfico 01: Titulares dos lotes das Agrovilas do Assentamento Joana D'Arc III.

Fonte: GEPGÊNERO, 2011/2012

Verificaram-se lotes em que as mulheres eram as únicas titulares apenas nos casos de serem solteiras ou viúvas. A nossa colaboradora Ana é um dos casos em que a mulher vem a ser a titular do lote. Mudou-se sozinha com dois filhos para o assentamento e, por não ser casada, seu lote está somente em seu nome.

Observou-se que o fato de Dona Ana ser uma mulher sozinha acabou lhe rendendo grandes dificuldades logo que recebeu o lote. Essas dificuldades podem ser percebidas em sua entrevista, quando ela diz:

“Inclusive entraram gente no meu lote. Eu briguei muito. Fui pra justiça. Coloquei advogado, tomei meu lote e aqui to! Inclusive agradeço muito ao meu filho que ele era menino de menor, mas me acompanhou e me ajudou muito e eu falei pra ele: - Eu não desisto! E hoje eu to aqui. Até risco eu corri aqui dentro. Meu lote foi invadido três vezes.”

Através da narrativa de Dona Ana, pode-se notar que, para uma mulher solteira, as condições de vida não são muito favoráveis. Ainda pegando como

exemplo o seu relato de vida, ela nos diz que, para cuidar de seu lote, logo que o recebeu, teve de deixar seus filhos pequenos aos cuidados de outras pessoas, pois na época ainda morava em Jaci-Paraná e precisava visitar o assentamento para verificar como estava seu lote. Ela relata que **“uma mata virgem pra uma mulher roçar não é fácil. É complicado! E quem queria teve que vir. Deixei meus filhos lá pra mãos dos outros e vim trabalhar.”** Em outro momento ela diz:

“Só que eu vinha mais era com os homens né? Eu tinha medo. Tudo aqui era vizinho. E eu era a única mulher sozinha. [...] Aí eu vinha com eles. Aí eu fazia almoço pra eles. Lavava pra eles as roupas, e quando era a minha folga eu vinha trabalhar no meu lote. [...] Eu só vinha só cuidar. Eu vinha aqui, eu pagava pra limpar, porque eu trabalhava. Eu não podia vir direto. Aí minha patroa me dava folga de dois dias, eu vinha só empreitava o serviço. Eu vinha de trinta dias, de três meses. Era o prazo que eu podia vir.”

É por conta dessa trajetória de vida que não tivemos como não incluir dona Ana como uma colaboradora deste trabalho. Ela representa milhares de mulheres que vão à busca de melhores condições de vida, criam seus filhos sozinhas, exercem funções e tarefas aparentemente vistas e popularmente ditas como típicas dos homens. Mulheres como Dona Ana enfrentam o preconceito em um cenário ainda considerado como masculinizado.

Ao longo de nossas visitas procuramos vivenciar e analisar os festejos realizados na comunidade. Chegamos a conclusão que não há um festejo específico no assentamento, assim como há em outras comunidades rurais e ribeirinhas da Amazônia. Nas conversas com os moradores a respeito se havia algum festejo, obtivemos respostas diversas para esta questão, indo de aniversários dos moradores a festa junina. Em uma das visitas foi obtida a informação de que a casa de Dona Margarida serve como ponto de encontro para as comemorações, um espaço de socialização da comunidade. Tais comemorações seriam as festas de fim de ano e festa junina. Na referida casa, localizada na Agrovila Chico Mendes, funciona um comércio. Em uma das visitas, foi possível participar de um casamento realizado nesta casa. O relato desta experiência encontra-se no II capítulo deste trabalho. Tais análises remetem ao que J. E. Fabrini (2002) aborda em seu trabalho, quando diz que,

Trazendo a ideia de espaço de socialização política para os assentamentos, verifica-se que a organização espacial é condição de produção e reprodução de relações sociais que favorece a formação de núcleos, grupos, comunidades, etc. Neste sentido, a formação de grupos de assentados materializados nas mais variadas formas permite a aproximação entre as pessoas, ou seja, a construção de relações entre as pessoas para o desenvolvimento de atividades coletivas e construção do território camponês. (FABRINI, 2002, pg. 84)

As atividades coletivas a que Fabrini se refere foram possíveis de serem observadas durante a participação no dia do casamento. A comunidade estava praticamente toda presente. Era um momento de socialização, onde homens, mulheres, jovens e crianças trocavam experiências, falavam da rotina do lar, da roça ou da escola. Ainda segundo a autora, essa socialização só é possível através do espaço comunicativo, e acrescenta que,

O espaço comunicativo é a primeira dimensão do espaço da socialização política e consiste num lugar onde os sujeitos constroem a consciência dos direitos até a formação de uma identidade social. A comunicação enquanto uma atividade de organização social se realiza no tempo e no espaço que pode ser a igreja, sindicato, escola, etc. Os assentamentos organizados em núcleos e grupos de assentados também se constituem num lugar de comunicação e socialização política.⁴¹

Este espaço comunicativo também foi percebido e descrito nos diários de campo. Percebemos que os homens e as mulheres ao chegarem à festa se separavam e formavam-se grupos. Os homens de um lado conversando e bebendo cerveja e as mulheres entre si conversavam sobre assuntos domésticos e cuidavam das crianças. Tais grupos distintos e com conversas comuns constituíam-se de forma natural. As famílias chegavam e logo iam de encontro aos grupos. Mulheres de um lado, homens de outro e os jovens presentes ficavam em um outro espaço separados dos adultos.

Procuramos também observar às atividades de lazer na comunidade. Notou-se que quase 100% dos homens e mulheres responderam-nos que a única atividade da comunidade é um torneio de futebol. Isso levou a pensar que não há uma atividade voltada para as mulheres. Uma delas chegou a responder que o único lazer era cuidar de casa. Alguns homens responderam que nos fins de semana vão pescar. Percebeu-se, assim, que não há nenhuma outra atividade de lazer na

⁴¹ Idem, Ibidem, p. 84

comunidade e as famílias acabam se distraíndo com o que está acessível. Observou-se que as mulheres têm dificuldades em identificar o que é lazer, separadamente do serviço doméstico. Em conversas com as colaboradoras, indagadas sobre do que elas gostavam e o que faziam quando não estavam trabalhando na roça, as respostas foram as seguintes:

“Quando eu não to trabalhando nem em casa, nem na roça, eu gosto de fazer um crochê. Fazer crochê, costurar uma roupa. Só vou na cidade quando preciso. Gosto de ficar em casa. Não gosto de viajar.”
(Colaboradora Ana)

“Eu fico dentro de casa. Não vou pra canto nenhum.” (Colaboradora Anita)

“Em casa mesmo, o serviço é corrido aqui. Mas eu gosto mais de trabalhar na roça. Lá não tem esses bichinhos não. Lá é tranquilo.”
(Colaboradora Valdeci)

Percebe-se nas falas das colaboradoras que a rotina fica restrita ao espaço doméstico ou ao espaço da roça. Para elas, o lazer está vinculado a estes espaços. É algo normal e natural. Gema Esmeraldo aborda este assunto ao dizer,

Sobre a unidade doméstica repousa a mesma lógica da unidade produtiva: a de alicerçar as oposições entre homem e mulher, entre público e privado, entre casa e rua. Os dois sistemas criam princípios que se ampliam e se aplicam nas relações do homem com o mundo exterior e político e no espaço que se limita à mulher, o mundo da família, da intimidade e do segredo. (ESMERALDO, 2008. p. 200)

Como a nossa convivência foi maior na residência de dona Anita, observou-se que o momento de lazer ocorre à noite, ao assistir televisão. É um momento em que a família se distrai antes de dormir. Para quem está de fora às respostas das colaboradoras poderiam gerar surpresas e questionamentos se fossem levadas em conta toda a luta por igualdades das mulheres, mas para as mulheres deste assentamento a rotina diária da lida com a roça ou os serviços domésticos é algo arraigado. E que provavelmente será vivenciado pelas filhas. O importante aqui é frisar que estas mulheres não veem como fardo a vida que levam. Não visualizam

suas rotinas como algo que precisa ser transformado ou modificado. Elas se dizem felizes.

Os serviços domésticos são realizados prioritariamente pelas mulheres e pelas filhas. De acordo com o questionamento junto as três mulheres, sobre se recebiam ou não ajuda do marido, Dona Ana e Dona Anita responderam que seus maridos ajudam quando precisa. E dona Valdeci respondeu da seguinte forma:

“Não. Todo serviço fica pra eu e minha menina. Quando eu saio e vou pra cidade ela fica fazendo as coisas. Mesmo quando ela ta estudando, pela parte da manhã, ela faz o almoço, deixa arrumado e vai pra escola. Ai chega lá pelas seis horas. Quando quebra nós que faz. Ele não gosta de mexer com nada de casa. Lâmpada também quando queima, nós troca. Desliga ali no disjuntor e põe as lâmpadas. Ele não sabe mexer com negocio de casa. A geladeira esses tempos tava com problema, meu genro veio e mexeu.”

Assim como o esposo de Dona Valdeci, muitos homens ainda pensam que o serviço doméstico é restrito a mulher, ficando a ele o serviço no espaço externo da casa, sendo o provedor da família. Aquele que trará o dinheiro e o alimento e a mulher aquela que cuida da casa e dos filhos.

Outra pergunta que procuramos fazer ainda sobre o espaço doméstico era a respeito de quem decidia como o dinheiro da família deveria ser gasto. Dona Ana e Dona Anita informaram que seus respectivos maridos davam o dinheiro a elas e elas é que decidiam como gastar. Dona Valdeci respondeu:

“Ele passa um pouco, fica com um pouco. Ai quando ele me passa eu compro por aqui mesmo nos mercadinhos. Ou quando vou pra cidade, ele me passa um pouco pra pagar o talão de energia, comprar as coisas. Ai eu vou lá receber o bolsa família né? Pra comprar coisas pros meninos, os cadernos, os lápis, os calçados. Ai eu pego e compro lá mesmo.”

Notamos com isso que o dinheiro repassado as esposas e sua forma de como gastar também estavam restritas aos gastos familiares, tais como: compras dos alimentos e vestimenta dos filhos. Já quando se referia a compra de móveis para a casa, o marido tem uma participação maior. Ele é quem escolhe ou a escolha é feita pelos dois.

Procurou-se saber da participação das mulheres na produção da farinha, já que este é o produto com maior produção e que mais tem saída. Dona Ana nos relatou que durante todo esse tempo que mora na agrovila, apenas uma vez fez todo o processo desde a plantação, colheita e produção da farinha.

“Eu planto, eu colho, eu faço a minha farinha. A primeira vez eu vendi a roça, Quando foi agora eu fui tirar a experiência fazendo a farinha. Inclusive eu cheguei a conclusão que é melhor vender a roça do que vender a farinha. A gente não tem lucro. Pagar pra arrancar, pra descascar, pra fazer... Então melhor vender a roça em pé. A pessoa vem, compra e faz todo o serviço.”

Dona Ana alega que prefere vender a “roça em pé”⁴², pois o lucro é maior e neste caso ela ainda pode trabalhar ganhando diária do comprador na hora da colheita.

Os trabalhos já realizados pelas pesquisadoras do GEPGÊNERO tratam com mais profundidade essa questão da produção da farinha e da divisão do trabalho em todo o seu processo. A monografia elaborada pela pesquisadora Viviane da Silva Nery, intitulada *“Geografia e Gênero: Divisão Sexual do Trabalho na Agricultura Familiar no Assentamento Rural Joana d’Arc III”* aborda o que seria o trabalho da mulher e o que seria o trabalho do homem. Em seu trabalho ela reforça o que dissemos a respeito da venda da roça ao dizer:

O plantio é feito por toda a família, e quando é preciso aumentar a mão de obra, paga-se diárias a terceiros que variam de 40 a 50 reais, já a colheita é feita na maioria das vezes pelos homens, mas esses dados variam, levando em consideração que existam mulheres separadas, viúvas e ainda solteiras, exemplo o caso de duas mulheres que entrevistamos: Dona Ana e Dona Margarida, que exercem todas as etapas da produção ou utilizam-se da produção de meia ou da venda da roça em pé. Dependendo do tamanho do plantio. (SILVA NERY, 2012, p. 47)

No caso de Dona Ana ela acaba indo trabalhar nas roças dos vizinhos em troca da diária e dirá:

⁴² Processo em que toda a plantação é vendida quando a mandioca ainda está plantada. Ficando a cargo do comprador todo o serviço de colheita e produção da farinha.

“A vida aqui é difícil. Porque a gente só tem dinheiro quando tem a colheita né? Fora a colheita a gente tem que descascar a mandioca pros outros, outra hora roçar, trocar diária, outra hora trabalhar e ganhar diária.”

Já no caso de Dona Anita ela diz que trabalha em todos os processos junto com o seu marido.

“Eu ajudo descascar mandioca. Ajudo a temperar a massa, sovar a mandioca. Ajudo a ensacar a farinha. Na hora de colher eu ajudo também. Na hora de arrancar, ajudo às vezes a cortar as ramas. Só não ajudo a carregar da roça porque quem carrega é o trator. Aí quando é pertinho, Juarez carrega na carriola. As outras coisas eu ajudo.”

Fica claro na fala de Dona Anita o que já abordamos quando se trata da participação da mulher que é visto como uma “ajuda”. Butto e Hora dirão:

O trabalho nas comunidades rurais organiza-se a partir da divisão sexual do trabalho. As mulheres responsáveis pelo trabalho reprodutivo e pelos cuidados domésticos, os homens no trabalho gerador de renda monetária, apenas este reconhecido como produtivo. Acompanham estas distinções valores e representações da desigualdade que sustentam por exemplo a noção de ajuda dos homens em casa e de ajuda das mulheres na roça. (BUTTO e HORA, 2008, p 24)

E assim o percebemos junto às famílias das agrovilas. As mulheres alegando que ajudam o marido na roça e eles ajudam vez ou outra nos serviços domésticos. Gema Esmeraldo reforça dizendo,

Ao longo da história da formação da vida camponesa, estruturas materiais e simbólicas se objetivam e se naturalizam, e perpetuam uma ordem e uma divisão sexual na unidade produtiva e na unidade doméstica ordenando papéis sociais sexuados. (ESMERALDO, 2008. p, 195)

Ou seja, a divisão do que seria trabalho de homem e trabalho de mulher no meio rural está arraigado há anos e que timidamente vem sendo modificado com as constantes lutas das mulheres trabalhadoras rurais que saem em busca de melhores condições.

Quanto à participação das mulheres na Associação dos Moradores, notamos que a sua participação também é muito pequena. Em nossas visitas sempre nos

deparávamos com a presença maior dos homens. Nossas colaboradoras informaram que quem costumar ir às reuniões são seus maridos. Dona Ana informou: ***“Eu participo da Associação. Eu vou nas reuniões, pago a Associação.”***

Em nosso último trabalho de campo observamos uma certa dúvida por parte dos moradores no que diz respeito a retirada das famílias do assentamento por conta da abertura das comportas da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio que encontrasse em seu processo de finalização de sua construção. Ouvimos muitas conversas onde alguns alegavam que seriam remanejados, pois acreditam que o assentamento será alagado quando a hidrelétrica estiver em seu total funcionamento. Já há aqueles que alegavam que não acreditavam que a alagação chegaria até as agrovilas e por conta disso achavam que não haveria mudança das famílias para outra localidade. Em conversa com Dona Valdeci a respeito deste assunto ela nos disse:

“Tá com esse negócio aí tudo nas mãos dos advogados pras pessoas sair. Pra ver se a Santo Antonio paga melhor, um precinho melhor. A gente também não sabe pra que lado vai depois que pegar o dinheiro, daí é que vai comprar as terras. Que a gente que é do sítio não costuma muito em cidade grande. Gosta mais de sítio.” (Valdeci)

O que percebemos é que independente se haverá efetivamente uma mudança, já há famílias discutindo a respeito do assunto. Discutindo e indo atrás das informações. Algumas manifestações já foram realizadas por parte dos moradores. As famílias encontram-se preocupadas em novamente serem remanejadas para outra localidade e conseqüentemente ter que recomeçar tudo de novo. Eram unânimes as respostas ao dizerem que caso tenham que sair, esperam receber uma boa indenização já que teriam que deixar tudo o que haviam construído ao longo dos anos. Dona Anita finaliza sua entrevista com a seguinte fala:

“Nós fomos colocados aqui pelo INCRA. Ele podia tirar a gente daqui se tivéssemos invadido, mas como não invadimos, aí eles tem que entrar num acordo pra sair né?”

As famílias esperam que caso não haja alternativa se não a saída, que o INCRA se faça presente e arrume outro espaço com condições favoráveis para a

plantação já que alegam que a terra das agrovilas não é boa para determinadas plantações, tais como arroz, feijão.

Por parte da SAE, o que sabemos é que 176 dos lotes que seriam atingidos com a abertura da hidrelétrica, as famílias já haviam sido informadas e algumas já haviam sido remanejadas para o assentamento rural Santa Rita ou recebido indenizações. Informaram que as tais famílias receberam casas de alvenarias com água, energia elétrica e recurso financeiro para reorganizar a produção.

Informamos que as tais 176 famílias não abrangem as famílias das agrovilas. No entanto, o medo da alagação é algo que afeta os três setores do Assentamento Joana d'Arc: I, II e III e as seis agrovilas.

Encerramos este capítulo esperando que as famílias do P. A Joana d'Arc, e neste caso não me refiro apenas às famílias das seis agrovilas, estendo a todas as famílias que residem nos três assentamentos, que se de fato venham a ser reassentadas em outro espaço, recebam de forma justa e digna o que lhes é de direito já que estarão deixando para trás não apenas um lote, mas um pedaço da história de vida, carregada de conquistas.

PENSAMENTOS FINAIS

Após analisar, vivenciar e observar as agrovilas do Assentamento Rural Joana d'Arc III e seus assentados ao longo de dois anos de pesquisa, pode-se afirmar que conhecemos pessoas com históricos de vida semelhantes, em sua grande maioria oriunda de outros Estados brasileiros. Pessoas que chegaram ainda crianças acompanhando seus familiares, ou que migraram já adultas. Todas com um objetivo em comum: conseguir um pedaço de terra, criar raízes no lugar, plantar, criar os filhos e deixar para trás uma vida de andarilhos.

Quando visitei o assentamento pela primeira vez, carregada de dúvidas, ansiedade e expectativas, me deparei com um mundo que até então era alheio aos meus olhos. Diferente da minha rotina. Não sabia como a pesquisa se encaminharia, se seria bem recebida por aquelas pessoas. Perguntas e questionamentos fervilhavam em minha cabeça. E foi então que aos poucos as coisas começaram a se encaixar, e passei a não ser vista como uma pessoa estranha.

O processo de adaptação com a rotina da comunidade aconteceu de forma natural e rápida. Graças a Dona Anita que nos hospedou em sua casa e nos apresentou a comunidade e os seus moradores. Sem a sua ajuda provavelmente a pesquisa poderia ter encontrado obstáculos no que se refere ao acesso e comunicação com aquelas pessoas.

Foram dois anos tentando enxergar, não com os nossos olhos, tendo em vista que nossos olhos estavam carregados de paradigmas que a nossa cultura da grade cidade nos impõe. Era preciso tentar enxergar o que estava além do visível. Mas como fazer isso? Como fazer para enxergar com outros olhos? Penetrar em uma cultura diferente da qual estamos acostumados requer desprendimento. Ver o diferente como algo que acrescentaria. As leituras e reflexões a respeito da vida rural nos ajudaram a compreender a historicidade das lutas dos movimentos sociais, a luta das famílias em busca de terras e principalmente entender a relação do ser humano com o lugar. Sem tais leituras os pensamentos não se costurariam com as observações colhidas nos trabalhos de campo.

Como nosso foco principal sempre foi trabalhar a temática de gênero, não há como falar apenas das mulheres e esquecer-se dos homens. Conhecemos mulheres e homens com objetivos em comum. No entanto, procuramos desde o início observar como se dava a participação das mulheres na estruturação daquele espaço. Espaço este recente, se levarmos em conta a data de sua criação. Porém, mesmo ele sendo novo, estava carregado de sentimentos e histórias daquelas famílias que acreditavam que finalmente estavam em um lugar que chamavam de “meu lugar”, “minha terra”, “meu lote”.

Trabalhamos com as narrativas de três mulheres batalhadoras, que podem perfeitamente representar as demais. Cada uma com uma trajetória de vida carregada de lutas, sonhos e esperanças. Mulheres que ajudaram seus maridos a construir o novo lugar, mas que antes sempre estiveram compartilhando junto a eles as decisões.

Vivenciei por algumas semanas na/a comunidade, para tentar compreender as felicidades e as dificuldades daquelas famílias. Aprendi a admirar e a respeitar aqueles que lá moram. Guardarei comigo momentos e experiências que foram além da pesquisa. Momentos que me propuseram perceber e aprender que quando há força de vontade é possível haver mudanças. Uma simples mata fechada transformou-se em um lugar cheio de sentimentos, sendo o principal, o sentimento de vitória por possuírem sua terra, de onde é possível tirar o seu sustento.

Muito ainda há de se fazer para que este lugar fique cada vez melhor. Ainda faltam coisas básicas e essências para aquela comunidade. Sendo assim, levando-se em consideração as observações e as conversas com os moradores chegamos a algumas conclusões a respeito da falta de infraestrutura, reclamações a respeito do meio ambiente e ao que diz respeito a vida social.

No que diz respeito à falta de infraestrutura pode-se elencar algumas:

- ✓ Falta de Posto de Saúde;
- ✓ Falta de cascalhamento e conclusão das estradas;
- ✓ Falta de Posto telefônico;
- ✓ Falta de Posto Policial;
- ✓ Falta de posto dos Correios;
- ✓ Falta de título definitivo dos lotes;

- ✓ Melhoramento do transporte utilizado pela comunidade;
- ✓ Falta de crédito para reforma das casas;
- ✓ Falta de uma área de lazer.

Já referente ao meio ambiente citamos:

- ✓ Queimadas;
- ✓ Alto consumo de agrotóxicos;
- ✓ Falta de embalagem de agrotóxicos;
- ✓ Proibição do uso total dos lotes;
- ✓ Autorização para aproveitar a madeira.

E por fim o que se refere ao social:

- ✓ Saúde de baixa qualidade;
- ✓ Falta de vacinas;
- ✓ Falta de ensino para jovens e adultos;
- ✓ Baixa qualidade de ensino das crianças;
- ✓ Falta de creches;
- ✓ Desemprego;
- ✓ Alto índice de violência;
- ✓ Falta de cursos profissionais.

É preciso que os órgãos públicos, assim como seus governantes estejam mais presente e que estas observações aqui elencadas sejam solucionadas como forma de melhorar a vida dessas pessoas.

Finalizamos este trabalho/pesquisa sabendo que muitas outras questões ainda precisam ser levantadas a respeito desta comunidade, tais como: Quais as conseqüências após o término das hidrelétricas? Tais famílias serão afetadas diretamente? E caso sejam, será que estas famílias serão novamente remanejadas para outra localidade?

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria de Fátima Paz. **Dificuldades no acesso ao crédito pelas mulheres rurais**: Discutindo a experiência do PRONAF Mulher no Oeste Potigua.

AMARAL, Januário. **Mata Virgem: Terra Prostituta**. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

ANDRADE, Manuel C. **Agricultura & Capitalismo**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

BAITZ, Ricardo. **A Implicação**: Um novo sedimento a se explorar na Geografia? Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, nº 84, p. 25-50, 2006.

BARBOSA, Fabíola H. **Experiência e Memória**: A palavra contada e a palavra cantada de um nordestino na Amazônia. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2006.

BORGES, Maristela C. **Da observação Participante à Participação Observante**: uma experiência de pesquisa qualitativa. In RAMIRES, Julio Cesar de Lima, PESSÔA, Vera Lúcia Salaz.(org) Geografia e Pesquisa Qualitativa nas trilhas da Investigação. Uberlândia: Assis Editora, 2009.

BRUMER, Anita. **Gênero e Agricultura**: A situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, 12(1), 360, p. 205 a 227. Janeiro a Abril, 2004.

BUTTNER, Anne. **Aprendendo o dinamismo do mundo vivido**. In CHISTOFOLETTI, Antonio (org) Perspectivas da Geografia. 2ª edição. São Paulo: DIFEL, 1985.

BUTTO, Andrea, HORA, Karla Emmannuela R. **Mulheres e Reforma Agrária no Brasil**. In LOPES, Adriana L. ZARZAC, Andrea Butto (org) **Mulheres na Reforma Agrária**: A experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008.

CARVALHO, Natália D, SOUZA, Murilo M. O. **A Pesquisa Participante no contexto da Geografia Agrária**: pressupostos teóricos e possibilidades práticas. In

RAMIRES, Julio Cesar de Lima, PESSÔA, Vera Lúcia Salaz. (org.) Geografia e Pesquisa Qualitativa nas trilhas da Investigação. Uberlândia: Assis Editora, 2009.

CASTRO, Sheila dos S. **Experiência e Lugar: Geografia Oral com Judeus.** Dissertação de Mestrado em Geografia. PPGG. Porto Velho: UNIR, 2012.

CAUME, Davi José. **O MST e os assentamentos de reforma agrária: a construção de espaços modelares.** Passo Fundo: Editora UPF e Editora da UFG, 2006.

CHIAPETTI, Rita J. N. **Na beleza do lugar... o rio das Contas indo... ao mar.** Tese de Doutorado. Rio Claro: UNESP, 2009.

_____ **Pesquisa de Campo qualitativa: uma vivência em Geografia Humanista.** Geo Textos Vol. 6, N. 2. Dezembro de 2010.

CHISTOFOLETTI, Antonio. **As perspectivas dos Estudos Geográficos.** In CHISTOFOLETTI, Antonio (org) Perspectivas da Geografia. 2ª edição. São Paulo: DIFEL, 1985.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural.** 2ª edição. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

CORDEIRO, Rosineide M. QUADROS, Marion T. **Jovens agricultoras, salário-maternidade e o critério idade.** In SCOTT, Parry et al (org) Gênero e Gerações em Contextos Rurais. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010

DARDEL, Eric. **O homem e a Terra: Natureza da Realidade Geografica.** São Paulo: Perspectiva, 2011.

DERMANGEON, Albert. **Uma definição da Geografia Humana.** In CHISTOFOLETTI, Antonio (org) Perspectivas da Geografia. 2ª edição. São Paulo: DIFEL, 1985.

ESMERALDO, Gema Galgani S.L. **Ruídos com Marcas de Transgressões Ancoradas em Mulheres Assentadas.** In LOPES, Adriana L & BUTTO Andrea .Mulheres na Reforma Agrária A experiência recente no Brasil. Brasília: MDA 2008.

FABRINI, João Edmilson. **O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinatos.** Terra Livre. São Paulo: Ano 18, n 19, p. 75-94, jul/dez, 2002.

FERREIRA, Elizabeth F. X. **Mulheres Militância e Memória:** histórias de vida, histórias de sobreviventes. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996a.

FERREIRA, Luiz Felipe. **Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo.** Revista Território, Rio de Janeiro, ano V, n° 9, pp. 65-83, jul./dez., 2000b

FORTUNATO, Elizabeth, RUSCHEINSKY, Aloísio. **A História Oral na Pesquisa social sobre espaço urbano.** Biblos, Rio Grande, 16: 25-36, 2004

GÓES, kelyany O. C. **Equidade de Gênero no Assentamento Rural Joana D'arc III.** Relatório Final de Pesquisa do Programa Institucional de Iniciação Científica. Porto Velho: UNIR, 2012.

GORGEN, Frei Sérgio Antônio. **O massacre da Fazenda Santa Elmira.** Petrópolis, Editora Vozes, 1989.

HOLANDA FILHO, Zenildo F. **Impactos Socioambientais da Tecnologia de Cultivares de Banana em Área de Assentamento de Reforma Agrária em Rondônia.** Dissertação de Mestrado em Geografia – PPGG. Porto Velho: UNIR, 2007.

HOLZER, Werther. **O lugar na Geografia Humanista.** Revista Território. Rio de Janeiro, ano IV, n° 7, p. 67-78, jul./dez. 1999.

_____ **A influência de Eric Dardel na construção da Geografia Humanística Norte Americana.** Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos: Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças - Espaço de Socialização de Coletivos. Porto Alegre, 2010.

KAISER, Bernard. **O GEÓGRAFO E A PESQUISA DE CAMPO.** In Boletim Paulista de Geografia, n° 84, p. 93-104, julho de 2006.

LA BLACHE, Paul Vidal de. **As Características Próprias da Geografia**, 1913. In CHISTOFOLETTI, Antonio (org) *Perspectivas da Geografia*. 2ª edição. São Paulo: DIFEL, 1985.

LEITE, Adriana Filgueiras. **O lugar**: Duas Acepções geográficas. Anuário do Instituto de Geografia – UFRJ. Rio de Janeiro, Vol 21, p. 9-20. 1998.

MACIEL, Marcia N. **O Espaço lembrado**: Experiência de vida em seringais da Amazônia. Dissertação de Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA. Manaus: UFAM, 2010.

MARAFON, Glaucio José. **O trabalho de Campo como um instrumento de trabalho para o Investigador em Geografia Agrária**. In RAMIRES, Julio Cesar de Lima, PESSÔA, Vera Lúcia Salaz. (org.) *Geografia e Pesquisa Qualitativa nas trilhas da Investigação*. Uberlândia: Assis Editora, 2009.

MARCOS, Valéria de. **Trabalho de Campo em Geografia**: Reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante. In *Boletim Paulista de Geografia*, nº 84, p. 105-136, julho de 2006.

MARQUES, Marta Inez M. **O conceito de espaço rural em questão**. *Terra Livre*. São Paulo: Ano 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002.

MARTINS, Marcio M. **Corumbiara: Massacre ou Combate? A luta pela terra na fazenda Santa Elina e seus desdobramentos**. Dissertação de Mestrado em Geografia - PPGG. Porto Velho: UNIR, 2009.

MATOS, Patrícia Francisca, PÊSSOA, Vera Lúcia Salazar. **Observação e Entrevista**: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. In RAMIRES, Julio Cesar de Lima, PESSÔA, Vera Lúcia Salaz. (org.) *Geografia e Pesquisa Qualitativa nas trilhas da Investigação*. Uberlândia: Assis Editora, 2009.

MEIHY, José Carlos S. B, HOLANDA, Fabíola. **História Oral**: como fazer e como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MENDES, Estevane de P. P, PESSÔA, Vera Lúcia S. **Técnicas de Investigação e Estudos Agrários**. Entrevistas, registros de observações e aplicação de roteiros de

entrevista. In RAMIRES, Julio Cesar de Lima, PESSÔA, Vera Lúcia Salaz. (org.) Geografia e Pesquisa Qualitativa nas trilhas da Investigação. Uberlândia: Assis Editora, 2009.

NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças S. SILVA, Josué da C. **Os Impactos das Políticas Públicas na vida das mulheres rurais do Assentamento Joana D´Arc III.** In Anais do XVII Encontro Nacional de Geógrafos – ENG. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças S. **Geografia e Gênero em assentamentos rurais: Espaço de poder.** In SILVA, Joseli Maria; SILVA, Augusto Cesar P. da. (org) Espaço, Gênero e Poder: Conectando fronteiras. Ponta Grossa, Editora Toda Palavra, 2011.

OLIVEIRA, Cláudia N, SILVA, Maria das Graças. S. N. **A Participação da Mulher no Conflito de Corumbiara e na construção de um novo espaço no Assentamento Rural Joana D`Arc III no Estado de Rondônia.** In Anais do IX Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Goiânia: UFPA, 2011.

PEET, Richard. **Desigualdade e Pobreza: Uma teoria geográfico-marxista.** In CHISTOFOLETTI, Antonio (org) Perspectivas da Geografia. 2ª edição. São Paulo: DIFEL, 1985.

PINHEIRO, Zairo Carlos da Silva. **Migração dos Sentidos Imagem do Lugar: Origem e Destino.** Dissertação de Mestrado em Geografia - PPGG. Porto Velho: UNIR, 2008.

Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento – PDSA: Projeto de Assentamento Joana D´arc III. Porto Velho, 2007.

Plano de Recuperação: Projeto de Assentamento Joana D´arc III. Porto Velho, 2010.

RENK, Arlete et al. **Mudanças socioculturais nas relações de gênero e intergeracionais:** o caso do campesinato no oeste catarinense. In SCOTT, Parry et

al (org) **Gênero e Gerações em Contextos Rurais**. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010

ROSSINI, Rosa Ester. **Geografia e Gênero**: A mulher como força de trabalho no campo. Informações Econômicas. São Paulo, 1993.

_____ **As Geografias da Modernidade- Geografia e Gênero, mulher, trabalho e família**. O exemplo da área de Ribeirão Preto. In Revista do Departamento de Geografia – NEMGE. Universidade de São Paulo – USP, N° 12 pag. 07 a 26, 1998.

SANTOS, Sandra Regina N. dos. **Políticas Públicas, Espaço e Gênero**: Um estudo de caso sobre Autonomia Financeira das mulheres do Bairro Mariana em Porto Velho. Dissertação de Mestrado em Geografia - PPGG. Porto Velho: UNIR, 2009.

SASAKI, Karen. **A Contribuição da Geografia Humanística para a compreensão do conceito de identidade de lugar**. RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico. Salvador: Ano XIII N° 22, p. 112 a 120. Dezembro de 2010.

SAUER, Sérgio. **Terra e Modernidade**: a reinvenção do campo brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SERPA, Ângelo. **O trabalho de campo em Geografia**: Uma abordagem teórico-metodológica. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n° 84, p. 7-24, 2006.

SILVA, Jeane M. **Análise do Discurso e Pesquisa Qualitativa na Geografia**. In RAMIRES, Julio Cesar de Lima, PESSÔA, Vera Lúcia Salaz. (org.) Geografia e Pesquisa Qualitativa nas trilhas da Investigação. Uberlândia: Assis Editora, 2009a.

SILVA, Joseli Maria, et al. **Construindo a Ciência**: Elaboração crítica de Projetos de Pesquisa. Curitiba, Pós-Escrito, 2009b.

SILVA NERY, Viviane. **Geografia e Gênero**: Divisão Sexual do Trabalho na Agricultura Familiar no Assentamento Rural Joana d`Arc III. Monografia em Geografia. Porto Velho: UNIR, 2012.

SILVA NERY, Viviane da, et al. **Assentamento Rural Joana D`Arc III: Um olhar na Perspectiva de Gênero.** In Anais do V Simpósio Internacional e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Vol V e VI. p. 01-20. Belém: UFPA, 2011.

SILVA NERY, Viviane da, et al. **Construção Social de Gênero na Agricultura Familiar em Rondônia.** Anais do IV Colóquio do Núcleo de Estudos em Espaço e Representações – NEER: (As Múltiplas Espacialidades Culturais: Interfaces: Regionais, Urbanas e Rurais). Vol 1, Santa Maria: UFSC. 2011.

SILVA NERY, Viviane da. **Gênero e Campesinato:** Um estudo das Relações de Gênero no Assentamento Rural Joana D`Arc III. Relatório Final de Pesquisa do Programa Institucional de Iniciação Científica. Porto Velho: UNIR, 2012.

SILVA, Tânia Paula da. **Fundamentos teóricos do cooperativismo agrícola e o MST.** Terra Livre. São Paulo: Ano 18, n. 19, p. 229-242, jul./dez. 2002c.

SIQUEIRA, Andréa D. **Mulheres, relações de gênero e tomadas de decisão em unidades domésticas caboclas do estuário amazônico.** In ADAMS, Cristina. MURRIETA, Rui. NEVES, Walter. Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.

SOUZA, Sheila X. **A Velhice fora do lugar:** História Oral de vida. Dissertação de Mestrado em Geografia - PPGG. Porto Velho: UNIR, 2009a.

SOUZA, Terezinha F. de. **Modo de Vida de Migrantes Camponeses e a Construção do Espaço Rural.** Dissertação de Mestrado em Geografia – PPGG. Porto Velho: UNIR, 2009b.

SPOSITO, Eliseu S. **Geografia e Filosofia:** Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar:** A perspectiva da Experiência. Tradução da Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____ **Geografia Humanística.** In CHISTOFOLETTI, Antonio (org) Perspectivas da Geografia. 2ª edição. São Paulo: DIFEL, 1985.

VENÂNCIO, Marcelo, PÊSSOA, Vera Lúcia S. **O diário de campo e a Construção da Pesquisa**: registro das emoções dos sujeitos envolvidos e a reconstrução de suas histórias de vida e do lugar. In RAMIRES, Julio Cesar de Lima, PESSÔA, Vera Lúcia Salaz. (org.) Geografia e Pesquisa Qualitativa nas trilhas da Investigação. Uberlândia: Assis Editora, 2009.

Sites visitados:

VÍTIMAS do massacre de Corumbiara reivindicam tratamento de saúde e indenizações. **A tarde**. 10/08/2007. Disponível em <http://www.atarde.com.br/brasil/noticia.jsf?id=777902>. Acesso em 01 de fevereiro de 2011.

A AFIRMAÇÃO DE MUITAS HISTÓRIAS. Movimento das Mulheres Camponesas. Disponível em: <http://www.mmcbrazil.com.br/menu/historia.html>. Acessado em 07 de agosto de 2011.

<http://sistemas.mda.gov.br/aegre/> Acessado em 11 de maio de 2012.

<http://www.contag.org.br/hotsites/margaridas/interna.php>. Acessado em 11 de maio de 2012.

Marcha das Margaridas vai à Brasília reunindo 70 mil mulheres. **G1.globo.com**. Disponível em <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/vida-rural/noticia/2011/08/marcha-das-margaridas-vai-brasilia-reunindo-70-mil-mulheres.html>. Acessado em 11 de maio de 2012.

ESPAÇO E EXPERIÊNCIA: HISTÓRIA ORAL E GEOGRAFIA HUMANA. Disponível em: <http://www.albertolinscaldas.unir.br/espacoexperiencia.htm>. Acesso em 25 de julho de 2012.

Mulheres se emocionam no encerramento da plenária. **CONTAG**. 31/10/2012. Disponível em:

<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=101&id=8299&mt=1&data=01/11/2012%2015:11:56&nw=1&idjn=0>. Acessado em 02 de novembro de 2012.

Plenária Nacional de Mulheres inicia na próxima segunda-feira, 29. Disponível em: <http://fetagro.org.br/plenaria-nacional-de-mulheres-inicia-na-proxima-segunda-feira-29/>. Acessado em 02 de novembro de 2012.

Histórico da Questão Agrária. **INCRA**. 02/12/2011. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/historico-da-questao-agraria> Acessado em 19 de janeiro de 2013.

Tabela 1.1.1 - População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 2010. **IBGE**. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_do_Universo/tabelas_pdf/tab1.pdf. Acessado em 25 de janeiro de 2013.

Tabela 2.1.1 - População residente, total, urbana total e urbana na sede municipal, em números absolutos e relativos, com indicação da área total e densidade demográfica, segundo os municípios - Rondônia – 2010. **IBGE**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/Rondonia.pdf. Acessado em 25 de janeiro de 2013.

Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento Agrário. **MDA**. <http://www.mda.gov.br/portal/institucional/Institucional> Acessado em 30 de janeiro de 2013.

Migração Interna no Brasil. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Migra%C3%A7%C3%A3o_interna_no_Brasil Acessado em 10 de fevereiro de 2013.

Comissão avalia impacto ambiental em assentamento de Porto Velho. **G1.globo.com**. 25/04/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2013/04/comissao-avalia-impacto-ambiental-em-assentamento-de-porto-velho.html> Acessado em 24 de junho de 2013.

Após reunião, situação de famílias assentadas está indefinida, em RO. **G1.globo.com**. 23/04/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2013/04/apos->

[reuniao-situacao-de-familias-assentadas-esta-indefinida-em-ro.html](#) Acessado em 24 de junho de 2013.